



Silvia Dutra Badra

O CORPO DA MULHER NEGRA NO BRASIL, UMA POSSÍVEL LEITURA SOBRE A SOMBRA QUE RECORTA NOSSO ESPELHO: clínica psicanalítica como estratégia de crítica social e conquista para o reconhecimento

Brasília, 03 de junho de 2023.

RESUMO

O presente trabalho é produto de inquietações ressurgentes na clínica psicanalítica lacaniana e se propõe a pensar a psicanálise e sua prática desterritorializada do tradicional *setting* analítico. Consistiu em oferecer uma escuta qualificada para mulheres em situação de risco e vulnerabilidade social desde a pandemia, na periferia de Brasília. O objetivo foi propor um possível debate em que a psicanálise lacaniana, que faz a desambiguação entre Freud e Lacan e tem a linguagem e o significante como conceito constitutivo dos sujeitos, possa ser vista como uma prática que produz efeitos singulares que ecoam condizentes com a proposta de Honneth em seu livro *Lutas por reconhecimento*. Por meio de estudos de casos em que o desamparo, o sentimento de injustiça, o silêncio insidioso mantenedor de determinadas formas de violência, de abusos inerentes em estruturas sociais pautadas por afetos segregatórios com resquícios colonizadores se fizeram presentes, interroguei o corpo da mulher negra como signo que porta uma cadeia significante em sua herança histórica de racismo, sexismo e outras diversas formas de malogros cristalizados no interior da nossa sociedade perpetuados pela linguagem que nos circunda. Pesquisou-se, nos casos apresentados, de que forma o signo, o significante e os significados que compõem o caldo da linguagem são produtores de afetos circulantes e imprimem marcas na formação constitutiva do sujeito do inconsciente que está presente na modelagem dos laços políticos e jurídicos. Tentamos circunscrever, multidisciplinarmente, como a dinâmica da linguagem determina o lugar do corpo da mulher negra na sombra da polaridade do que se concebe o patriarcado da branquitude no Brasil. Abordamos o problema multidisciplinarmente entre a filosofia política, o contexto histórico do racismo no Brasil e aquilo que reverbera na clínica psicanalítica e o que, a partir dela, se desmembra no corpo social.

Palavras-chave: Clínica psicanalítica. Lutas por reconhecimento. Escuta qualificada. Mulheres em vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The present work is the result of resurgent concerns in Lacanian psychoanalytic practice, aiming to contemplate psychoanalysis and its deterritorialized practice beyond the confines of the traditional analytic setting. The project entailed providing qualified listening to women in situations of risk and social vulnerability since the pandemic, in the outskirts of Brasília. The objective of this work was to propose a potential debate where Lacanian psychoanalysis, which disambiguates between Freud and Lacan and considers language and the signifier as constitutive concepts of subjects, can be viewed as a practice that yields unique effects resonating, to some extent, with Honneth's proposition in his book "Struggles for Recognition." Through case studies examining helplessness, the sense of injustice, and the insidious silence that perpetuates certain forms of violence and inherent abuses within social structures shaped by segregating affections with colonial remnants, I will scrutinize the body of the black woman as a sign carrying a signifying chain in her historical legacy of racism, sexism, and various other forms of failures solidified within our society and perpetuated by the language that surrounds us. It was assessed, in the presented cases, how the sign, the signifier, and the meanings comprising the fabric of language serve as generators of circulating affects and imprint marks on the constitutive formation of the unconscious subject, which is present in the shaping of political and legal bonds. In conclusion, within this work, I endeavor to multidisciplinary delineate how the dynamics of language ascertain the position of the black woman's body in the shadow of the polarity of what is conceived as white patriarchy in Brazil. I approach this multidisciplinary issue encompassing political philosophy, the historical context of racism in Brazil, and the reverberations within psychoanalytic practice and its ramifications throughout society.

Key words: Psychoanalytic clinic. Struggles for recognition. Qualified listening. Women in Social vulnerability.

AGRADECIMENTOS

Nesses últimos dois anos de muito estudo, esforço e empenho gostaria de agradecer a muitas pessoas que, sabendo elas ou não, foram parte importante para que eu conseguisse chegar ao fim dessa empreitada.

Obrigada primeiramente ao Herivelto meu orientador, pela paciência, pelo apoio, pelas interrupções em seu momento de descanso para me apoiar, acreditando, e depositando toda confiança nas questões que me interessavam.

Agradeço à minha família, em especial ao meu marido Rafael por tanto apoio e o incentivo em todos os sentidos, ao meu filho Daniel pela presteza e o amparo em ser meu suporte prático para tudo o que se refere a tecnologia e editoração, à minha filha Isadora pelas trocas de livros, pelas boas reflexões e por me mostrar novos caminhos na vida. Agradeço com carinho à minha irmã Flavia, pela importância das trocas teóricas ao longo da vida e pela capacidade de me afetar com sua palavra desde sempre.

Agradeço também às minhas amigas Maria Eduarda, Maria Tereza, Renata, Tatiana, Marina, e Luciana, que sempre me apoiaram e me escutaram com interesse a respeito das minhas ideias. Um muito obrigada às minhas companheiras de trabalho, Denise e Dayane, que muitas das vezes se sobrecarregaram para que eu fizesse o extenso percurso de aulas e leituras. À Katia, junto ao Instituto Proeza, por abrir suas portas e me permitir trabalhar com a psicanálise na escuta das mulheres que são assistidas pela instituição. E finalmente, ao Chistian Dunker pelos ouvidos generosos e pela aposta naquilo que sempre falta.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1. PSICANÁLISE E A ESFERA POLÍTICA	15
1.1 A psicanálise como crítica e clínica do social: um olhar candango	29
1.2 De que sujeito tratamos?	35
2. O MODELO EPISTÊMICO	44
2.1 O conceito de drama e de significante como viráveis desbiologizantes na teoria psicanalítica.	58
2.2 O corpo, lugar sociossexuado na lógica fálica freudiana.....	64
2.3 Lacan, os três registros e o corpo	66
3. A COR DO ESPELHO: FERIDAS DA ESPECULARIDADE SOCIAL	67
3.1 O conceito de raça e seu percurso entre o biologicismo e as ideologias	72
3.2 As grandes contribuições de psicanalistas negras.....	74
3.3 Psicanálise e crítica social da realidade brasileira	76
3.4 O que a clínica “amefricana” nos revela.....	80
3.5 Uma leitura sobre o lugar da mulher negra no Brasil.....	84
3.6 Narcisismo e suas sombras	85
3.7 A clínica e seus desdobramentos no corpo jurídico social.....	90
CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

Mais uma vez, portanto, nos contentaremos em dizer que a palavra civilização descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, o que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos.

Sigmund Freud

A despeito dos avanços na saúde pública em alguns dos órgãos de amparo social, constata-se que eles não estão estruturados a partir de uma lógica interdisciplinar, no sentido de fazer o cruzamento dos dados e atendimentos, levando-se em consideração a possibilidade de se conceber as diversas dimensões do bem-estar físico, psíquico e social do sujeito. Muitas vezes, problemas de violência que são tratados e analisados apenas por dados criminalísticos poderiam começar seus alertas profiláticos de precaução, especialmente em casos de maus tratos e violência doméstica, por meio da saúde pública e não na consolidação do ato da queixa criminal apenas. A possibilidade de uma leitura dessa natureza poderia ser considerada ampla e singularizada, fato que contribuiria muito para o entendimento do sujeito que tentaremos pensar aqui, a saber: o sujeito produto de uma relação extremamente singularizada no seu laço inicial afetivo, constituinte de seu psiquismo, interseccionado *a posteriori* como parte de uma múltipla rede composta por vínculos familiares, comunitários e políticos.

Esta pesquisa surgiu a partir de um ato singular, diante da enorme demanda de apoio profissional que foi necessária na época da pandemia de Covid 19, para acompanhamento psicológico de mulheres que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e alimentar. Dei início a tal iniciativa particular, tomando a escuta psicanalítica como forma de amparo a essas mulheres que chegaram até o Instituto Proeza. O Instituto Proeza é uma instituição não governamental do terceiro setor que presta serviços à comunidade no Recanto das Emas, no entorno de Brasília. As mulheres indicadas pelos diferentes órgãos governamentais se sustentam praticamente apenas pelos benefícios ofertados pelo governo e passaram por vulnerabilidade alimentar ao longo da pandemia. Foi a partir do imenso sofrimento provocado em todos

pela pandemia e por uma necessidade emergente da instituição que tomei a iniciativa isolada, quase como um ato de protesto contra o mal crônico que assola o nosso país. Devido à imensa sensação de impotência e sofrimento empático diante de um cenário tão assustador, especialmente para as classes sociais mais desprovidas de recursos, passei a destinar um dia de semana para um trabalho sistemático de atendimentos no Instituto Proeza, para além da assistência material, em termos de suprimentos, que já concedia.

Naquele período da pandemia de Covid 19, vimo-nos diante das angústias e dos assombros de um futuro catastrófico, repleto de medos e de mortes ao nosso redor, que nos distanciava do contato com os nossos parentes, amigos, trabalho, obrigando-nos a permanecer em casa. Dali surge o primeiro impasse: e quando a própria casa significa desproteção, desemprego, desamparo, fome e violência? Como lidar com tal cenário? Essas e outras várias questões apareceram desde o início, deflagrando que a pandemia, ao contrário do que pensavam muitos, não colocaria todos os seres humanos numa condição de igualdade perante a morte, ou seja, a vulnerabilidade do contágio atingiria de forma diferente a população de países marcados por enormes desigualdades sociais. Percebemos que apenas se exacerbaram as diferentes formas de individualismos, distanciando, silenciando e isolando ainda mais pessoas que já se encontravam às margens, exacerbando a enorme desproporção que vivemos em termos de condições de bem-estar social primário em países como o nosso.

Convivemos inicialmente, na pandemia, com os horrores de um cenário que previa um enorme extermínio de pessoas e com o agravante da incerteza sobre o desenvolvimento de medicamentos que nos fizesse vislumbrar um fim para os males que nos assolavam. Tal fato afetava as populações mais carentes de forma mais intensa e rude. Este trabalho me provocou uma série de questionamentos teóricos, cujo resultado apresento aqui.¹

¹ Para além da prática clínica e do amparo teórico iniciados em forma de voluntariado, hoje, em 2023, conseguimos que essa iniciativa se transformasse em um projeto mais extenso aprovado por uma emenda parlamentar. Assim, 100 mulheres são amparadas este ano no instituto Proeza com o projeto "Tecendo a vida". As assistidas participam de grupos para aprenderem o crochê como atividade inclusiva que visa um passo na autonomia financeira. Esses grupos são intermediados por um psicanalista, pois o momento de bordar, de crocheter, é um momento riquíssimo de falas e de material psíquico a ser trabalhado no intuito de que algo da ordem transferencial possa se constituir e, a partir daí, seguem -se os atendimentos individuais. As atividades que aprendem são remuneradas. O instituto já conta com demandas de parcerias empresariais advindas de algumas empresas como, por exemplo, a Euroroma, fabricante de fios ecológicos para artesanatos, que já encomendou a fabricação de 300 peças de crochê para compor o mostruário da empresa, o que garantirá uma renda mínima inicial para as assistidas pelo projeto. Outra parceria foi com a loja Farm, que irá inaugurar uma *pop up store* em Milão que terá alguns itens feitos por participantes do projeto. Esse fato contribui para um vislumbre emancipatório dessas mulheres, pois sabemos que a condição de sobrepujamento em todas as esferas sociais deixam suas marcas, comprometendo narcisicamente uma imagem autorreferenciada que avalize todas as formas de vida e de acessos

A estrutura de Estado moderna no Brasil prevê o sistema de proteção social e de políticas públicas por meio de vários órgãos governamentais, tais como os Caps, Cras, Creas, Varas de violência doméstica, Upas, dentre outros. Sistemas que propõem auxílios de diferentes naturezas no que se refere à assistência das famílias e cidadãos brasileiros e que têm em sua maioria de assistidos cadastrados mulheres negras e de baixa renda. Para se ter ideia da gravidade que perpassam as questões aqui trabalhadas no âmbito individual e social, basta que se acessem os dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Ressalto aqui que, no terceiro mês deste ano de 2023, já batemos mais um recorde em Brasília, com oito casos de feminicídios, o que demonstra a urgência em pesquisas, questionamentos, empenhos dos poderes públicos e individuais na luta contra esse mal estrutural enraizado em nossa sociedade como um todo. É importante lembrar que o assassinato de mulheres em contextos discriminatórios recebeu uma designação própria – feminicídio – desde a entrada em vigor da Lei Federal nº13.014, de março de 2015, que alterou o art. 121 do Código Penal Brasileiro. Nomear o problema é uma forma de tornar visível um cenário grave e permanente: milhares de mulheres são mortas todos os anos no Brasil e, como vemos, só a partir de 2015 é que foi tipificado legalmente como crime específico, diferenciado de qualquer outro crime hediondo. Foram finalmente considerados marcadores importantes, que envolvem a violência doméstica e familiar, a discriminação à condição de mulher, desigualdade de poderes entre os gêneros masculino e feminino, e a consideração de que isso é produto de uma construção histórica, cultural, econômica, política e social discriminatória, sustentada por uma dominação masculina. Considerando a realidade do nosso país como ex-colônia portuguesa, o poder de gênero não faz parte isoladamente do jogo de horrores que se apresenta; temos que considerar também o poder de uma determinada classe, branca, colonizadora dos corpos negros, que contribuiu drasticamente para a triste construção do lugar reservado aos corpos de mulheres negras na nossa sociedade.

a certos lugares. Isso faz com que não se vejam capazes de terem direitos e de pertencerem a uma ordem pública de forma normatizada em que o direito de pertencer à lógica social de mercado seja para todos. De certa maneira, há uma grande força de resistência que faz barreira e há de ser vencida no âmbito individual. Por pior que sejam as condições de violência de todas as ordens as quais determinadas pessoas estejam expostas, a adesão e a resistência encontradas no trabalho de desalienação de uma relação abusiva ainda é um desafio; a saída de uma posição passiva amedrontada ainda precisa vencer o sentimento do desamparo do malfeitor e da esfera pública.

Quando nos voltamos para os dados estatísticos cedidos pela secretaria de segurança pública do DF, constata-se que, desde que o feminicídio foi tipificado como crime, durante os seis primeiros anos da lei, ou seja, de 2015 a 2021, o total de feminicídios ocorridos em Brasília e entorno contabilizava-se em 134 casos, considerando-se que, de todos os casos, 24,6% eram mulheres brancas e 73,9% pardas e pretas. Dados estatísticos nacionais aparecem num relatório recente feito pela Anistia Internacional e revelam que quatro mulheres foram mortas por dia no primeiro semestre de 2022 e que 62% delas eram negras.

Não podemos dizer que se trata de uma minoria ou de uma coincidência, mas de um grave problema político-social, com matrizes históricas que se perpetuam em suas diferentes performances de laço social e que todas essas matrizes, desde as esferas públicas até as mais constitutivas do sujeito singular, psicanaliticamente falando, são permeadas pela linguagem, por significantes presentes nesses laços que trabalharemos aqui.

Tais matrizes históricas imprimem marcas que se perpetuam, construindo circuitos de violência diferenciados que vão se normatizando ao longo do tempo e assim atingem as esferas mais constitutivas e singulares dos indivíduos. Dessa forma, trazem consequências sintomaticamente crônicas para o interior de uma sociedade comprometendo a ação autônoma dos indivíduos na sociedade.

Como nos coloca Honneth,

os maus tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social. Portanto, o que é aqui subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o respeito natural por aquela disposição autônoma sobre o próprio corpo que, por seu turno, foi adquirida primeiramente na socialização mediante a experiência da dedicação emotiva. A integração bem sucedida das qualidades corporais e psíquicas do comportamento e depois como que arrebatada de fora destruído assim, com efeitos duradouros, a forma mais elementar de auto relação prática, a confiança em si mesmo. (HONNETH, 2003, p.215)

São muitas as dificuldades envolvidas na prática clínica fora do enquadre típico estabelecido na psicanálise, dificuldades que perpassam a diferença de classe e a enorme desproporção que há entre os mais afortunados e a população de que tratamos aqui, pois aí estão presentes o racismo estrutural, a falta de escolaridade, uma dificuldade de compreensão sobre o papel de domínio a que está submetida e quais seriam seus direitos a reivindicar. Enfim, para além de

toda a problemática descrita, advinda do trágico histórico escravagista que repercute naquilo que ainda faz sombra no corpo da mulher negra no âmbito civil, social e psíquico em suas diversas formas simbólicas de circulação de afetos no âmbito relacional, teremos ainda que delimitar epistemologicamente de que lugar, junto com um pensamento lacaniano, faremos o recorte do corpo.

Partiremos das dificuldades na dinâmica dos circuitos institucionais e seu amparo interpretativo. Contextualizaremos a proposta dentro do nosso espectro geográfico e trataremos do conceito de raça entre o biologicismo e as ideologias que tentaram se respaldar em pretensas bases científicas como forma de domínio. O testemunho de autoras negras psicanalistas nos auxiliará a pensar na colonialidade do lugar ao qual o corpo da mulher negra ainda hoje é relegado. Essas contribuições irão nos ajudar a lidar com questões presentes na clínica, trabalhos que se proponham a atuar no campo social, no nosso país. E finalmente tentaremos pensar de que maneira a clínica psicanalítica lacaniana poderia ser considerada uma estratégia para reedição do reconhecimento proposto por Honneth, sem deixar de considerar os diferentes objetos de estudo das duas teorias, que são diferenciados.

Honneth trabalha as experiências de sofrimento presentes em grupos identitários considerando-as decorrentes de um deficit de reconhecimento. O que buscaremos pensar aqui é a possibilidade de que a prática clínica sustentada pela psicanálise lacaniana, possa servir de estratégia para atingir, de certa maneira, os sujeitos marcados pela violência que se capilariza historicamente no interior da nossa sociedade. Tentaremos traçar um percurso através de alguns casos clínicos, para pensar a psicanálise lacaniana como um possível recurso de reedição e de reposicionamento do sujeito no que se refere à sua posição malograda na sociedade trazendo a proposta para ser refletida dentro da teoria do reconhecimento. É certo que Honneth coloca na visada de resolução para conflitos sociais as formas de reparos legais e institucionais como proposta de reparo na horizontalidade das relações, alegando a importância das lutas por reconhecimento como o caminho para tais conquistas. Ele toma Winnicott como autor de referência para sua sustentação teórica sobre a importância dos vínculos iniciais entre mãe e bebê na edificação do laço primeiro, momento em que o reconhecimento se constituirá. O que iremos propor aqui é que a prática clínica lacaniana que se sustenta na teoria do sujeito do inconsciente, constituído pela linguagem, possa ser usada como estratégia de crítica social. Isso é possível na medida em que se entende que a rede significante que se coloca por meio da linguagem e da circulação de afetos inerentes a esta é o gérmen constitutivo dos sujeitos e de seus conflitos.

O trabalho assistencial oferecido na maioria das instituições filantrópicas que atendem adolescentes e adultos costuma passar por uma perspectiva de reintegração e reposicionamento do sujeito em algum espaço social e profissional, ajudando-o a forjar uma sua autonomia, trabalho que requer que sejam discutidos temas nos campos político, sociológico, antropológico, e jurídico, entre outros. Por vezes, os limites destas análises escoam com frequência para fenômenos psíquicos singulares, como proposições articuladas com sintomas sociais. Sendo assim, deparamo-nos com uma sobreposição de campos que nos leva a interrogar o limite entre as causas internas e externas que são inerentes à condição da problemática política social. Não são raros os trabalhos filosóficos que dialogam com o campo das psicologias e da psicanálise, buscando uma teoria do funcionamento do psiquismo para compor seu argumento, como também é comum a utilização dos suportes teóricos advindos da filosofia para sustentar a clínica em sua construção teórica.

A psicanálise, como sabemos, ao se deter na ordem do sujeito do inconsciente, ou seja, daquilo que concerne à singularidade do ponto de vista da constituição subjetiva, abstém-se muitas vezes de leituras que trazem interpretações sobre a coletividade, de questões identitárias e de minorias, por exemplo. Uma certa psicanálise trata das questões que englobam o conceito de reconhecimento como questões meramente narcísicas, nas quais o sujeito pretende ter a imagem do seu Eu reconhecida pelo Outro. Sendo assim, questões dessa natureza são encaradas como uma operação relativamente simples, que não se mostrariam dignas de maiores aprofundamentos, encerrando-se numa espécie de demanda de reconhecimento dessa afirmação de determinados traços egoicos. A posição da psicanálise por parte da maioria das instituições, em muitos dos temas que envolvem um certo posicionamento, tais como questões políticas e identitárias costuma ser a de manterem-se numa posição de neutralidade sem entrar nas discussões como se tivéssemos que nos abster do debate público sobre certas questões que na verdade nos concernem. De certa forma, esse posicionamento defensivo da psicanálise a descompromissou historicamente, ao longo de muitos anos não trazendo para o interior de sua clínica e de sua teoria o compromisso relativo ao que se propaga como um quadro normativo, justamente naquilo que é o objeto de seu estudo, que é a linguagem e o que ela dissemina imaginariamente como *modus operandi* no interior dos sujeitos e da sociedade.

Diante da tentativa de se pensar amplamente o que tange a esfera pública e particular do ponto de vista daqueles que participam de determinadas formas de opressão, agressão e lugares malogrados na nossa sociedade, propomos tentar um diálogo pontual com alguns elementos da

teoria social de Axel Honneth. Tentaremos respeitar seus limites e suas propriedades epistêmicas e teóricas, mas assumimos os riscos de poder compreender a psicanálise como estratégia, como ferramenta de produção de atos de reconhecimento.

Pensaremos de que forma a psicanálise lacaniana a partir de exemplos clínicos, pode funcionar como um suporte naquilo que dentro do campo filosófico se concebe como as gramáticas de reconhecimento e de que maneira a linguagem do nosso tempo, traz significantes para dentro da clínica psicanalítica. Pensaremos como o tratamento dessas questões especificamente no que se refere a violência que o racismo impingiu no nosso contexto histórico podem ser tratadas na clínica lacaniana e funcionar como uma espécie de reedificação identitária na relação com o outro dentro de uma estrutura social. Será nessa circulação entre o um e o outro, no entre, na inter-relação, tal qual Honneth nos coloca, por meio de Winnicott e Hegel, que a constituição do psiquismo fará sua edificação. Sabemos que uma simples transposição da teoria psicanalítica para a leitura e o entendimento dos mecanismos que regem e mobilizam o âmbito social, científico, político e religioso seria uma extrapolação teórica, como bem colocou Freud na sua preocupação de que a psicanálise pudesse vir a ser interpretada como uma *Weltanschauung*, ou seja, uma “visão de mundo” que possa apresentar um quadro do universo com uma coerência fechada, sem falhas. Freud nos mostra que a psicanálise diverge da ciência quando se apega à ilusão de ser capaz de se apresentar como uma teoria “sem falha e coerente, embora tal quadro esteja fadado a ruir ante cada novo avanço em nosso conhecimento”. (FREUD, 1932)

No primeiro capítulo tentaremos abordar de que maneira a psicanálise tem sua implicação na esfera política, enquanto formas de circulação de afetos e de distribuição de poder. Pensaremos também como a linguagem fará efeitos no laço inicial da vida dos sujeitos e de que forma ela transmitem afetos que funcionarão na engrenagem de reprodução das dinâmicas político sociais. Tendo o medo e a esperança como elementos afetivos importantes nessa engrenagem, contribuindo como provocadores de assujeitamentos em múltiplas esferas no que se refere a posição da mulher negra especialmente no nosso país. Iremos pensar como as lutas por reconhecimento podem ser escutadas na clínica psicanalítica, na tentativa de não reduzi-la a uma referência a imaginária de ideal de eu escutada onde tentamos circunscrever a importância e a carga simbólica histórica trazida nas queixas desse público de mulheres negras e todas as imensas implicações políticos sociais que elas abarcam. Consideraremos os questionamentos de Judith Butler sobre o binarismo heteronormativo o qual o modelo teórico psicanalítico freudiano se propõe e iremos tomar a psicanálise lacaniana que se dedica a desambiguar Freud e

Lacan, na tentativa de escapar de uma matriz dividida entre fálicos e castrados como abertura a se considerar uma possibilidade epistêmica que possa introduzir uma ordem desbiologizante para a discussão. Partiremos por conceber então como base para pensar a clínica psicanalítica, o modelo teórico produzido pela Abertura Para Outro Lacan (APOLa)², instituição de psicanálise que se empenha em estudos de investigação científica que visam essa perspectiva como base de referência. Na tentativa de desalojar a questão de uma lógica binária falocêntrica tentaremos ainda no primeiro capítulo, entender de que forma o tecido social sustenta lugares e posições a partir de expressões e significantes que contribuem na manutenção de lugares sociais expandindo seus efeitos nos laços pessoais e institucionais em algumas de suas diversas formas de violências normativizadas.

No campo da filosofia, a partir da Teoria Crítica proposta pela escola de Frankfurt, instituto de referência sobre estudos de pesquisas sociais, podemos pensar de que forma um programa filosófico pode investigar cientificamente os efeitos do progresso da razão, e seus efeitos nas diferentes esferas de reconhecimento. Por meio de Honneth, podemos pensar o indivíduo desde o nascimento e os conflitos inerentes a sua constituição psíquica até as esferas jurídicas e sociais mais complexas em termos políticos e individuais. A teoria crítica tenta agregar teoricamente o entendimento de dados históricos, investigando os fundamentos da razão e seus processos. Ela interroga, por meio de seus contornos teóricos, os espelhos e as sombras que a própria sociedade não consegue reconhecer, muitas vezes devido a seus excessos de racionalização. Podemos ter como exemplo os testemunhos das barbáries que já foram produzidas na modernidade e suas sofisticadas e complexas construções de si por meio das guerras, das colonizações, da destruição de povos que se seguiram daí, etc.

A filosofia social de Honneth nos interessa aqui porque ela traz uma perspectiva antropológico-filosófica da condição do humano baseada em Hegel, na qual o amor é concebido como um “ser-si-mesmo em outro”, e nele estão incluídas as relações afetivas primárias que dependem de um equilíbrio precário de autonomia, ligação e dependência.

Honneth, então, se utiliza da psicanálise, por meio de Winnicott, retomando a ideia freudiana de que a autorreferência se molda a partir do outro e será a partir daí que ele considerará a importância de trazer para dentro de sua teoria social a dimensão dos conflitos intersubjetivos.

² Sociedade psicanalítica orientada por um programa de investigação científica (PIC).

Contribuições que a princípio parecem complementares entre o particular e o coletivo, na realidade, não são. Reconhecemos também uma certa dificuldade da psicanálise em incorporar questões com viés mais sociológico em suas concepções, pois essas leituras coletivizadas, do ponto de vista teórico, são sempre um risco para psicanálise. É preciso levar em consideração que, epistemologicamente falando, trata-se, na maioria das vezes, de diferentes objetos de estudo em cada uma das diferentes disciplinas. E, como veremos, as diferentes psicanálises existentes – seriam elas unificáveis pelo que se considera a categoria do “humano”? – serão constituídas de diferentes objetos de estudo, de diferentes ênfases teóricas que têm consequências para a compreensão do tratamento e de seu fundamento ético.

Diante das dificuldades para iniciarmos as delimitações teóricas entre os campos que nos propomos a tratar, será feito no segundo capítulo uma discussão onde algumas das bordas epistêmicas possam fornecer uma base teórica para o modelo psicanalítico a ser tratado aqui. Como sabemos, para além das diferenças entre o objeto de estudo entre a teoria crítica e a psicanálise, temos algumas diferenças epistêmicas entre os diversos modelos teóricos de diferentes psicanálises. Sendo assim, o segundo capítulo se inicia tentando situar minimamente as bases de sustentação da proposta de uma psicanálise trazida por Alfredo Eidelsztein, onde é marcada por uma cisão entre alguns pensamentos entre Freud e Lacan, especialmente no que tange a supremacia da linguagem na origem do sujeito. A partir daí, algumas das consequências teóricas que se desdobrarão, serão consideradas dentro de um espectro onde Eidelsztein articulará Freud como sendo um evolucionista e Lacan um criacionista. Iremos trazer o Lacan proposto pela Apola, onde a lógica da linguagem como constituinte do sujeito, se diferencia da proposta Freudiana em que o corpo irá ocupar dentro das duas propostas psicanalíticas. Traçando outras implicações teóricas sobre o modelo Freudiano da pulsão e de temporalidade da instalação do que se entende por aparelho psíquico e sujeito. Traremos através do caso de Laiz, uma possível elucidação a respeito da anterioridade da linguagem a qual está submetida a constituição do sujeito, bem como também iremos delimitar de certa forma o lugar do corpo não como o objeto que é banhado pela linguagem como nos propõe Freud, mas sim os corpos são fundado pela palavra.

A psicanálise Freudiana passou por uma outra virada epistêmica a qual podemos considerar que tenha sido a precursora de seu deslocamento epistêmico. Ainda no segundo capítulo, tento resgatar esse deslocamento através de Politzer, pois ao formular sua crítica a psicologia fenomenológica de sua época, Politzer formula o que ele irá chamar de psicologia concreta. Ele

irá introduzir não só a questão do drama como divisor de águas da psicanálise com relação as outras teorias psicológicas, como irá considerar que Freud deveria substituir a introspecção pela narrativa. E assim, Politzer traz a importância de se amarrar os sentidos através da linguagem como distinção epistêmica fundamental para que se instaure a psicanálise num campo onde o orgânico, o corpo como matéria não possa mais ser considerado a despeito da palavra, da narrativa dos sonhos e de tudo aquilo que o paciente possa descrever sobre seu drama particular. Logo em seguida tentaremos seguir no entendimento de como Freudiana, no que se refere a diferença sexual e de que forma ele cai nos binarismos entre fático x castrado, ativo x passivo e como a lógica da subordinação possa estar referida a criação dos papéis sociais que foram sendo incorporados a partir de uma estrutura de dominação que se supunha apenas binária de quem tem ou não, o falo, a força, o domínio. E sendo assim as forças políticas não escaparem dessa lógica a qual o modelo atual de circulação de afetos, nos obriga a questionar dentro de outras matrizes teóricas para que se dê novos lugares de circulação a todos os corpos. Trazemos Lacan no intuito de que os três registros possam ser incorporados como peça fundamental para o entendimento de que de a dimensão corporal não se resume ao corpo biológico mas que este se configura em diferentes momentos históricos por diferentes roupagens significantes e nesse sentido a linguagem tem o corpo.

São muitas as dificuldades de articulação interpretativa nas diferentes teorias citadas – a psicanálise lacaniana e a teoria crítica – não são as únicas a serem pensadas no presente trabalho, pois os diferentes entendimentos sobre o que se concebe por “indivíduo e sujeito” constituem um ponto em que se faz necessário algum aprofundamento para que saibamos que a psicanálise winnicottiana tomada por Honneth se diferencia da psicanálise lacaniana que delimita na linguagem a causa e o surgimento do sujeito.

Lacan pensa o sujeito no laço social mas para pensarmos num debate com a teoria crítica, teremos que respeitar suas diferentes categorias de sujeito/indivíduo, e suas diferentes epistemes. As dificuldades e as questões são inúmeras, tanto no que se refere aos impasses teóricos quanto aos que se passam no interior do setor público e das instituições de amparo. Dificuldades que incluem até as cartográficas, no âmbito das instituições públicas e no que elas oferecem como amparo. Se contássemos com uma estrutura interligada que pudesse rastrear a passagem das pessoas e seus diferentes diagnósticos nos diferentes órgãos e esferas institucionais, talvez poderíamos ter um melhor entendimento sobre problemáticas que se encontram no limite entre o que é um problema de violência, de justiça, e de polícia, e o que seria um problema de saúde

mental. Se cruzamentos de dados fizessem parte de uma rede interligada, claro que mantendo os devidos sigilos necessários para proteção do assistido, se poderia ter conclusões mais profícuas na condução dos casos, e, quem sabe assim se criasse um código de conduta profilática – em termos de políticas públicas – voltado para o bem-estar social mais abrangente em termos de violência doméstica, unindo a realidade das particularidades de cada sujeito num cadastro único de informações.

Essa ideia funcionaria como se pudéssemos reproduzir o mecanismo de centralização de dados em um lugar, tal qual como acontecia em décadas passadas, pelos antigos médicos de família. Antigamente, existia essa dinâmica de se ter um médico de referência. A interpretação sobre este ou aquele outro mal-estar de qualquer membro de uma determinada família, independentemente da categoria – emocional, físico ou familiar – desembocava num lugar particularizado de interpretações, muito comum na função do clínico geral, que era concebido como um médico da família. O que chamo de médico de família aqui é aquele médico que encontramos principalmente no interior do Brasil, em cidades que tinham uma população pequena e um único médico ou poucos, que eram testemunhos das dinâmicas e da saúde bio-psico-social das famílias. Existia uma função pública chamada de médico das cidades, que aparecia de tempos em tempos e era levado das cidades maiores pelas secretarias de saúde dos estados aos lugarejos mais distantes. Estes conseguiam atender e acolher seus pacientes, inclusive uma família inteira e suas diversas naturezas de queixas. Desta maneira, as queixas ficavam centralizadas e reunidas em termos interpretativos, e as demandas e acontecimentos dentro de um núcleo familiar eram assistidos de forma integral, dentro de sua pluralidade de demandas e acometimentos. Não se trata aqui da defesa de um antigo modelo de saúde pública, mas sim, da constatação de que um modelo de saúde pública que tinha um elo de articulação interpretativa importante tenha se perdido, talvez pelo processo de racionalização e proliferação da estrutura institucional ampliada tecnologicamente. Esse dado pode ter provocado efeitos e dificuldades interpretativas maiores diante dos diferentes diagnósticos que perpassam as questões entre a saúde mental e a violência, por exemplo. E de certa maneira, esses registros conduzem e delimitam lugares dos sujeitos dentro da sociedade.

Essa trama interpretativa independente das diferentes especialidades que se encontram em torno do sujeito assistido. Isso possibilita que a rede de significantes produza significados menos pulverizados entre os diversos órgãos de amparo governamentais e as diversas especialidades médicas. Acredito que este fato agrava e de certa forma contribui pouco para o amparo

do paciente, que, ao se ver entregue a um universo de interpretações e verdades diagnósticas, muitas vezes díspares entre si, se vê abandonado, à deriva de uma automedicalização através do álcool, por exemplo. Situação que podemos ver na maioria dos casos de violência doméstica no nosso país.

A exemplo da problemática de unificação de dados, está o fato de que não tem como o CREAS da Ceilândia, por exemplo, o que ocupa o primeiro lugar em número de feminicídios, contabilizando 19 casos nos seis anos considerados nos dados da secretaria, ter acesso a informações sobre as possíveis consultas dessas mulheres nos Caps, no hospital de base, ou em qualquer outro posto de saúde ou órgão do governo para que facilite a avaliação de gravidade de risco que estas mulheres estão correndo. Para que o Estado e a justiça considerem que estas mulheres estejam em situação de risco, a ponto de pedir medidas protetivas, espera-se que elas registrem uma ocorrência na delegacia da mulher.

Para se ter uma ideia da gravidade dos riscos que muitas delas estão sofrendo neste momento, basta ver que das 134 vítimas de feminicídio no DF de 2015 a 2021, apenas 39 haviam registrado ocorrência anteriormente antes de serem executadas. O que pretendo considerar é que, em diferentes escalas de trabalhos no âmbito do amparo e assistência social, a começar pela saúde, especialmente na saúde mental, tem-se uma possibilidade muito maior de se prevenir e alertar as mulheres expostas aos maus tratos por seus companheiros com maior eficácia, pois as dores e as feridas – tanto físicas quanto psíquicas – têm seu primeiro e, em muitos casos, único amparo em consultas, na intimidade de um campo isolado com um médico ou numa demanda de tratamento psíquico, antes de qualquer etapa denunciatória.

Pensar nessa perspectiva de agregar dados, agregar falas, circunstâncias e procedimentos é poder pensar em criar condições de interações e deslocamentos entre os significantes que circulam na máquina simbólica de cada paciente e por consequência na família dele e na sociedade. Se podemos falar em tratamento, e em reintegração de um sujeito a uma esfera de reconhecimento qualquer numa sociedade, acreditamos que isso passe pelo âmbito de acolhimento transferencial, para que se possa gerar condições no amparo das diferentes externalizações de manifestações do inconsciente, pensar num certo espaço simbólico de resgate e respeito à palavra trazido pela potencialidade da psicanálise e na força com que ela traz podendo assim se propor a participar como ferramenta estratégica para a saúde pública.

A proposta da Casa da Mulher Brasileira é uma iniciativa pública que pode ser pensada nessa perspectiva de termos uma certa unificação destes serviços de amparo, mas quando o ato

da violência já tenha se efetivado. O que propomos ao pensar em interligação de dados numa espécie de memória dos diferentes serviços propostos pelo governo seria no sentido de tentarmos pensar numa espécie de profilaxia para detecção precoce das diferentes formas de relações abusivas que, ao se presentificarem, seriam detectáveis em consultas corriqueiras e em diferentes atendimentos propostos pelo governo, seja ele na escola, no posto médico, na entrega de uma cesta básica pelo Cras, onde quer que apareçam indícios de que haja algo abusivo na relação, que na grande maioria das vezes fica escamoteada pela vítima.

No terceiro capítulo do presente trabalho, tentaremos trazer o peso das dores historicamente acumuladas e pensa-las de que maneira o próprio conceito de raça tenha sido pautado por uma matriz biologizante como estratégia de dominação no mundo ocidental. Iremos pensar de que forma as relações de poder foram pautadas com tentativas de pretenções, inclusive científicas de provarem a supremacia da branquitude perante os povos escravizados faziam parte de uma estratégia de dominação, e como não poderia ser diferente, deixaram suas marcas nos povos colonizados. Pensaremos como a psicanálise se posicionou frente a essa temática, haja visto que ela enquanto arcabouço teórico importado do mundo europeu para nossa realidade deveria ter no seu cerne um comprometimento de responsabilidade de ser partícipes na configuração de uma nova ordem simbólica que legitime nossa história e os sintomas subsequentes de um país escravizado e colonizado. Me parece que os espaços das análises não podem se abster de contribuir para produção de uma narrativa analítica condizente com a nossa cultura e nossa história isolando alguns marcos que selam determinados corpos. Aqui iremos nos aportar a psicanalistas negras que a partir de suas experiências clínicas, trazem para dentro da psicanálise Brasileira até então elitista, pautada por paradigmas da clássica clínica europeia, a responsabilidade clínica a qual nos deteremos a refletir aqui. A partir dessas contribuições iremos desenvolver ainda no terceiro capítulo, um caso clínico onde se abrem possibilidades de pensar a responsabilidade dos efeitos da psicanálise na esfera pública, onde esta possa ser pensada como estratégia da conquista ao que Honneth considera em sua teoria por autonomia e reconhecimento, tendo como efeitos de seu trabalho, impactos inclusive na esfera jurídica.

Enfim, essas e várias outras questões percorrem o desenrolar do meu novo de inquietações, que, assim como as crocheteiras e bordadeiras do projeto, tento por meio de alguns pontos construir curvas e imagens, alinhavando conceitos, narrativas e teorias em busca de novos cenários.

1. PSICANÁLISE E A ESFERA POLÍTICA

As organizações políticas, econômicas e sociais são parte das formas como nossos desejos se inserem na dinâmica do mundo, estas são compostas pelas fantasias que circulam e pelas que são reprimidas na esfera pública e nisso um circuito de afetos se naturalizam.

Vladimir Safatle

Levando-se em consideração que as formas de organizações a serem pensadas para o mundo não devam passar apenas por distribuição de poder e de dinheiro, mas sim, pelos afetos, desejos e fantasias implícitos na máquina produtora dessa engrenagem, a psicanálise tem sua implicação nisso, junto à filosofia e às diversas teorias que tentam dar conta do que é da ordem do humano dentro do processo civilizatório. Os sujeitos que aparecem no desenrolar do cenário político dizem respeito às novas dinâmicas desejantes suscitadas pelos afetos, e estes sujeitos são produtores de discursividades e significantes. A trama política, assim como qualquer laço relacional, traz consigo algo da ordem subjetiva, representado pelos afetos primordiais que modelarão o enredo político-social. Safatle se ampara em Hobbes, pois Hobbes simboliza espécie de momento fundante do pensamento político moderno, com isso sustenta que estes afetos reguladores são primordialmente dois; um que nos limita e outro que nos move. São eles o medo e a esperança.

Uma articulação colocada pela filosofia política moderna, pelo menos desde Hobbes, é a ponte entre os afetos e o corpo político.

De todas as paixões, a que menos faz os homens tenderem a violar leis é o medo(...) excetuando algumas naturezas generosas, é a única coisa que leva os homens a respeitá-las. (HOBBS, 2003, p. 253).

Sendo assim, uma das paixões que se mobilizam politicamente dentro do circuito dos afetos é o medo e será a partir dele que se conquista o respeito às leis. Cabe-nos pensar então: como produzimos esse medo e de que maneira continuamos a produzi-lo de forma latente e silenciosa na vida social? A questão passa por como produzimos modelo social de aderência às normas e coesão social por meio do medo. Um início a ser pensado, a partir dessas questões, está em considerarmos as diversas formas de medos às quais estamos expostos, e como eles justificam muitos dos nossos atos inseridos na nossa cultura, e isso é diferente em cada coletividade. O medo da perda dos nossos bens, da invasão da nossa privacidade, de uma morte violenta, de não aceitação em determinados grupos sociais, etc fazem com que tomemos inúmeras medidas de segurança em nossas casas, alarmes, câmeras, condomínios, guardas para além de todas as defesas superegóicas atuantes. Há ainda o medo e o desrespeito à nossa integridade física e moral, que hoje em dia inclui insultos aos nossos predicados que podem ser expostos publicamente nas redes, e o medo da não aceitação da própria imagem no contexto das redes sociais. A hegemonia vigente de parâmetros estéticos e de narrativas nos reatualizam na sua forma última de medo como um afeto intransponível.

Com relação ao corpo da mulher negra, o medo talvez seja o elemento provocador de assujeitamentos de múltiplas formas, não só às leis, mas ao que nos é mais assombroso, as arbitrariedades que as supremacias do patriarcado, da colonização e do machismo ainda o submetem. Para Safatle,

Trata-se principalmente e de maneira silenciosa, de definir a figura do indivíduo defensor de sua privacidade e integridade como horizonte, ao mesmo tempo último e fundador, dos vínculos sociais. A defesa da integridade individual não significa, no entanto, apenas a elevação da conservação da vida a condição última de legitimação do poder. “Integridade” significa aqui também a soma dos predicados que possui e que determinam minha individualidade, os predicados os quais sou proprietário. Assim, a tese principal é que o medo como afeto político central é indissociável da compreensão do indivíduo, com seus sistemas de interesses e suas fronteiras a serem continuamente defendidas, como fundamento para os processos de reconhecimento. (SAFATLE, 2015, p. 5)

Ao transpormos essas e outras questões a respeito da complexa trama histórica, política, filosófica à qual está exposta a particularidade da condição da mulher negra dentro da sociedade brasileira, torna-se necessário diferenciá-la em muitos aspectos que, na maioria das vezes, não são considerados com a excepcionalidade merecida de distinção de outros grupos que lutam por reconhecimento na atualidade. Parece-nos importante que tenhamos que desenvolver recursos

teóricos, no sentido de reconhecermos marcadores que incidem seus efeitos nas distintas instâncias psíquicas, no âmbito simbólico, imaginário e real, que interpelam a psicanálise de alguma maneira.

Reconhecer a força da incidência e do mal estar que o tema abarca, como um complexo de fatores opressivos e discriminatórios vigentes na nossa sociedade com relação às mulheres negras, é atentar que essa força não pode ser neutralizada no nosso país e nem na psicanálise nacionalmente praticada, como se se tratasse de dado imaginário comum presente em crises identitárias compostas por déficits de reconhecimento na esfera coletiva. A força da cadeia de significantes, articulada em séries seculares, exerce um suporte de manutenção de determinadas gramáticas políticas e sociais. Tal fato, se não for reconhecido por cada um de nós, que compomos e mantemos a rede de significantes e significados circulantes, cada qual dentro das suas relações, lidando com os seus próprios narcisismos das pequenas diferenças, tornará impossível pensar na criação de condições e políticas de diminuição da segregação. Freud nos demonstra como acontecem as ligações libidinais no interior dos comportamentos de massa, e nisso está incluído o que nos permite suportar da especificidade e da diferença do outro. E ressalta que o narcisismo das pequenas diferenças revela-se na resistência e na recusa de qualquer pormenor que venha a diferenciar o sujeito dos outros. Vale a pena ressaltar que o narcisismo das pequenas diferenças não acontece só no interior das massas, com também acontece na relação do um a um, como uma certa unidade do eu. Como nos traz Bonilla (2017), como sustentamos o racismo no interior da nossa cultura sem racistas? Afinal, se perguntarmos para qualquer um se ele se considera racista, dirá que não; portanto, a problemática há de partir das sombras às quais todos nós estamos submersos.

A opinião branca de bom senso sobre questões raciais é que os racistas são poucos e distantes entre si, que a discriminação praticamente desapareceu desde a década de 1960 e que a maioria dos brancos são daltônicos. Essa visão, que surgiu na década de 1970, tornou-se viral com a eleição de Barack Obama como presidente em 2008. Os brancos parecem estar gritando coletivamente: "temos um presidente negro, então finalmente estamos além da raça!" [...] O que aconteceu é que a supremacia branca nos Estados Unidos (ou seja a estrutura racial da América) mudou. Hoje surgiram práticas de um "novo racismo" que são mais sofisticadas e sutis do que as típicas da era Jim Crow. No entanto, como argumentei, essas práticas são mais eficazes quanto às antigas na manutenção do status quo racial. (BONILLA, 2017, p. 11)

Assim como os nossos espelhos originários devem nos interpelar, o poder também nos interpela e faz isso a partir de algo que nos convoca a dizer quem somos nós. Uma espécie de

imperativo que diz: “Quem é você?” E a depender de como você responde a essa interpelação do poder, isso o convoca a achar-se em algum nicho identificatório. Essa interpelação do poder, nos convoca a partir de certos marcos hegemônicos do que se entende por uma certa normatividade.

A interseccionalidade nos mostra como se dá o encontro das identificações, estas que se traduzem em marcos de sistemas de opressão e de desigualdades, e entende que, quanto maior for o cruzamento desses regimes de opressão, mais vulnerável esse corpo estará. Sendo assim, temos, no presente trabalho, duas categorias – mulher e negra – que, no caso, se interseccionam, agregando em seu cruzamento de desigualdades e opressões, que gostaria de apontar como algo que não pode ser ignorado como um marcador coletivo importante, especialmente dentro de um trabalho com população de mulheres periféricas mantidas por auxílios governamentais.

As marcas específicas que portam as mulheres negras³, de alguma forma, delimitam um cruzamento de identificações marcado por um sistema de desigualdades de direitos dentro de um poder patriarcal que se apresenta como racista, misógino e colonial, que faz com que uma série de questões estejam implícitas em seu corpo.

Vários desses questionamentos apareceram quando, ao escutá-las, eu estava apenas me propondo a romper muros de uma topologia urbana segregadora, como dito anteriormente na introdução do trabalho. Em meio à pandemia, reconhecendo que minhas sessões de análise eram boias salva-vidas jogadas num mar de sufocamentos, resolvi me propor ao trabalho voluntário de escuta para aquelas mulheres que mal estavam se alimentando e alimentando seus filhos. No desenrolar das escutas, deparo-me com a minha ingenuidade, minha cegueira político-social, meu recalque defensivo talvez, herdeiro de um certo mito de democracia racial em um país tão miscigenado, que se vende como exemplo de mistura de raças. Começo a *ouvir o peso* das palavras. Isso mesmo, palavras pesam, colorem peles, destinam lugares, marcam corpos, estratificam classes, constroem modelos dominadores e assim impingem sofrimentos e condições incalculavelmente maléficas a determinados sujeitos. Trazer o peso desses significantes para dentro da clínica psicanalítica brasileira é algo que, a partir dessa experiência, me parece imprescindível.

³Aqui deixo claro que a categoria “preta” está incluída em negras, assim como nos dados estatísticos anteriormente referidos.

Poder ouvir "as lutas por reconhecimentos" numa fala em análise, ou seja, poder ouvir o significante preexistente anterior ao analista e a(o) paciente negra(o) sem tomar isso como uma reivindicação especular/imaginária, como é comum que se faça por parte dos analistas, é, quem sabe, poder escutar o que vem da ordem do político e do social. É, quem sabe, permitir que ali se escute que há um sujeito que é marcado singularmente por uma política de afetos circulantes que imprimem marcas em determinados corpos, e que isso não só se reduza a uma limitada interpretação de que o ideal do Eu é, de fato, inatingível e tudo que seja matéria de reconhecimento e que seja referente à imagem, se apresente como uma operação narcísica a ser desinflada e reduzida em sua queixa.

A carga que o corpo da mulher negra carrega a coloca, desde sua concepção, como pertencente a uma série de vulnerabilidades que são estatisticamente comprovadas. Entre elas podemos citar a expectativa de vida menor e a exposição a um risco maior de serem vítimas de feminicídio, como vimos nos dados da secretaria de segurança pública de Brasília, por exemplo.

Interessa-nos investigar aqui como a psicanálise brasileira, sustentada por uma teoria falocêntrica freudiana, que parte do princípio do “ter ou não ter” o falo, lida com os vultos e sombras invocantes de um imaginário social, especialmente em se tratando de mulheres negras no nosso país.

A posição de Freud é marcada pelo modelo binário típico da tradição patriarcal comum a história das sociedades ocidentais, onde se consideravam o masculino como universal e apontavam o feminino como particular, e assim definiam o homem como menos problemático e mais facilmente inteligível. A escolha da mulher como particular e do homem como universal teve efeitos na teoria freudiana.. Será assim, sob a égide do paradigma do falocentrismo a partir do masculino como referência, que se designarão as polaridades binárias constituintes do modelo Edípico freudiano. Modelo sustentado no ter o pênis e conseqüentemente sua referência imaginária com o ter o falo, como forma positivada de neutralidade para desenvolver os antagonismos. como referenciais para construir a teoria edípica da castração. Como pilar constituinte da subjetividade, os opostos na teoria Freudiana, participam dessa construção do lugar do homem como uma certa hegemonia de pensamentos onde se associam o homem à masculinidade e conseqüentemente à atividade, e a mulher à feminilidade e a passividade. Daí por diante os referenciais teóricos sobre a castração dentro da psicanálise Freudiana se pautará para as mulheres, na lógica da inveja do pênis.

Sendo assim as mulheres-negras trazem em si feridas coloniais duplamente marcadas pelos significantes mulher e negra dentro de uma realidade de domínio masculino patriarcal, machista, sem interrogar o interior de sua teoria, também colonizadora, importada de uma Europa em condições completamente díspares da nossa, sem considerar como dado clínico a realidade local tão abusiva, como é a do Brasil em relação especialmente no que se refere a estes corpos aqui tratados. Ou seja, como a psicanálise brasileira lida com o próprio patriarcado colonialista intrínseco na sua constituição?

Sabemos que Lacan radicaliza o binarismo freudiano que parte do questionamento sobre a castração, de forma a conceber o corpo em três registros; são eles o simbólico, o imaginário e o real. Essas três dimensões na teoria lacaniana não partem da matéria corporal, ou seja, não partem de um órgão, nem do organismo como pontos fixos de partida para a questão do gênero. E, dessa forma, parece não poder ser considerada binária, pois as construções de gêneros para Lacan se fazem entre a materialidade do imaginário, das formas e a atribuição e orientação simbólica dessas formas. Existe uma espécie de impossibilidade, uma espécie de hiato, uma espécie de negatividade, que Lacan chamou de Real. Assim, o Real, na teoria lacaniana, não é nem o real do corpo, nem o real do gênero, se é mulher ou homem, masculino ou feminino, homossexual ou transexual. As críticas ao binarismo existente na psicanálise freudiana não se aplicam às construções de Lacan sobre o corpo. Para Lacan, o corpo se produz na linguagem, por meio do significante. E o significante para Lacan não está referido a um significado, nem ao real ao qual ele se remete, ele age a partir de um discurso e por isso ele é um portador e representante do desejo, mas que é subvertido pelo sujeito.

Toda essa construção lacaniana é consonante à ideia de corpo performativo de Judith Butler, uma das teóricas críticas da psicanálise nesse ponto. Butler propõe uma crítica ao modelo psicanalítico pautado no binarismo heteronormativo. De acordo com Porchat (2015), a análise de Butler aponta para o fato de que o dismorfismo corporal foi utilizado na psicanálise como parâmetro para pensar a diferença sexual, excluindo assim outros corpos que são tomados como excessos e que, por consequência, acabam caindo na vala daqueles que não têm importância e podem ser eliminados. Butler traz o conceito da psicanalista Julia Kristeva como “corpos abjetos”. Corpos que compõem a teoria *queer*, são os que estão referidos na sigla LGBTQIA+, considerados corpos que portam uma inteligibilidade, e não podem se encaixar na sujeição de gêneros a partir da anatomia. (PORCHAT, 2015)

Ao questionar cientificamente e fazer emergir no campo social e político algo que estava limitado a uma visão biologicista de natureza, o corpo, o sexo, o masculino e o feminino ocupam hoje diferentes matrizes interpretativas as quais estão deslocadas de uma naturalização de desejos a partir da anatomia. A autora trabalha, de maneira muito inovadora, temáticas referentes ao gênero, à sexualidade, ao poder e à subjetividade. Consegue transpor limites teóricos, debates e deslocamentos expressivos sobre a posição que corpos e os sexos assumem na cena pública e suas identidades a partir do conceito de performatividade. (BUTLER, 2016)

Butler associa a ideia da abjeção à esfera da ausência de inteligibilidade de certos corpos na esfera social, aos corpos que ficam às margens, nas fronteiras, relegados à exclusão das zonas políticas e sociais. De certa forma, podemos pensar aqui que certos corpos femininos negros estão incluídos no conceito de corpo abjeto de Butler. Guardadas as diferenças em termos de exclusões, preconceitos, e de circunstâncias históricas de exploração, o que testemunhamos são mecanismos iguais que agem ao relegar corpos à condição de abjeto. O corpo da mulher negra está sim no nosso país ocupando esse lugar, com o agravante implícito de cinismo da ideia de democracia racial “bem resolvida”. Democracia racial bem resolvida apenas para o pensamento mercadológico, que usa esse corpo como objeto de venda para o exterior, mascarando-o, como se estivesse “promovendo-o” ao estatuto de objeto valorizado, objeto fetiche do desejo mundial. O que se promove em tal cinismo nacional é justamente seu oposto. Acompanhando o pensamento de Butler, o que acontece aqui é que avalizamos, de uma maneira denegada, à condição de abjeto os corpos de mulheres negras no nosso país. Para além disso, acredito que não temos como nos recusarmos, no interior das diferentes psicanálises, a repensar certos conceitos que pertencem a estruturas elementares binárias de identidade sexual. Devido ao fato de centralizar seu pilar no conceito de falo, o modelo freudiano acaba correndo o risco de ser passivo a aderências com o machismo.

A partir de críticas a este modelo freudiano é que se apresenta uma boa oportunidade de pensar na psicanálise lacaniana como uma outra matriz epistêmica para lidar com os discursos vigentes que possam abarcar a clínica com uma abrangência diferenciada para nossa época (MASCHERONI, 2020).

O modelo freudiano biologicista, que se divide entre fálicos e castrados, masculino e feminino, naturaliza ideias de normalidade e perversão quando algo escapa dessa lógica binária. Já a proposta de se entender Lacan sem ser a partir de uma epistemologia freudiana, tal qual propõe a instituição psicanalítica Apola em seu programa de investigação científica, parece-me

uma saída interessante para trazermos o debate para atualidade. Tal programa formula que o mal-estar e o sofrimento excessivo estão relacionados ao individualismo, ao niilismo e à biologização, que primam, desde a modernidade, pela ideia de que o sofrimento se produz como efeito da problemática ocidental em torno do conceito da identidade sexual. É como se dizer que seria no terreno da sexualidade que se afirma a ideia de “ser”, a ideia de quem é o Um e quem é Outro desse mesmo. Sim, o Outro como esse Outro da ordem do significante pode muito bem não ser o Outro ao qual se refere o significante *homem*, aquele que “tem” na lógica freudiana falocêntrica. Mas pode estar ligado, no caso da mulher negra, por exemplo, a um Outro que pode ser, inclusive, os traços estéticos da mulher branca. Quando pensamos em termos significantes descolados da natureza orgânica, podemos entender melhor o que Lacan coloca, que o sujeito é o que representa um significante para outro significante; portanto, o que vem a ocupar uma série na cadeia significativa pode ser qualquer coisa, inclusive as insígnias imagéticas de um ideal de branquitude. Como explicitado nos casos clínicos, a cor, o cabelo, o nariz e o que deles está representado no social produzem significantes e significados específicos na sociedade. Perpassando desde a origem da relação com a mãe, tais significantes afetarão possivelmente a constituição subjetiva e os futuros laços afetivos desses sujeitos.

É preciso que possamos nos aprofundar naquilo que parte da linguagem com consequências na imagem e nas estruturações psíquicas, para nos aproximarmos das penosas etapas que foram vencidas pelas mulheres negras, e para termos noção de quais batalhas ainda estão em curso, e assim termos a sensatez de reconhecermos que não são batalhas similares para todas as mulheres.

Como não considerarmos, como psicanalistas, que estamos expostos a várias questões que delimitam por si um lugar diferenciado a estes corpos? Basta nos reconhecermos surpresos ao ver uma mulher negra em determinados ambientes, cargos ou funções. Essa surpresa costuma ser interpretada como uma defesa ou como um recalque social em que a meritocracia é a resposta apenas, mas não podemos cair em armadilhas como essas que aliás se apresentam muito mais como forma aniquiladora e de apagamento dos imensos obstáculos que precisam ser reconhecidos na compreensão do presente assunto.

Assim como para os psicanalistas, é preciso que reconheçam que o corpo e os caracteres que se apresentam como algo da ordem do imaginário, que trazem interpretações simplistas como sendo algo da ordem narcísica de reconhecimento perante o olhar do outro, passem a ser vistas como questões mais amplas comprometedoras na transmissão das insígnias simbólicas

mantidas ao longo de tantos séculos. E que estas são provenientes de significantes circulantes até hoje na linguagem e portanto nas gramáticas de reconhecimento ou segregação social.

Desde a subida em um elevador social, a entrada em determinados ambientes, restaurantes, por exemplo, até efeitos fatais, tais como o de pertencerem a uma classe que está muito mais exposta à violência urbana, ao feminicídio e etc. O racismo estrutural não nos permite mais não tratarmos dessas questões, inclusive no próprio corpo teórico da psicanálise.

Temos o desafio de pensar que a edificação da subjetividade desde as primeiras marcas especulares constitutivas na relação inicial no laço mãe e bebê trazem implicações fantasmagóricas desse lugar sombrio, carregado, imaculado por um imaginário estético hegemônico, que ainda ecoam no olhar que as mães pretas projetarão em seus bebês, e que, de alguma forma, marcam sombras distintas nos espelhos de seus futuros sujeitos, mas marcam.

O arcabouço do discurso decolonial tenta dar conta das questões implicadas em lutas por reconhecimento nas quais diversos outros grupos identitários conclamam por novos lugares sob o olhar do Outro. Implicações de grande importância desde os primeiros momentos de gestação estão colocados aqui, no caso de mulheres negras, especialmente no Brasil, como um exemplo de que o ideal de eu na fantasia da mãe preta e no que ela idealiza como imagem nos próprios filhos se diferencia das gravidezes de mulheres não pretas, por exemplo. Esse “por vir” de um bebê aparece com marcadores e significantes transportados na sua anterioridade linguística, grifado pela melanina em suas diferentes formas de manifestação linguística, identitária, econômica e política.

Quando falamos em futuro ou passado, temos que deixar claro com qual tipo de tempo estamos lidando. Lacan nos coloca que:

No mundo do Real-ich, do Eu, do conhecimento, tudo pode existir como agora, inclusive vocês e a consciência, sem que haja para isso [...] um sujeito. Se o sujeito é o que lhes ensino, a saber, o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, em início, começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significante. Ora, o que é um significante? [...] um significante é aquilo que representa o sujeito para quem? - não para outro sujeito, mas para outro significante. (LACAN, 1964, p.187)

Seguimos aqui rastreando os significantes que, ao se deslizarem nas cadeias de novos significantes, produzindo ou perpetuando significados, dão início ao sujeito no lugar do Outro, esse Outro vigente na linguagem preexistente na nossa sociedade, como nos coloca Lacan.

Aquilo que representa o sujeito para outro significante e que perpassa a trama da linguagem anterior ao sujeito por vir também entra na conta dessas mulheres.

Acredito que, por meio desse caminho, possamos pensar nas diferentes formas de incidência destas marcas sobre as futuras constituições psíquicas, marcas simbólicas melaninadas que se inscrevem como letra no inconsciente a partir da linguagem e revestem o Real, produzindo determinados afetos que reservam consigo lugares malogrados socialmente. Pensar aqui os efeitos nefastos que colhemos até hoje no nosso país por uma perspectiva não simplesmente consequencial de um processo histórico, mas especialmente no que dele se perpetua como Real, no sentido lacaniano, daquilo que é da ordem do “impossível de ser simbolizável”, numa espécie de um eterno encontro traumático com o outro é um desafio. Encontro esse que, talvez por ter a marca de uma extrema violência, desestabilize um determinado universo de significados, e assim só pode ser discernido em seus vestígios e seus efeitos e consequências.

Sob esses vestígios, vamos aqui dar mais uma das inúmeras voltas contornáveis nesse Real, na tentativa de fazer mais um dos invólucros simbólicos para tal questão, que, pelo visto, nunca deixará de ser necessário, devido à marca de horror que ele carrega. Para Freud, essa perspectiva de transmissibilidade do que se entende aqui por um histórico racista no nosso país, talvez passe mais por uma perspectiva evolucionista do desenvolvimento político-social que se deslocaria, em termos pulsionais, a partir da nossa origem. Já numa perspectiva lacaniana, que parte da ideia de que a linguagem é causa do sujeito, essa transmissão pode ser compreendida como estrutura preexistente, que colocará o sujeito como servo da linguagem, sujeito este tratado como sujeito do inconsciente, aquele que não pode ser confundido com indivíduo (biológico), pessoa (social e histórica), cidadão (legal e político), nem como sócio (coletivo) (EIDELSTEIN, 2020). É preciso lembrar ainda que todas as relações humanas, por serem culturais, são e serão sempre construídas. Toda existência surge da língua e do discurso para Lacan; sendo assim, as existências variarão de acordo com os discursos operantes em cada época e em cada sociedade.

Pensar em casos e relatos que nos ilustram pontos de partida para nos depararmos com determinadas questões talvez seja um bom exercício para vislumbrarmos perspectivas de mudanças de posições e de narrativas frente àquilo que, no interior dessa trama, seja passível de ressignificação. É o que ocorre com uma paciente de 40 anos que hoje vence as barreiras de ter parado de estudar aos 17 e volta para sala de aula, depois de muito falar e sofrer por todas as

formas diminutivas de si nas diferentes esferas: coletiva, familiar, amorosa, educacional e profissional. Ela cita uma pequena cena da qual se emociona ao lembrar que um dos motivos que a fez recuar da possibilidade de ter os estudos como uma perspectiva futura para si foi quando se lembrou que, ao sentar na frente, na sala de aula, era vítima de chacotas, e piadas insistentes, vindas dos colegas. Seu cabelo era estilo “black power”, não por escolha, ou por estilo próprio, pois era pequena e sua mãe só levava os filhos para cortarem cabelo raramente, quando sobrava um pouquinho de dinheiro. Segundo a paciente, ter o cabelo como o dela não era motivo de orgulho de ninguém, e sim de vergonha. Outra possibilidade que não entrava no espectro da família era o fato de que, se conseguisse deixar o cabelo crescer, poderia amarrá-lo. Coloca emocionada que o problema era que o cabelo só crescia para cima. Relata que, quando estava grávida de sua filha, só pensava no seguinte:

*ah, me lembro quando estava grávida, eu apenas queria que o cabelo da minha filha viesse daqueles que conseguisse nascer pra baixo, sabe?... desses que não nasce só pra cima e que é difícil de entrar água, e que dificulta muito pra sentar na fileira da frente na escola sabe? Porque esses cabelos muito ruins que nascem pra cima como o meu já me colocou na última fileira da sala desde a primeira série porque todos reclamavam... Queria só que essa pequena **melhora** de mim ela tivesse...*

O que a princípio aparece como algo pessoal, vivido por uma circunstância singular por essa paciente, não pode ser considerado fora de marcadores raciais que estão enraizados culturalmente nas gramáticas de reconhecimento. Eles transportam deslocamentos significantes que deixam suas marcas nas três instâncias em que Lacan topologicamente constrói sua concepção de psiquismo: o Real, o imaginário e o simbólico.

Se pensarmos que é historicamente o fato de que as cadeiras da escola pública eram marcadas pela meritocracia, como veremos mais à frente na fala de Ivone Caetano, poderemos reconhecer como a meritocracia é um conceito que serviu, e ainda serve, para manutenção de um sistema cínico de injustiças sociais que preserva a segregação e avalizava a imensa desproporção de chances em aspirações de igualdades, pois não reconhece em si a horizontalidade implícita, desde o início, das relações entre pretos e brancos no Brasil.

Ivone Caetano, primeira mulher negra a se tornar juíza no Tribunal de Justiça do Rio, titular da Primeira Vara da Infância, Juventude e do Idoso, a primeira desembargadora negra do Estado, tem uma história de vida inspiradora. Filha de uma lavadeira que criou sozinha os 11 filhos, Ivone Caetano tem uma história de luta pela sobrevivência e contra o preconceito,

que é admirável. Estudou em colégio público e, para ajudar a família, chegou a acumular três empregos ao mesmo tempo. Em uma de suas falas mais escutadas na vida virtual ela relata sua surpresa e indignação ao chegar pela primeira vez na escola pública:

Quando cheguei na escola pública, quando eu entro na sala de aula, eu vi um paredão negro, todas as crianças negras estavam na última fileira, eu cheguei e fiquei assustadíssima. Eu pensava: eu posso não sentar na primeira carteira, mas na última eu me recuso, não vou sentar lá não, porque que o negro tem que sentar na última? Sentei na segunda carteira, minha mãe me disse que eu era igual a todo mundo. Ali eu aprendi porque é que se sentava na primeira, na segunda, ou na última fileira, que era pela nota das provas de sabatina que se determinava o lugar que iria ocupar. E daí eu ganhei muito respeito das professoras e as crianças brancas antigamente faziam muito bullying. Não era assim que se chamava, mas faziam muito deboche com as crianças negras, mas comigo elas não podiam, senão não ganhavam cola. Então cada um tem que saber qual ferramenta que vai usar. Eu cresci sabendo que saber, ter conhecimento, é uma das maiores armas que eu poderia ter. Eu acho que estudar sempre vale a pena, ter conhecimento é a grande arma. (CAETANO)

Os vestígios da violência que desestabilizam um determinado universo de significados, como nos disse Zizek acima, deixam suas marcas na constituição singular. Importante salientar que a paciente citada nunca escutou a fala de Ivone Caetano, dado que também conta no abismo social vivido no nosso país, onde a acessibilidade a narrativas como essa – que promovem um outro lugar simbólico como forma de identificação, fornecendo força política para a autorização de si que possam servir de amparo – não chega à classe à qual a maioria dos negros pertencem, falindo assim com possibilidades de se romper com estruturas sociais e políticas segregadoras por meio de identificações que promovam forças mobilizadoras de mudanças. Podemos reconhecer que algumas mudanças sociais já são perceptíveis, mas há ainda um enorme caminho na luta que ainda nos encontramos, especialmente a luta na tentativa de vencermos o nosso mito da democracia racial que é afirmado por muitos, especialmente para nos vender no exterior como modelo exemplar. (FERNANDES, 2013)

Uma outra paciente, que fala sobre o fato de a filha não ter nascido com o nariz(?) tão achatado, diz ter sentido um enorme consolo, pois “ela não teria tanta dificuldade para parecer com uma pessoa mais branca e arrumar um emprego mais fácil no futuro.” Ou seja, a largada, assim como a “alargada” do nariz, torna-se insígnia na fantasia dessa mãe negra como algo que afetará o trabalho, e o lugar para a ocupação de uma posição social. Ou seja, um lugar mínimo de reconhecimento mais horizontalizado e menos desproporcional já vem marcado por traços da desigualdade. A largada para a vida concebida nas tramas iniciais de alienação e separação

na fase especular não nos parece tão neutralizadas no que se refere aos impactos de certos traços que são significantes e criam determinados significados já desde o primeiro momento na fantasia materna e na comparação entre mães brancas e negras. O que vemos é que o que as mães negras idealizam de seus filhos, na grande maioria dos casos, anterior ao momento fecundo do sujeito, este preexistente pela palavra no campo simbólico dos pais, não se encontra fora, isento de uma marca corporal tatuadora de significantes que contornarão a representação do corpo no psiquismo do bebê, vem carregado de medos, angústias e fantasias do lugar que este ocupará na performance social. Fica claro quando vemos que dificilmente encontraremos tais significantes, ou mesmo outros, que são projetados imaginariamente no real do corpo de uma mãe branca, por exemplo. O espectro de fantasias e angústias passa por outras vias, mas dificilmente porta uma marca de similitude no que se refere aos efeitos da imagem no futuro e no lugar de conquista e reconhecimento social. Este é um ponto importante que circunscreve as sombras de um corpo que, por ser melaninado, transforma-se num marcador histórico e culturalmente diferenciado na nossa sociedade. A largada para a vida não é de fato próxima de ser considerada igual para mães brancas de bebês que nascem brancos e para negras.

É preciso levar-se em conta que nosso idioma foi influenciado pelo período de escravidão e muitas das expressões originadas nessa época seguem sendo usadas até hoje, ainda que de forma leiga, intencional ou não. Sabemos com a psicanálise o peso que a palavra tem como algo fundante de lugares simbólicos e imaginários nas gramáticas criadoras da cultura. Lacan, em seu texto *A instância da letra no inconsciente*, coloca que “a linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada do sujeito num momento de seu desenvolvimento mental.” (LACAN, 1998, p. 498) A partir de Lacan, podemos listar algumas expressões que estão presentes no nosso idioma que carregam uma forte conotação racista e ganham força em seu uso cotidiano.

Expressões tais como “da cor do pecado”, muitas vezes usadas como elogio, carregam a cultura de hipersexualização dos corpos negros, estigmatizados dessa maneira no período colonial, quando os senhores violentavam sexualmente mulheres negras e encaravam isso como um momento de diversão. Uma outra expressão muito usada para se referir a uma negra, caso considerada bonita, é “mulata tipo exportação”. Nesse caso recai sobre mulheres negras o lugar de objetualização e erotização, cristalizando o imaginário do modelo patriarcal de que estas mulheres “não são mulheres que servem para se casar”. Desta maneira, poderíamos citar inúmeras expressões que são faladas até hoje no nosso vocabulário brasileiro sem nos darmos conta da

gravidade da consequência daquilo que “chamamos de letra e de seu efeito significativo, na criação da significação”. (LACAN, 1995, p. 498)

Assim, o corpo feminino negro serve de transporte temporal de uma linhagem referida ao domínio dos homens, não só dos brancos, mas inclusive dos homens negros. O corpo da mulher preta foi tomado por um utilitarismo de uma engrenagem político-ideológica dentro de diferentes momentos históricos.

Podemos considerar que o processo histórico – civilizatório, dominador e colonizador – fez o corpo da mulher negra fazer parte de um conjunto de estratégias de dominação que capturou toda uma raça. O rastro dessa posição de sobrepujamento de afetos que imprimem suas marcas significantes formam o escopo do lugar simbólico do lugar produtor e mantenedor de uma linguagem opressiva a qual precisamos ressignificar urgentemente. Para Rita Segato (2022, p.15),

O estupro não resulta de uma cultura em particular. Trata-se da evidência da continuidade e da exacerbação de uma ordem política arcaica: o patriarcado. Esse mito, em suas variantes, vem para nos dizer que é a ordem política mais arcaica de todas, aquela que funda a primeira forma de opressão e de expropriação de valor: a opressão e a expropriação de um posicionamento feminino pelo masculino. Durante um longo período da humanidade, que se estende até a era colonial, esses eram e continuam a ser dois posicionamentos na ordem comunal, que emanam da divisão sexual do trabalho, dos papéis e dos afetos, e que emanam duas histórias interligadas como masculino e feminino, não em essência engessada e determinadas por um tipo de corpo. É indubitável que a dominação por meio do corpo tem relação com as invasões e com as colonizações. Assim, pode-se dizer que, como ocorre com a raça, a invasão e a colonização atribuem uma “natureza” e, depois, uma biologia ao posicionamento do dominado. A raça inexistia antes do momento histórico das invasões, porque é uma atribuição ao posicionamento do derrotado de uma natureza – e, num momento posterior, de uma biologia – diferente e inferior. Portanto, ela ocorre a partir do aprisionamento de uma anatomia, de um fenótipo, sinalizando uma posição na história. Da mesma forma, no processo de invasão e colonização, o posicionamento feminino é também aprisionado pelo corpo-significante, para ser percebido de modo equivocado mais como uma natureza do que como um posicionamento na história. Esses dois processos, a sexualização do posicionamento de gênero e a racialização, portanto, revelam-se análogos e contemporâneos em suas estruturas.

Segato trata dos processos da sexualização do posicionamento de gênero e a racialização como processos análogos e contemporâneos em suas estruturas, no sentido político-cultural fundante de uma cultura de expropriação de valor. Isso significa que foi algo criado pelo processo civilizatório, criado pelo homem. Já que a raça então inexistia antes das invasões, o feminino e o masculino também inexistiam antes da divisão sexual do trabalho, dos papéis e dos afetos criados na tentativa de naturalização atribuída a um biologismo, que, como vimos aqui,

é construído por determinados “corpos significantes”. Ou seja, estão referidos a gramáticas de exploração e de opressão. Não há nada em si, organicamente, que justifique seus lugares diminutos na sociedade, a não ser as significações que lhes foram atribuídos por meio da linguagem.

Sendo assim, podemos entender melhor como, de certa forma, todas as questões postas na atualidade pelas ciências humanas, que se propõem e se empenham a um pensamento decolonial, merecem ser tomadas a partir de considerações que tenham abrangência em suas leituras. Fato que nos exige que partamos de concepções não binárias sobre um dentro e um fora, o inconsciente em oposição à cultura, ou seja, assim como Lacan nos propõe, essas análises devem partir da ideia da "Banda de Moebius". Por meio da figura topológica, uma estrutura espacial de superfície infinita ilustra a impossibilidade de um dentro e um fora, de um eu em oposição a um outro, de uma cultura apartada do sujeito etc.

Para a psicanálise, resta pensar de que forma ela, em suas diferentes leituras teóricas, concebe o sujeito como político. Temos uma dificuldade ao pensar o sujeito lacaniano de forma coletiva, na perspectiva de um sujeito que não pode ser o mesmo que outro, que não deve ser confundido com um outro, que tem sua marca subjetiva inconsciente, singularizando-o, independentemente de suas características. Sendo assim, este sujeito traz conceitualmente o desafio de incluí-lo, pensá-lo. Como é esse sujeito da psicanálise, que se articula com a política, a sociologia, etc? Em *A instância da letra*, Lacan coloca que muitas disciplinas, como a economia, a ciência política, a sociologia, a psicanálise e a publicidade, tentam ir em busca das amarras do ser, para tentar tocar algo da relação do homem com o significante. Ele lembra que o risco que se incorre ao apelar-se para ordem do ser é o de se repetir ideologias de causas muitas vezes perdidas. Articular esse sujeito sem que este se torne militante de causas sem pesquisas, sem articulações teóricas, que possam minimamente contribuir para cavar novos espaços simbólicos na discursividade parece ser o risco para a psicanálise.

1.1 A psicanálise como crítica e clínica do social: um olhar candango

Ao me dispor a ir a campo e me empenhar em escutar o outro, que brota de um lugar estranho e dissonante das falas que rodeiam os consultórios particulares dos analistas, faço uma leitura de um tipo de sofrimento em circunstâncias singulares: sociais, educacionais, políticas. Tais falas portam algo da ordem da urgência que se posiciona setorizada fora dos sistemas ordenados por uma “lógica de condomínio”, não só do ponto de vista geográfico, mas, mais

especificamente, fora de um circuito de acesso tanto a um tratamento psicanalítico quanto à apropriação e incorporação de certos direitos normativos e constitutivos, concebidos minimamente como saudáveis. (DUNKER, 2015)

Como exemplo disso, lembro-me de uma paciente que, ao longo de uma sessão, em meio às angústias que todos os efeitos da pandemia já nos impunham, recebeu a notícia que sua irmã acabava de ser assassinada com uma punhalada de ferro pelo namorado. Para além dos golpes, e como se não bastasse vê-la morta, o rapaz incendiou o local. Somos as duas, no mesmo instante, avassaladas naquele exato momento por tudo o que cada um dos nossos universos representativos se incendiava, e, nesse vulcão de afetos traumáticos, fomos suspensas juntas por um choque com a dimensão do real. Ou outra que, ao entrar na sessão, fica sabendo que o teto do seu barraco caiu no quarto do filho que estava dormindo.

O que significa escutarmos pessoas que não estão minimamente amparadas do ponto de vista de situação social, e que estão expostas a situações de pobreza e vulnerabilidade de vida de forma extrema? Quais seriam as impossibilidades e os impasses transferenciais provocados pela situação de urgência social e degradação de vínculos às quais estas pessoas estão expostas? Aqui, Emmanuel Renault, em seu livro sobre a experiência de injustiça, confronta-nos com uma questão importante sobre a indignidade a que estão expostas certas vidas. Será que algumas vidas são tão desprezíveis aos olhos de certas sociedades, de modo que não sejam levadas em consideração? Apesar de a psicanálise ter como objeto de seu trabalho o inconsciente e não se deter especificamente à realidade material, do ponto de vista do acontecimento traumático, será este um dos pontos sobre os quais devem ser considerados como pertencentes à clínica com a população que sofre violência física e psíquica, em todas as suas esferas de danos. E são diversas as situações de violência, desde as mais extremas, até aquelas que naturalizamos na nossa cultura, como viver na miséria, viver sob ameaça, sob nenhuma ordem de segurança ou proteção social, e viver perante o olhar desabonador e desqualificante do Outro. Aqui se torna importante, ou melhor, indispensável, a meu ver, nos desafiar a deslocar a psicanálise de sua passividade dos consultórios, dos sintomas de uma determinada esfera social, para outras conexões, outros diálogos, outras aproximações teóricas e clínicas extramuros, externas inclusive a seu espectro epistemológico como desafio de novas construções, inclusive no que se refere a questões identitárias, e ao lugar que a mãe de pele negra carrega em seu corpo.

Para além da esfera restrita do consultório, a psicanálise, há décadas, repensa seu enquadre (seu *setting* analítico); afinal, ela não consiste apenas em uma forma de tratamento de

patologias psíquicas, nem somente num método de investigação de fenômenos mentais inconscientes. A psicanálise é, também, uma estratégia de crítica social, sendo esse um de seus principais aportes para reflexão filosófica contemporânea, em especial para o campo da Teoria Crítica.

As diversas questões que estão presentes no desenvolvimento deste trabalho perpassam os campos das políticas públicas, no exercício de tentar pensar questões referentes à construção da alteridade. Considerar-se-á, também, os processos de subjetivação associados às questões filosóficas do pensamento neoliberal, bem como seus efeitos colaterais, além de abordar reflexões acerca da noção de sofrimento social e de catástrofes sociais, as quais reverberam na constituição da vida psíquica dos sujeitos e em suas estratégias de subjetivação.

A experiência psicanalítica, em sua essência, permite que consideremos as clivagens, a divisão subjetiva, os conflitos pulsionais, as resistências, a dialética do desejo, dentre outros conceitos, como constituintes da estruturação do aparelho psíquico. Esses conceitos são, portanto, imbricados no laço social, e não são vistos como deficiências a serem sanadas por processos de adaptação em nenhuma das escalas, nem individuais nem sociais, como acreditam os teóricos da *Ego Psychology*.

Na *Proposição de 9 de Outubro de 1967*, Lacan se dedica às funções do psicanalista, fazendo uma importante diferenciação entre o que chamou de psicanálise em extensão e psicanálise em intensão. A primeira seria tudo aquilo a que se resumem as funções de uma escola ou instituição de psicanálise, enquanto presentificadoras do discurso analítico no mundo. A segunda seria a própria prática analítica, que prepararia os operadores para a extensão. Para Lacan, a intensão funda a extensão, confirma que, para a psicanálise, a prática funda a teoria e as instituições, fato que nos permite pensar o conceito de extensão na sua possibilidade de, a partir de escutas clínicas sustentadas pela intensão, poder criar outras extensões e assim mantermos uma psicanálise viva a seu tempo. Ao pensar nessa proposta lacaniana, tem-se aqui, no presente trabalho, uma tentativa de trazer a psicanálise não só para a vivacidade de seu tempo, como também repensá-la em circunstâncias periféricas adaptadas ao contexto brasileiro.

Quanto à posição da filosofia, Renault (2019) coloca que não basta que a disciplina amplie suas definições de justiça; deve-se também contribuir para delinear “quadros de injustiça”, no sentido de que, a partir deles, se possa construir uma base de linguagem reivindicatória própria, para que os próprios atores possam reconhecer sua condição como injusta. Em vez de retratarmos as experiências teoricamente – o que é feito pela filosofia –, devemos lutar contra

obstáculos cognitivos e subjetivos, contra a violência simbólica que dificulta a capacidade das vítimas de injustiça social de encontrarem sua voz. E devemos sim contribuir para que a articulação de uma estrutura de linguagem lhes permita descrever suas próprias experiências sociais como injustas.

Tal clínica nos sensibiliza a reconhecermos um estado de coisas diferentes: as brechas e as oportunidades a que os instantes estão submetidos. Se pararmos para pensar no lugar que a palavra “escuta” tem ocupado atualmente na nossa sociedade, poderemos reconhecer a grande conquista que os psicanalistas têm colhido como mensagens advindas dos seus trabalhos fora do espectro do enquadre do *setting* analítico tradicional por excelência.

Pensar a crise como algo que faz parte não só do social, como um ente externo a nós mesmos, mas nos incluirmos nesses outros, escutarmos nesses supostos estranhos a nós mesmos, no sentido freudiano, significa pularmos os muros dos condomínios e nos conectarmos ao organismo vivo do corpo social. Seria nos familiarizarmos com aquilo que da nossa cultura está presente na linguagem como campo de fundação do sujeito anterior a nos reconhecermos por nós mesmos. Essa talvez seria uma proposta que nos aproxima, colocando-nos lado a lado, na escuta fora de nossas bolhas de convivência. Isso traz, na maioria das vezes um dado mais identificatório e menos dissonante do que vem a ser a nossa realidade em termos gerais, como se costuma ser nos consultórios particulares a partir das indicações de pacientes que se inter-cruzam na prática.

Nosso momento não nos possibilita que estejamos de bem com nossos contextos coletivos e, na medida em que pertencemos a ele, a esfera particular não tem como não ser afetada pelos horrores da nossa luta recente por respirar. Aqui a palavra “afetada” está no próprio sentido do afeto, daquilo que nos move ao agir ou nos imobiliza. A política articulada à psicanálise consiste em poder considerar que, na dimensão clínica, todas as inflexões que atravessam o sujeito, na medida em que ele é atravessado pela linguagem e pelo campo do Outro que é o campo simbólico, se dão a partir de significantes do seu tempo e de um Outro que se encarregue dessa função de se ocupar desse lugar. Nessa medida é que consideramos que é um sujeito que está orientado dentro de um tempo na história e num campo político particular a que ele pertence. Como nos coloca Vladimir Safatle (2015, p. 15-16),

é possível que uma perspectiva crítica precise atualmente partir de uma compreensão distinta do que é uma sociedade. *Talvez precisemos partir da constatação de que sociedades são, em seu nível mais fundamental, circuitos de afetos.* Enquanto sistema

de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades adotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras. Devemos ter sempre em mente que formas de vida determinadas se fundamentam em afetos específicos, ou seja, elas precisam de tais afetos para continuar a se repetir, a impor seus modos de ordenamento definindo, com isso, o campo dos possíveis. Há uma adesão social construída através das afecções.

Freud, em seu texto *O futuro de uma ilusão*, coloca o quanto as criações humanas são facilmente destruídas pelos próprios homens, e aponta para a curiosidade de como a ciência e a tecnologia, também criadas para um suposto bem, podem servir para a própria aniquilação da humanidade. Criadores e criaturas constroem assim seus próprios alçózes no corpo do que concebemos aqui como um corpo social, permeado e determinado pela malha da linguagem.

Defendemos que não só os questionamentos em torno de um diagnóstico local nas escuras em diferentes territorialidades se tornam necessários, questionamentos mais extensos quanto ao modelo de produção econômica que rege nossas políticas de pensamento também são imprescindíveis para a compreensão de como modelos de produção de felicidade e de sofrimento se impõem ao longo do nosso processo histórico. Acreditamos que tais questionamentos portam em si uma determinada ética de se pensar o humano.

Numa espécie de microprotesto de enfrentamento, sigo nessa linha de proposta de enfrentamento das zonas gozosas que tentam neutralizar os desprazeres frente às tamanhas desproporções sociais que nos trazem seu retorno em forma de refluxo, pela violência. Transponho a arquitetura da segregação marcada pela arquitetura das asas e eixos da nossa capital, e vou para o outro lado do muro escutar, experienciar, comungar, pelo pouco tempo que seja, uma realidade outra. Esse me parece o primeiro dos muitos passos da revelia do assujeitamento.

A violência é analisada por Žižek (2014) em diferentes instâncias e abrangências. Ele coloca que a violência subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva acaba sendo experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência, e é essa supostamente muda e invisível violência que me instiga trazê-la para a superfície. Lembremos de como Žižek (2014, p. 21) discorre sobre as diferentes formas de violência, a saber: a objetiva, a subjetiva e a sistêmica.

É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que

sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. Assim, a violência sistêmica é de certo modo algo como a célebre “matéria escura” da física, a contrapartida de uma violência subjetiva.

Brasília, vista por essa perspectiva, emblematiza a topologia perfeita de uma cidade onde a violência objetiva, esta que fica invisível, esteja realmente preservada, pois sua periferia fica bem distante, garantindo esse nível zero de percepção, mantendo, pelo menos no plano piloto, a sua maquiada passividade.

Essa violência invisível, silenciosa, insidiosa e perversa, dá-se num campo simbólico e se coloca na maneira com que as pessoas a ignoram e mascaram sua visibilidade. O autor nos traz modelos para que analisemos de que forma criamos e compactuamos com tais tipos de violência dentro das nossas cidades, dentro das nossas circunstâncias culturais. Acredita que estas formas de violência partam do princípio da diferença que fazemos entre o Eu e o outro, ou entre o nós e os outros. Elas fazem parte não só das nossas relações narcísicas que nos isolam das diferenças, mas impactam e determinam inclusive a estrutura arquitetônica e urbanística de uma cidade. A criação de condomínios, de asas e eixos, quadras e conjuntos matematicamente separam por distâncias enormes o que se configura por periferia, ou como é chamada em Brasília, por “cidades satélites”.

Brasília é, por excelência, uma cidade arquitetada por essa lógica segregadora condominial. Apesar do sonho comunista de Niemeyer, a “topologia da segregação” será instalada, afirmando a diferença social como a essência do espaço público.

E será diante dessa perspectiva segregacionista que muitas produções culturais são realizadas, como nos versos de Nicolas Behr, nas letras de Renato Russo, Renato Matos e tantos outros que abordam tais questões. A capital do nosso país talvez seja, não por acaso, a portadora emblemática de um sintoma que a princípio parece geográfico, mas que se configura na verdade bem anteriormente. Ela está no cerne de uma matriz segregacionista implícita a nossas formas de organizações econômicas, sociais, políticas que se refletem arquitetonicamente por aqui. E será sobre o expurgo daqueles que não consideramos que possam pertencer aos “pretensos condomínios”, sobre a delimitação de formas de viver de uma determinada classe que surgem os poemas reveladores de Nicolas Behr.

A superquadra nada mais é do que a solidão dividida em blocos

Brasília é a incapacidade

do contato afetivo
entre a laje e o concreto

Eixos que se cruzam
pessoas que não se encontram (BEHR, 2007, p.84)

1.2 De que sujeito tratamos?

Algumas questões que abarcam impasses intrínsecos ao trabalho: Será que a psicanálise e sua capacidade de captura dos significantes não estará se impedindo de atuar na esfera de políticas públicas em nome de seu purismo ou de uma assepsia epistemológica? Será que o sujeito do inconsciente, este regido pelas leis da linguagem que o antecedem, não poderá ser ouvido em suas diferentes localidades, em contextos diferentes do tradicional *setting* analítico, na tentativa de estabelecer diagnósticos mais precisos, que levem em conta a realidade social e histórica brasileira? Será que a partir daí não poderiam os psicanalistas se proporem a trabalhar novas estratégias de enfrentamento no âmbito das políticas públicas? Essa prática não poderia ser considerada uma profilaxia para um dos nossos maiores problemas sociais, tais como a violência doméstica contra as mulheres e o altíssimo índice de feminicídios?

O modelo psicanalítico, importado com casca e tudo para nossa realidade brasileira, não acaba por fazer parte da grande empreitada colonialista? De que maneira reestruturá-lo, decolonialmente falando, por fontes populares, fora das clássicas matrizes de neuroses burguesas europeias? Quais as estratégias para naturalizarmos uma psicanálise brasileira menos dependente do tradicional *setting* analítico, menos refém às lógicas do mercado, no sentido de que “um bom analista custa caro”? Como pensarmos uma psicanálise que possa, por meio de seu aporte, ser promotora de outras ordens normativas, inclusive para dentro do próprio circuito psicanalítico institucionalizado?

Para algumas instituições, assim como para alguns analistas, questionar a própria psicanálise sobre seu alcance público, em termos sociais e políticos, seria sobrepujar ou cometer “heresias” no que se refere à distinção epistemológica entre as categorias de “sujeito” e de “indivíduo”? Não só esses, há outros entraves quando nos propomos a pensar como é o sujeito político para psicanálise.

Que lugar, como analistas, podemos considerar legítimo para o suposto sujeito político? Sim, pois o sujeito a partir do qual a psicanálise constrói suas concepções é um sujeito que está inserido numa gramática de reconhecimento, que não tem como não ser política, pois, quer a

psicanálise aceite ou não, esse sujeito passa por códigos e regras que o interpelam: Quem pode ser reconhecido por quem e onde? Sob quais termos isso se faz? Ou seja, o reconhecimento não é um conceito simplista, o qual a psicanálise possa negligenciar do ponto de vista clínico ou social. Os analistas não deveriam se deter ao reconhecimento como uma questão menor, referida apenas ao narcisismo que opera para idealização da imagem do seu eu reconhecida pelo outro.

O entendimento sobre o conceito de “patológico”, dentro das ciências com caráter positivista, está comprometido com uma concepção de indivíduos pensados numa racionalidade que arquiteta a consciência de suas identidades. Para Lacan, será por meio da categoria da falta que se erigirá o elemento fundante das estruturas psíquicas e do significante. É na tentativa de significar a falta que se abrirá aquilo que representará o sujeito o qual nos referimos aqui. Traduzindo melhor, o significante, que tentará dar conta da falta no processo de constituição do psiquismo, será o que representará o sujeito para outro significante, será nesse deslocamento que se encontra o sujeito do inconsciente o qual nos referimos aqui. E, a partir daí, poderemos, junto com Lacan, pensar o desejo e sua importante participação no processo de alienação e separação, processos inerentes à clínica psicanalítica. Temos que considerar que a psicanálise toma como uma de suas questões centrais a categoria teórica da falta. Esta é um dos pilares estruturantes do sujeito, que é concebido como elo positivo. Uma mãe então “faltosa”, “não fálica”, “não toda”, “não suficiente” será uma mãe que operará mais positivamente na constituição psíquica de seu bebê para a psicanálise. Outras teorias trabalham com categorias normativas que positivam conceitos como “mãe suficientemente boa”, partem de pressupostos de que processos “não saudáveis do ponto de vista psíquico” podem estar ligados a algo relacionado a uma insuficiência de um determinado “suprimento” ou tamponamento das demandas iniciais de um bebê. Esse parâmetro de normatividade não é o que opera na teoria lacaniana.

Aqui, torna-se inclusive importante ressaltar que, para a psicanálise, não faz sentido se estipular o que seria uma mãe que pudesse ser considerada uma mãe boa. Afinal esse efeito apresentar-se-á apenas a partir da perspectiva inconsciente de um sujeito na sua singularidade diante do olhar de um grande Outro, que terá para o sujeito a função materna. Para a psicanálise, uma mãe operante do ponto de vista funcional seria a que poderíamos chamar de “uma mãe insuficientemente boa”, diferentemente da concepção winnicottiana, escolhida por Honneth como base de sustentação para formulação da teoria do reconhecimento, por exemplo. Fato que

se torna importante delimitar, pois o objeto de estudo usado por autores com a mesma nomenclatura, no caso da psicanálise, não comunga de um consenso sobre o que vem a ser o sujeito nem o inconsciente, sujeito este que também não tem semelhança com o sujeito tratado na filosofia.

Lacan parte de Hegel para construção de conceitos como o de estágio do espelho, uma das suas concepções mais importantes para formação do sujeito do inconsciente, que é tido como constitutivo da subjetividade humana para a psicanálise. Ele propõe um percurso que não é excludente entre o campo da saúde e das patologias. Esse ponto o distingue de propostas que portam em suas epistemes dinâmicas processuais que garantem que, se forem cumpridos determinados rituais e procedimentos no laço amoroso entre mãe e bebê, conseqüentemente colheremos determinados efeitos no que concerne aos afetos.

Considerar que ninguém está fora completamente de uma estrutura cindida no interior de sua própria sintomatologia psicopatológica estruturante não significa propriamente que a psicanálise coloque o sujeito numa posição de resignação perante a sua própria divisão constitutiva. Levando em conta o que Freud nos aponta em *O mal-estar na civilização*, é mal estando no mundo que será a nossa condição de estar. A psicanálise considerará a natureza conflitual como parte do pertencimento e posicionamento de todo sujeito em suas relações intersubjetivas. (FREUD, 1927)

Sendo assim, não há como considerar que uma pessoa reconheça a outra fora do complicado jogo de pressupostos constitutivos do Eu e dos predicados sociais advindos do complexo jogo especular constitutivo do psiquismo. É sabendo que o eu é nosso primeiro outro que esse complexo jogo de reconhecimento se faz, tanto em um momento inaugural de nascimento, no qual a constituição psíquica está em questão, quanto em um processo contínuo de reposicionamento de corpos na estrutura do mundo, em que o pertencimento marca os lugares de poder e saber possíveis a cada grupo, fixando-os a partir de preconceções imaginárias usadas para manter a estrutura social tal como interessa para alguns (MARTINS, 2014).

Como dito anteriormente, temos que considerar que há muitas psicanálises dentro do que chamamos de psicanálise. É importante que seja dito que o que vem a fazer cortes e costuras epistêmicas entre filosofia e psicanálise se reproduz de forma delicada e nem sempre são convergentes em todos os conceitos dentro do próprio campo psicanalítico, entre seus diferentes autores e linhas de trabalho.

A perspectiva lacaniana inclui, em seu cerne, o fato de que as estruturas psíquicas partem de um conjunto de elementos fundadores que não delimitam em sua constituição uma separação topológica categórica naquilo que distingue o que vem a ser considerado normalidade e patologia, como vemos em teorias mais positivadas. Especialmente quando tomamos por referência a teoria lacaniana que não se posiciona numa simples extensão dos conceitos freudianos, mas que se afirma pelo campo do significante e na relação que este estabelece com a palavra. Uma das contribuições clínicas mais inovadoras da psicanálise consiste em defender que a experiência do patológico é instauradora da condição do psiquismo, e é a via privilegiada para conhecermos nossos processos de formação, assim como os traços de nossas estruturas de comportamentos. (SAFATLE, 2012)

A conduta patológica, para a psicanálise, expõe, de maneira ampliada, o que está realmente em jogo no processo de formação das condutas sociais gerais. É dessa forma que devemos interpretar uma analogia maior de Freud: “Se atirmos ao chão um cristal, ele se parte, mas não arbitrariamente. Ele se parte, segundo suas linhas de clivagem, em pedaços cujos limites, embora fossem invisíveis, estavam determinados pela estrutura do cristal.” (FREUD, 1933-1932) O patológico é esse cristal partido que, graças à sua quebra, fornece a inteligibilidade do comportamento definido como normal. O cristal como metáfora traz uma imagem freudiana para a teoria lacaniana. Assim, poderíamos considerar que as rachaduras representam diferentes estruturas psíquicas constituídas por diferentes intersecções de palavras que chamamos por significantes.

Segundo uma leitura lacaniana de não continuidade aos preceitos de pulsão freudianos, proposta por Alfredo Eidelsztein (2020), a construção psíquica do indivíduo não se passa por pulsões e fantasias sexuais internas, orgânicas, que estabelecem, determinam ou condicionam certa relação de objeto e, por extensão, de ligação com o mundo exterior. Tais ideias freudianas partiriam de prerrogativas biologizantes, a partir das quais consideram que será a partir do organismo, da substância viva que a linguagem, a palavra, fará seus contornos significantes.

A teoria psicanalítica lacaniana, proposta por Alfredo Eidelsztein, nos será fértil para pensar a ideia de estrutura sustentada na condição significante. O lugar que o corpo encarnado ocupa no presente trabalho será um lugar a ser constituído a partir de suas marcas significantes com o mundo. Essa construção tenta dar conta das diferenças por meio da linguagem. Cada corpo atribuirá sua diferença a partir de uma marca que compõe uma rede de significantes que não estão estabilizados em um sistema determinado. (SARRAILLET, 2020)

O corpo aqui aparece como objeto que se encontra na linguagem, no discurso do Outro, e depois apresentará seus efeitos, na forma de pulsão, no corpo orgânico. Será nessa lógica da criação de um sujeito a partir da existência da linguagem e do Outro que o corpo anatômico se transformar-se-á em significante. (EIDELSZTEIN, 2020) Dado importante a ser delimitado aqui, em termos epistemológicos, pois, nos afastaremos de concepções que consideram que o corpo seja este com quaisquer adjetivos que venham a ter, sendo aprioristicamente marcado biologicamente por suas diferenças. Será deste registro interpretativo que a psicanálise laciana irá se distinguir, pois ela não se sustentará em nenhuma espécie de fisiologismo pulsional trazido no DNA da cor da pele ou na marca morfológica de gênero, mas nos significantes que ele construirá, e no que se produzirá na realidade em que o falasser é criado. Em síntese, consideramos que estarão primeiro a ordem significante e o Outro.

A prática clínica nos impõe muitas questões que transpassam exclusivamente um campo do privado; ela nos sugere o entendimento do corpo como algo que se funde no embaraço político-social. Teremos, como base de pensamento, autoras e teóricas negras que foram precursoras no Brasil em escrever sobre suas experiências na psicanálise, dando seus testemunhos pessoais cobertos por questionamentos delatores de uma realidade colonialista. Neles fica claro como normatizamos abusos e contornos significantes maculados por tudo aquilo que advém de uma marca no corpo malograda no âmbito social. Lélia Gonzalez e Neusa dos Santos Souza, dentre outras, foram precursoras de um pensamento decolonial, que visa uma ressignificação do corpo negro com seus diferentes contornos significantes, mas que se banham na correnteza da linguagem operada por um grande Outro operante na correnteza de uma língua que, de certa forma, lapida um imaginário e um simbólico do sujeito que porta um corpo negro por vir.

Lacan, nos *Escritos*, coloca que “O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde”. (LACAN, 1964, p. 849) Aqui veremos como o sistema de predicados e propriedades singulares está presente em uma das relações de reconhecimento, no caso, o corpo da mulher negra como uma categoria ou marcador da pesquisa, e veremos como ele se estende como reivindicações coletivas por outros olhares no âmbito social e político. Ao tratar de mulheres negras no interior de uma determinada sociedade, no caso, o Brasil, teremos que considerar a complexidade trazida desde as posições historicamente estabelecidas e herdadas, até as engenhosas formas de se inserirem nas tramas da linguagem, sejam elas sutis ou não, como lugares de perpetuação e de domínio.

Numa perspectiva de análise sobre o mal-estar, Freud apresenta o funcionamento psíquico pela metáfora da presença de ruínas, muros de Roma Quadrata, preservadas em camadas de passado e de alguma maneira inseridas na cidade contemporânea. O autor diz:

façamos agora a fantástica suposição de que alguma maneira inseridas na cidade mas uma entidade psíquica com um passado igualmente longo e rico, na que nada que veio a existir chegou a perecer, na qual, juntamente com a última fase de desenvolvimento, todas as anteriores continuam a viver. (FREUD, 1924, p.22)

Aqui Freud traz uma representação do inconsciente humano. Para o autor, contradição, ambivalência e tempo passado, presente e futuro se sobrepõem em uma imagem criada a partir da condensação e do deslocamento, na qual uma pequena parte pode representar o todo. Ao pensarmos “nessa pequena parte” que pode nos aludir ao “que nos traz o todo”, podemos ver como Lélia Gonzalez, por meio de sua experiência analítica particular, se sustenta em bases psicanalíticas para questionar o racismo no interior da nossa cultura.

Lélia Gonzalez revela a importância de se entender como é que o racismo atua no cerne da constituição dos e das negras brasileiras. Ela buscará em Lacan apoio teórico para sua questão: “Será que o racismo é uma neurose brasileira?” Ela tentará pensar como esse traço da condição moderna está presente dentro da sociedade brasileira como sintoma, dadas as circunstâncias da nossa formação histórico-cultural.

A autora nos mostra que, na modernidade, o complexo de Édipo vai colocar o advento do desejo da criança a partir dos referenciais materno e paterno e que não podemos esquecer que estamos diante de uma sociedade patriarcal. Gonzalez analisará em que medida tal esquema teórico não se impõe a partir da perspectiva do homem branco. Embora faça sentido conceber que o sujeito, na sua infância, deseja sua mãe, devemos lembrar que, para a psicanálise, a função materna não é uma atribuição estabelecida pelos vínculos biológicos de procriação. Diante disso, emerge a questão: “Qual foi a figura feminina presente que cuidou dos homens, em suas infâncias no Brasil?” (GONZALEZ, 2020) E a resposta é: foi a figura da mulher negra, por meio da ama de leite, da babá e da empregada doméstica.

Na perspectiva psicanalítica, segundo Gonzalez, o desejo do homem branco não seria pela mãe e sim pela mulher negra que dele cuidou e mais, ela vai dizer que o racismo torna esse desejo duplamente proibido. Se o menino não pode desejar a mãe pelo tabu do incesto, ele também não pode desejar a mulher negra, porque o racismo, no Brasil, também não permite

essa construção de uma relação de uma forma não violenta, pois o passado da escravidão coloca essa relação com uma marcação violenta. Ou seja, o significante mãe preta, ao contrário de significar algo que viabilizasse que os afetos de boas qualidades fossem facilitadores, acaba por provocar um acúmulo de interdições malogradas a esse corpo, e assim transmitirá essa sombra secularmente malograda sob diferentes formas de violências.

Sendo assim, esse desejo que é negado e sublimado se reverte no mecanismo daquilo que é o racismo no Brasil, que não é explícito, mas está o tempo todo colocado na dinâmica das relações. Isso é o que Lélia chama de “neurose cultural brasileira”. A partir dessa relação de poder do patriarcado, no processo de formação e criação da sociedade brasileira, delinea-se assim o lugar da mulher negra brasileira na perspectiva de Lélia. Além disso, ela se pergunta: “Como é que essa neurose, não analisada, não pensada, não discutida, não é vista, nem revista, como é que essa neurose vai se transmutar dentro das relações e vai se estruturar como o que ela chama de racismo estrutural?”

Lélia diz que o racismo estrutural se coloca dentro da estrutura social e política, que não permite que pessoas negras acessem outros lugares, principalmente no que se refere a outros lugares simbólicos dentro da nossa malha de relações e de linguagem que carrega um peso imaginário e simbólico de interpretações, tais como veremos nas análises dos casos a seguir. Podemos fazer um pequeno exercício de como essas matrizes se traduzem em significantes, por exemplo, quando nos referimos a *mainha*. Logo pensamos numa mulher preta, semelhante à mãe de leite da era colonial, atrelada a uma imagem de uma mulher baiana que não se olha ou não é lembrada por sua sexualidade, mas por suas características serviçais. Não é à toa que muitos dos pontos de acarajés que alimentam ainda boa parte dos brasileiros tenham esse nome.

Questionamentos importantes também são trazidos por Neuza dos Santos Souza. Eles inauguram problemáticas no que se refere à forma com que a mãe negra funcionará dentro da especularidade com seu bebê. Neuza interroga como a mãe negra é perpassada por esse corte cultural presente no léxico histórico do nosso país: como ela vai estruturar suas fantasias dentro do complexo jogo de identificação, alienação e separação no estádio do espelho com seu bebê? Haveria algo dissonante em termos de idealizações hegemônicas de padrões estéticos, no que se refere ao imperativo social que herdamos, desde as colonizações europeias, que entram em jogo até hoje no estádio do espelho?

Na medida em que os jogos identificatórios estejam referidos ao culto da branquitude, o que se produz entre os primeiros laços identificatórios podem ser comprometedores e danosos, como acompanhamos aqui. Quais seriam os comprometimentos trazidos por idealizações e normatizações de formas estéticas hegemônicas inalcançáveis na construção da fantasia da mãe negra, na medida em que estas tenham que negar as próprias características? Como isso se projetaria na imagem simbólica reservada para esse bebê negro? Como fica seu posicionamento frente ao ideal do Eu e o Eu ideal, ao se levar em conta que estas questões narcísicas se colocam em pauta com grande importância na constituição da subjetividade?

Trabalharei problemáticas que tangem às populações periféricas, compostas por mulheres negras que são mães e chefes de família. Pensaremos de que forma os desejos pulsionais circulantes produzem determinados efeitos traumáticos advindos não só de nossas heranças históricas que resistem ao tempo por meio da linguagem, como também teremos que considerar a urgência com que as construções decoloniais têm nos provocado a agir, pensar e recriar novos diálogos teóricos mais desterritorializados.

Será então nessa perspectiva, que descentraliza o conceito de sofrimento dos construtos hegemônicos sobre uma adaptação pacífica pelo indivíduo no social, que pensaremos também de forma descentralizada e não menos problemática a questão do racismo na clínica psicanalítica, ponto não presente no arcabouço original da teoria psicanalítica, mas que requer aqui seu giro decolonial para que atuemos fora de seu território originário da psicanálise falocêntrica freudiana.

Sendo assim, o trabalho tem uma matriz, que eu diria, *decolonialista* de pensamento, na medida em que tem, por exercício, interrogar teorias, criadas e sustentadas na realidade europeia, a partir da nossa realidade brasileira. Para isso, torna-se necessário toda uma delicada articulação teórica e epistemológica. Interrogar no sentido de fazer um esforço teórico de entender nossas questões locais a partir de elaborações teóricas produzidas por autoras negras que já iniciaram um percurso de apoio da psicanálise como estratégia de crítica social para suas questões singulares. Fato que não significa ignorar o pensamento europeu, mas saber manejá-lo e não aplicá-lo proteticamente a nossa realidade.

O que impulsiona tal trabalho é uma sensação de impotência quanto à situação social. Tento aqui tomar o corpo social com uma concepção de pensamento, como forma de entendimento de uma comunidade, propulsor de circuitos que inicialmente partem da importância do primeiro laço constitutivo dos afetos e da linguagem para a compreensão de um funcionamento

político-estrutural de uma determinada sociedade em suas esferas de valores e reconhecimentos.

Diante do nosso cenário, é sabido que a mulher, em sua função de esposa, mãe, responsável pelos lares, e, na sua grande maioria, mantenedora financeira de estruturas familiares, acumula atributos importantes para a análise de transmissão dos fluxos de linguagem intrínsecos nos circuitos pulsionais coletivos. Sua atuação no corpo social, em contextos comunitários, tem sido protagonizada por essa força multiplicadora de novas linguagens. Por isso, o presente trabalho se detém nas narrativas de mulheres como força motriz de transmissão de mudanças.

Como a teoria do reconhecimento dentro da estrutura filosófica que pensa as políticas sociais e os conflitos de pertencimento de grupos e sujeitos dentro da sociedade trabalha as esferas de sobreposições singulares atuantes na dimensão de luta por um lugar outro de reconhecimento, ela se coloca como uma importante produção para contribuir com o entendimento de muitas questões evidenciadas nas lutas e nos conflitos. O que Honneth traz para este campo de estudos é um certo horizonte de resolução para a problemática dos déficits de reconhecimento sofridos por algumas categorias identitárias. Ele pensará em soluções normativas institucionais que possam fazer frente ao malogro que certos grupos sofrem por não serem reconhecidos de forma horizontalizada em determinadas sociedades. Honneth propõe que medidas legais e institucionais sejam revisadas e reposicionadas na tentativa de reparo frente às experiências de desrespeito. A proposta parece partir de uma revisão do aparato legal no intuito de que novas formas de amparos legalmente institucionalizados possam ser colocadas, como, por exemplo, a lei Maria da Penha. Esse seria um bom exemplo para pensar o que Honneth propõe em termos de resposta possível para os impasses vividos no âmbito social.

Temos que preservar limites epistêmicos, mas isso não nos impede de questionar até que ponto a psicanálise como prática atuante que produz efeitos de linguagem pode provocar efeitos de deslocamentos não só na esfera singular, como também consequentes deslocamentos de posições na esfera pública, com efeitos de apropriação de novos lugares simbólicos e novos significantes. Ao fazermos isso, acabamos, quem sabe, por produzir novas formas de afetos circulantes, como vemos com as autoras citadas acima.

Trago então a questão: não seria a psicanálise uma prática que lida com processos de ressignificações e reproduções de novas baterias significantes? Ou seja, não seria o processo analítico uma estratégia de reedição das ruínas do presente, passado, futuro, como vimos, uma

das possibilidades estratégicas de reedificação de um outro lugar simbólico para a mulher negra empreender suas lutas por reconhecimento?

2. O MODELO EPISTÊMICO

Ao me propor a pensar, a partir da psicanálise lacaniana, o que se entende por uma psicanálise desbiologizante, que considera o significante como causa do sujeito e a linguagem como produtora de gramáticas sociais e redes de produções simbólicas, optei por me basear na proposta de Alfredo Eidelsztein, em seu livro *A origem do sujeito em psicanálise*. Nele, o autor apresentará uma inovação na leitura do campo psicanalítico. Cabe, portanto, partir de uma contextualização teórica e epistêmica, na tentativa de que tais conceitos se desloquem para as considerações sobre o entendimento do que vem a ser uma leitura possível sobre o corpo da mulher negra no Brasil. Esse corpo que é uma construção para a psicanálise, uma construção discursiva, cultural e subjetivamente falando, e suas implicações na clínica psicanalítica.

Tentarei situar o resgate epistêmico feito pela proposta de Eidelsztein para elucidar o trajeto da concepção desbiologizante que sustenta o conceito de significante aqui trazido, conceito este que será pensado aqui como suporte para as noções de corpo, de gênero e de raça.

O problema da origem do sujeito em psicanálise é um tema pouco apresentado quando pretendemos colocá-lo em diferenciação entre as propostas freudiana e a lacaniana. Será por meio de uma associação com as teorias mais atuais das ciências cosmológicas que Eidelsztein considerará o *big bang* da linguagem, e demonstrará como, de certa maneira, o posicionamento de Lacan frente à afirmação de que “a linguagem é causa do sujeito” tem sido rejeitado e ignorado entre seus discípulos e seguidores, de modo que o presente trabalho pretende fazer eco à sustentação desse posicionamento, tendo em vista as questões a que ele se dedica.

Nesse sentido, Eidelsztein articula analogamente a causa do sujeito psicanalítico com a teoria cosmológica do Big Bang. Basicamente ele parte do princípio de que há um Big Bang, uma grande explosão da linguagem e do discurso. Sustenta que o antigo modelo cosmológico primava pela anterioridade da matéria, tendo que primeiro existir a substância, ou seja, considerava que primeiro existiu o planeta terra, o sistema solar e assim por diante. Esse antigo modelo defendia que a matéria e o corpo sempre deveriam vir antes para que fossem substancializados, conseqüentemente, depois. O que propõe Eidelsztein, é que devemos considerar a psicanálise lacaniana tal qual a teoria cosmológica moderna, fora da lógica sequencial de fatores

em que a matéria ou o corpo sejam necessários para que o sujeito do inconsciente laciano exista. O que propõe a psicanálise nessa vertente epistêmica é a anterioridade da linguagem sobre o corpo. Poderemos acompanhar melhor os efeitos destas considerações e deste princípio de anterioridade da linguagem por meio do caso de Laiz, que apresentamos mais abaixo.

Não cabe aqui descrever a teoria do Big Bang na física em sua complexidade, pois, afinal, nem teria competência para tal. No entanto, alguns dados que sustentam seu modelo devem ser explicitados, tais como os apresentados por Eidelsztein (2020, p.68):

Com o passar do tempo, as evidências observacionais apoiaram a ideia de que o universo evoluiu a partir de um estado infinitamente denso, quente e carente de volume. A partir da descoberta da radiação de fundo de micro-ondas em 1965, o Big Bang foi considerado a melhor teoria para explicar a origem e a evolução do cosmos em torno dos anos 60. S. Hawking e outros demonstraram que a singularidade é um componente essencial da gravidade da teoria de Einstein. Isto levou a grande maioria dos cosmólogos a aceitar a teoria do Big Bang, segundo a qual o universo se iniciou a um tempo finito.

A princípio, esta associação entre psicanálise e física cosmológica resulta um tanto inusitada e causa estranheza aos psicanalistas. O autor pondera que, se a teoria cosmológica moderna produz alguma surpresa é porque ela difere da teoria cosmológica antiga, que é a que a maioria das pessoas possuem, a de que a matéria deva vir antes para que possa ser banhada pela linguagem; sobre essa matriz de pensamento, Eidelsztein dirá que é a mesma que Freud manejou.

Uma outra questão a ser considerada é pensar de que forma a noção do tempo é manejada ao se conceber que o universo é infinito, tal qual aponta a teoria cosmológica antiga. Essa noção de que o universo é infinito marca uma referência com relação ao tempo, pois, tanto em relação ao passado quanto ao futuro, o universo sempre foi infinito e essa noção se estende ao espaço; o universo sempre foi infinito em termos de espaço. Esta é uma teoria que não deixa de ser uma hipótese pelo fato de ser milenar, como coloca Eidelsztein. Temos que considerar que a noção de espaço e tempo são hipóteses teóricas. Como exemplo, podemos nos remeter a teoria não muito conhecida para o senso comum, como a teoria da relatividade de Einstein. Ora, nessa perspectiva teórica, não existem tempo e espaço separados, há somente espaço/tempo como uma única dimensão.

A teoria cosmológica moderna não parte do princípio de que tempo e espaço são infinitos, nem tampouco que ocupam uma única dimensão inseparável. Tais hipóteses são vigentes há quase cem anos na física.

Pensar por analogias com teoria cosmológica moderna parece então permitir buscar resolução a um problema teórico da psicanálise, e retirar daí suas consequências clínicas. O problema destacado entre os dois modelos cosmológicos, que será útil a ser pensado analogamente ao impasse teórico da psicanálise, é o fato de que, para a teoria cosmológica moderna, não há uma continuidade absoluta entre passado e presente e entre presente e futuro com aquilo que se considera origem e causalidade. Esse desdobramento de um pensamento sequencial, como se tudo o que se estudou antes fosse causa do que se tem depois, traz consequências que são posicionadas por Eidelsztein em duas considerações não discutidas ainda pelos psicanalistas e que ele se propõe a criticar: primeiro a consideração neurocientífica em que se constata que tenha de haver um cérebro primeiro para que haja sujeito, ou seja, primeiro o cérebro depois o sujeito, primeiro o cérebro depois a ideia. Segundo a concepção de que o tempo e o espaço são infinitos assim como testemunhamos no senso comum, onde o autor propõe que seja lembrada uma outra teoria não tão conhecida, como a da relatividade de Einstein, em que já não se concebe o tempo e o espaço de forma separada, e sim de modo contínuo tempo-espaço. Essa retomada da teoria de Einstein, segundo Alfredo, responderia a questão sobre a sincronia da linguagem, proposta por Saussure e trazida para psicanálise Lacaniana.

A partir dos trabalhos em linguística geral de Ferdinand de Saussure, a linguística estrutural opera com dois conceitos, que são duas dimensões a partir das quais a linguagem pode ser investigada: o conceito de sincronia e o de diacronia. A diacronia é concebida como a sequência sucessiva de uma palavra vindo depois de outra, mas o conceito abstrato é o de sincronia, que tem que se distinguir de simultaneidade, segundo Alfredo Eidelsztein. Simultaneidade se refere a um, dois, três, quatro elementos na multiplicidade de fenômenos que ocorrem num mesmo instante de tempo. Eidelsztein cita que, por exemplo, a teoria da relatividade de Einstein se opõe a esta concepção, quando afirma que essa simultaneidade não existe, pois depende-se da posição do observador. Agora o conceito de sincronia responde a um problema específico da linguagem, que é o seguinte: se um significante de uma língua consiste na diferença com todos os outros significantes, todos os significantes devem existir em um mesmo momento lógico. Então, uma linguagem, quando existe dentro desta perspectiva teórica, existe toda junta, assim como existe o conceito de “bateria significante”. Se seguirmos esta ideia, não podemos

admitir que no português, no espanhol, e em todas as línguas teríamos que acessá-las introduzindo-nos primeiramente de forma gradual, uma palavra depois a outra, e não é assim que a linguagem se constitui, Somos submersos na linguagem como um todo. Ora, diante disso, temos de admitir que a linguagem acaba por ser um todo de maneira sincrônica. Há aí um processo que se supõe que seja independente dos cérebros, e dos indivíduos falantes; e se o inconsciente está estruturado como a linguagem, requer, para sua inteligibilidade, algo dessa mesma temporalidade.

Para situar um pouco a linguística saussuriana, vamos tentar entender brevemente as diferenças entre o eixo sincrônico e diacrônico formulados por Saussure. Para Saussure, tanto a sincronia quanto a diacronia são formas de se estudar a língua e não a fala. Ele não deu prioridade ao estudo da fala, tendo em vista que a concebia como algo mais relativo à esfera dos enunciados idiossincráticos; sendo assim, tanto a sincronia como a diacronia se referem a um estudo feito sobre a língua associada ao tempo cronológico. Saussure colocará em um desses dois o estudo da língua associado ao tempo, mas focando a passagem do tempo e as transformações que lhe acompanham, e no outro haverá um estudo da língua em relação ao tempo, porém desconsiderando sua passagem, fixando, portanto, a língua num sistema de relações de signos. Essas diferenças marcam a dicotomia saussuriana. Ele apresenta duas formas de estudar a língua: uma que apresenta a evolução da língua e outra que estuda o resultado da evolução da língua num dado momento; ambas, portanto, estão, a seu modo, relacionadas ao tempo. Porém, para uma dessas, o foco está na evolução e para a outra vertente o foco está no funcionamento sistêmico.

A vertente que estuda a evolução é a diacronia; a vertente que estuda o funcionamento num dado momento é a sincronia. Sendo assim, a diacronia está associada ao que se refere à evolução. Na vertente diacrônica, o que interessa é mostrar as transformações, a mudança, a evolução pelas quais a língua passou. E na sincronia o que importa é o funcionamento, a descrição. Como consequência dessa dualidade, devemos aceitar que quando estudamos a evolução no sentido diacrônico, estamos considerando a transformação, a mudança e a perspectiva de tempo é uma; quando estudamos o funcionamento ou a descrição, a perspectiva de tempo é outra.

A evolução se refere a um processo mais desenvolvimentista, como, por exemplo, quando pensamos a biologia associada à noção de evolução das espécies. Vale ressaltar que Saussure não opera com uma noção evolucionista, no sentido de que a aquisição da língua passe

por uma lógica desenvolvimentista. A evolução associada a uma ideia de crescimento, que traz em si a ideia de transformação, de mudanças, de modificações, faz parte da ideia de diacronia. A transformação traz a ideia de mudança e de modificação. Se pensarmos nos seres vivos, a metamorfose pela qual passa a lagarta até virar borboleta é um bom exemplo de transformação, de mudança e de modificação. Então temos um ser vivo que tem características específicas que entram num processo de transformação e que, ao final desse processo, sai modificado. Sendo assim, podemos considerar, junto com Saussure, que acontece coisa semelhante com a língua. Ela passa pelo processo de transformação, de modificação, de mudança, sofre ampliações e reduções, etc. Pensemos nas palavras que, ao longo do tempo, desaparecem e outras que aparecem. No final, o resultado disso fica diferente do que era antes; aqui está o princípio da diacronia.

Esse é um ponto importante para pensarmos nas questões referentes ao que será tratado no presente trabalho: de que forma a língua e a linguagem formam, em diferentes momentos históricos, em diferentes contextos sociais, efeitos, e produzem realidades que servem de marcadores psíquicos em termos de significantes, e que assim possam ser colhidos na clínica a partir de uma escuta psicanalítica lacaniana? Trataremos especialmente, como já discutido, das questões relacionadas ao racismo e à condição da mulher negra.

Poderíamos pensar nos significantes circulantes na nossa língua, no nosso atual espaço temporal, e de que forma estes ajudaram a cristalizar gramáticas de racismo? Até que ponto estamos em um momento importante, historicamente falando, para reconsiderar esses significantes como marcadores que merecem ser analisados mais profundamente dentro e fora da clínica psicanalítica como passíveis de mudanças e transformações dentro da nossa sociedade?

Como vemos, a ideia de sistema de Saussure é muito importante, pois a língua é vista como um sistema que traz elementos que se articulam entre si, independentemente das vontades individuais, para fazer com que o conjunto funcione, ou seja, possa significar. Esse sistema, à medida que vai evoluindo, vai tendo transformações, modificações, mudanças e vai então sendo diferente do que era antes. A língua passa por processo semelhante. Ela não deixa de ser uma língua, o português não deixa de ser português, mas ele vai sofrendo modificações, transformações que fazem com que ele seja diferente do que já foi um dia. Se pegarmos diferentes edições de dicionários da língua portuguesa, poderemos ver as mudanças que se passam entre as edições mais antigas e as mais atuais. E temos que considerar que essas mudanças e transformações

pelas quais a língua passa não se dão de modo isolado, elas não acontecem ao acaso. E esse dado é muito valioso para as considerações do presente trabalho.

A ideia de que a língua é um sistema dinâmico, que se molda incluindo e retirando termos ao longo do tempo, nos traz essa possibilidade de pensá-la numa dinâmica intrinsecamente relacionada aos movimentos que acontecem no campo social, econômico, político, literário. Enfim, novas gramáticas são propostas, isto é, novas normas e formas de valorar, novos significantes produzindo novas gramáticas, novas sintaxes, novos sentidos dentro de um determinado período histórico.

Diante disso, podemos fazer a seguinte indagação: dentre as esferas que nos constituem, nas quais nós estamos presentes, que mudanças foram havendo e que mudanças aconteceram próximas a essas em relação à língua? A resposta será que sempre haverá algum tipo de conexão, pois nenhuma das transformações e modificações históricas se dão de forma isolada, elas têm seu lugar em função de outras transformações que se dão em outras esferas da vida social. A diacronia está relacionada às evoluções pelas quais a língua passa, bem como ao estudo que se faz dessa evolução. O estudo diacrônico está relacionado ao aspecto da evolução, da transformação, da mudança, mas também analisa de que forma o estado do resultado final pode ser percebido diante do estado anterior. Então, num estudo diacrônico, se analisa como era antes e como ficou depois. Um bom exemplo é pensar nos pronomes pessoais. No português colonial, fazia-se uso de “vossa mercê” para se referir a você, no tratamento destinado a reis. Esse pronome caminhou de acordo com os deslocamentos dinâmicos dentro do complexo sistema que estamos vendo aqui, passando de “vossa mercê” para “vossemecê”, “vosmecê”, até chegarmos a “você”. Hoje em dia, considerando a virada tecnológica, a forma mais comum de comunicação tem sido por redes virtuais e o “você” tem se transformado na escrita por “vc” ou “cê”.

Essas modificações explicam como a linguagem é suporte constitutivo de novas formas de se posicionar nas relações. Vale pensar, como veremos mais à frente, de que maneira ela pode funcionar como testemunha de certa forma avalizadora de perpetuação de desigualdades dentro de uma sociedade, a partir do momento em que passa a estabelecer diferenças hierarquizadas, perpetuando assim o cinismo presente num certo léxico da inclusão. Podemos pensar de que forma ela também produz a estereotomia, dificultando mudanças que produzam novas produções significantes e se engesse na alimentação do senso comum, por exemplo; essa é uma questão importante ao se pensar nas lutas identitárias.

Seguindo no resgate da discussão trazida por Alfredo Eidelsztein, devemos notar como, para Freud, existe um processo de continuidade: primeiro a célula, depois várias células que constituem o corpo, depois o nascimento do corpo, as primeiras vivências, as vivências vão se registrando no aparelho psíquico, que ficam como traços de memória e as representações vão se associando com as palavras em um processo que é pensado como oral, anal, genital infantil, etc. Ou seja, há em Freud uma continuidade entre corpo biológico e o inconsciente de forma sequencial. Nesse sentido, Freud deve ser visto como um evolucionista. Ele parte de um pensamento unicelular como origem do que conhecemos como sujeito humano, pois, como vimos, ele trabalha com uma noção contínua de sujeito humano que não considera a descontinuidade, assim como Winnicott, como veremos mais à frente, através do modo pelo qual se recorre a elementos de sua obra por parte da teoria crítica honnethiana.

Nesse sentido, a teoria freudiana coincide com as teorias modernas das neurociências, que propõem primeiro o cérebro, com suas características. O inconsciente de Freud então se origina a partir de um aparato psíquico que é dissidente, de certa forma, de um modelo neuronal. O modelo de Lacan, tal como Alfredo Eidelsztein tenta defender, apregoa que a origem do sujeito se dá pela linguagem, e a linguagem implica para o sujeito uma descontinuidade.

Aqui trago um fragmento de caso que nos possibilita pensar o que pode vir a representar os significantes que circulam numa rede de linguagem e seus efeitos produtores de interioridades.

A paciente Laiz (nome fictício) é mãe de dois filhos; um menino de nove anos e uma menina de dois. Foi também mãe de Éric, seu bebê que viveu apenas por um dia e morreu há dois anos, vítima de uma patologia cardíaca. Laiz e seus filhos vivem em condições difíceis; moram no Recanto das Emas, no entorno da capital, em um dos bolsões de pobreza muito comprometidos pelo abandono das instâncias públicas governamentais. Ela fez o pré-natal na rede pública e acha que, se tivesse feito em hospitais particulares, a cardiopatia de seu bebê poderia ter sido detectada e tratada assim que nascesse. Isso evitaria a tragédia da perda do filho com dois dias de nascido e sem que tivesse direito a explicações para além de: “mãezinha, ele nasceu com um probleminha no coração e não resistiu”.

Laiz passa por algumas necessidades. Apenas o marido trabalha, mas recebe alguns benefícios do governo. Ela teve escolaridade interrompida no ensino médio. Foi criada por uma avó que era cega. Desde seus três anos, ela e um dos irmãos mais velhos, que tinha seis anos,

foram “dados” pela mãe para a avó cuidar e para que seu irmão, “considerado já em idade avançada”, pudesse ajudar a avó.

Laiz passa por um processo de luto que teve como consequência uma depressão. Está sendo tratada tanto em análise como por um psiquiatra que lhe prescreveu algumas medicações. Ao longo dos últimos três anos, fala de Éric e na dinâmica da casa como consequências da sua “existência”. Emília, sua filha que tinha dois anos quando Éric nasceu, já apresentava uma certa preocupação por só falar umas três palavras, além de mamãe. Era uma criança mais isolada, não interagiu muito com as outras crianças, foi desmamada com 11 meses e, após a perda do bebê esperado, volta a pedir peito, a mamar e a dormir no berço com a permissão da mãe. E assim, as duas, mãe e filha, numa tentativa de presentificar “o bebê”, passam a montar o cenário familiar em torno do “bebê”, que passa a ser Emília. Num movimento consequente ao trauma, assume o lugar daquele que alojava a bateria do tesouro significativo naquele momento familiar.

O trabalho com Laiz passou primeiro por desalojar “o bebê” da casa, ou seja, desfazer a forma lógica de substituição que operou com Emília e sua mãe, numa interseção simbólica pela qual o sujeito reencontra no desejo do Outro sua equivalência ao que ele é como sujeito do inconsciente. (LACAN,1964)

Num trabalho de re-construção de significantes que bordeiam Éric, resgatou-se esse sujeito que abriu os olhos por duas vezes apenas para a mãe. Na primeira vez, ao sair do útero, ainda na sala de parto, e, na segunda e última, na ambulância, ao serem transferidos, no segundo dia de vida de Éric, para um hospital que tinha UTI neonatal.

Laiz, ao longo do trabalho analítico, consegue construir seu “bebê” em torno de significantes como “era um menino delicado, mamava fraquinho, acho que pareceria com o pai” e mais à frente passa a chamá-lo pelo nome Éric. Passou a considerá-lo um sujeitinho, esse que também era aguardado por Emília para ela pudesse ajudar a cuidar, e não para ocupar seu berço, e tomar seu leite.

Intervenções mais enfáticas, nesse sentido de deslocar o significante “bebê” que circundava no tesouro significativo de Laiz e por consequência os efeitos disso em Emília foram trabalhadas no intuito de se construir um “Éric”, um sujeito que, mesmo sem que estivesse materializado num neném, pudesse existir simbolicamente em termos de significantes e de linguagem, para que pudesse ser enterrado. Partiu-se do significante “bebê”, que foi estendido em Éric-o-bebê. Esse trabalho possibilitou que Laiz pudesse representá-lo, resgatá-lo da cadeia significativa criada antes de seu nascimento, legitimando-o como existente aí nesse campo. A

cada fala construída por Laiz sobre “seu bebê”, eu dizia algo no sentido: “esse é o Éric”, “olha aí o Éric”. Tentei, assim, fazer com que o sujeito Éric passasse a existir na cena simbólica, sendo presenciado nesse pequeno personagem que vem investido de significantes e significados, concordando com a ideia de que, para que haja um sujeito, não é necessário que haja um cérebro, um indivíduo ou uma pessoa. A existência de Éric remaneja, numa certa circularidade, os significantes que determinavam lugares e existências dentro de uma rede de relações e de posicionamentos de sujeitos.

O caso acima também nos revela de que maneira o tempo pode ser considerado circular na lógica de um futuro anterior. De que forma Emília passa a falar? Há algo intrigante aí que nos permite pensar sobre o tempo tal qual como apresentado por Alfredo Eidelsztein (2020, p.23):

Sincrônico é uma abstração que dá conta do tempo da origem de qualquer língua; melhor dizendo, do conjunto significante – para falar em termos do seu modelo – e indica que o que falta é o que é impossível. É preciso esclarecer que esse tempo não admite cronologia ou data, isto é, não é possível que se faça coincidir com o que marcam os relógios ou os calendários.

A simultaneidade então trabalha com uma enorme bateria de significantes que ocorrem num mesmo instante de tempo. Agora o conceito de sincronia, que não podemos confundir com o de simultaneidade, trata-se do seguinte: se um significante de uma língua consiste na diferença com todos os outros significantes, todos os significantes devem existir em um mesmo momento lógico. Então, uma linguagem, quando existe, ela existe toda junta no sentido da bateria dos significantes. Portanto, somos obrigados a admitir que a linguagem não começa por um termo específico, depois pelo outro e assim sucessivamente, até que se aprenda a falar. O que marca o significante diante de toda uma linguagem sincrônica está então na diferença que ele vem marcando diante de todos os outros termos.

Isso então supõe um processo independente dos cérebros, dos corpos e dos indivíduos falantes, pois, se o inconsciente está estruturado como linguagem, este requer algo da ordem dessa mesma temporalidade. Entendidos dessa forma, o arcabouço em que se sustenta a teoria lacaniana, diante das considerações apresentadas em termos de como a linguagem opera do ponto de vista da constituição do inconsciente, podemos ter mais claro como, de certa forma, o Big Bang da linguagem possa ter operado para Emília.

O trabalho aqui, no cerne da operação alienação e separação, nos traz uma indagação de Lacan:

Esse corte da cadeia significante é único para verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade no Real. Se a linguística nos promove o significante, ouvir nele o determinante do significado, análise revela a verdade dessa relação, ao fazer dos furos do sentido os determinantes de seu discurso. (LACAN, 1998, p. 815)

Será diante da arbitrariedade do deslizamento da cadeia significante, que não está submetida a uma ordem naturalizada a um corpo (Bebê—Éric—Emília), nem a um cérebro, nem a um indivíduo biológico, supostamente submetido a uma dinâmica determinista de cunho evolucionista, que se vê como possível a hipótese de que Emília assumisse, nas tramas dos circuitos de afetos produzidos no seio dessa família, o significante “bebê”.

A escolha epistêmica aqui passa pela possibilidade de compreendermos o valor determinante de um significante que porta em si a capacidade da nomeação, que faz corte na cadeia significante e assim possibilita a ocupação de determinados lugares. Esse trabalho de desalojamento, de deslizamento da cadeia de significantes que se edificou nas tramas da linguagem da mãe e de toda essa família demonstra, de certa forma, numa vinheta clínica, os riscos corridos no processo de subjetivação de Emília e a importância de se escutar o fluxo de associações inconscientes que estavam em curso durante o período do trauma de toda a família.

Ao pensarmos num modelo teórico em que esteja calcado em uma ordem de continuidade, ou seja, num modelo desenvolvimentista no qual se considera que as fases evolutivas sustentam a lógica análoga à cosmológica criacionista, onde o corpo supostamente obedece a um fluxo evolutivo, provavelmente as intervenções, as interpretações e a condução do trabalho analítico, se passaria por outras vias, e não a desse lugar aqui proposto dentro dessas considerações teóricas. Como vemos nas críticas de Alfredo Eidelsztein, o significante trazido pelo advento “bebê” para o universo do tesouro significante da relação mãe e filha neste momento da vida de Emília pode nos revelar o quanto

A separação consiste na articulação dessa falta em ser do sujeito com a falta que se manifesta nos intervalos de toda cadeia significante do outro, permitindo a localização do sujeito nesse outro intervalo e, dessa forma, a possibilidade de sua condição de objeto do desejo do Outro. Assim, em oposição ao que se costuma dizer no ambiente psi, é o Outro que resgata o sujeito. (LACAN, 1964 *apud* EIDELSZTEIN, 2020)

É importante observar que esse Outro pertence à rede de significantes. No caso do significante Éric, foi trazido na relação transferencial como facilitador do deslizamento num trabalho de análise. Podemos também pensar na Emilia de hoje, que passou da mudez até seus dois anos de idade a uma condição objetal retrocedida à condição de um bebê, fantamagorizada num cenário de trauma familiar, que fala e se expressa bem. Diferencia-se não só "do bebê" como também "do Éric" que, pelo fato de existir mas não ter um corpo, é apontado por Emília a cada neném na rua. Ela diz: "parece o Éric". É como um grande sinal de que há um Eu ali constituído, que se diferencia. Emília hoje vai à escola, dorme com seu irmão num quarto, em camas separadas, separada da mãe, com um repertório linguístico apropriado para sua idade, cuidando de seu bebê boneco que, aliás, dorme com ela.

Lacan, nos *Escritos*, quando fala da posição do inconsciente no Congresso de Bonneval, ao desenvolver teoricamente o que ele coloca como a causação do sujeito, traz a importância de se reconhecer o que ele chama de separação. Ele fará a distinção entre o que Freud denomina de *Ichspaltung* ou fenda do sujeito; diz que Freud a introduz não como uma fenda do sujeito, mas do objeto (fálico, nomeadamente). Lacan continua:

Separare, separar, conclui-se aqui em *se parere*, gerar a si mesmo. Prescindamos dos préstimos certos que encontramos nos etimologistas do latim, nesse deslizamento do sentido de um verbo para outro. Que se saiba apenas que esse deslizamento se funda no pareamento comum dos dois na função da *pars*. [...]

Separare, *se parere*: para se enfeitar com o significante sob o qual sucumbe, o sujeito ataca a cadeia que reduzimos a conta exata de um binarismo, em seu ponto de intervalo. O intervalo que se repete, estrutura mais radical da cadeia significante é o lugar assombrado pela metonímia, veículo, ao menos como o ensinamos, do desejo.

Seja como for, é sob a incidência em que o sujeito experimenta, nesse intervalo, uma outra coisa a motivá-lo que não os efeitos de sentido com que um discurso o solicita, que ele depara efetivamente com o desejo do outro, antes mesmo que possa sequer chamá-lo de desejo, e muito menos imaginar seu objeto.

O que ele coloca aí é sua própria falta, sob a forma da falta que produziria no Outro o seu próprio desaparecimento. Desaparecimento que, se assim podemos dizer, ele tem nas mãos, da parte de si mesmo que lhe cabe por sua alienação primária.

Mas o que ele assim preenche não é a falha que ele encontra no Outro, e sim, antes, da perda constitutiva de uma de suas partes, e pela qual ele se acha constituído em duas partes. Nisso reside a torção através da qual a separação representa o retorno da alienação é por ele operar *com* sua própria perda a qual o reconduz a seu começo.

Sem dúvida, o "ele pode me perder" é seu recurso contra a opacidade do que ele encontra no lugar do outro como desejo, mas restitui o sujeito a opacidade do ser que lhe coube por seu advento de sujeito tal como ele se produziu inicialmente pela intimação do outro.

Essa é uma operação cujo desenho fundamental vai ser reencontrado na técnica. Pois é na escansão do discurso do paciente, à medida que nele intervém o analista, que veremos se ajustar a pulsação da borda pela qual deve surgir o ser que reside para alguém dela. (LACAN, 1964, p. 857-858)

A partir da clínica e de seus efeitos, ao tomarmos uma perspectiva de Lacan que se destine à desambiguação de Freud, como nos apresenta Alfredo EIDELSZTEIN, podemos testemunhar o posicionamento que marca diferenças importantes entre a teoria freudiana e a lacaniana.

O “bebê”, no caso de Laiz e Emília, era um significante investido de valor objetal, representando-o para outro significante, no caso Éric. O fato de Emília ainda não falar, apesar de ter já dois anos, nos apontava para riscos que podíamos reconhecer em traços de alienação e fechamento com a mãe. Do ponto de vista clínico, podemos dizer que Emília se encontrava neste cenário, sob olhares de maior vulnerabilidade em termos de estruturação subjetiva. Pois não se conseguia ainda, naquele momento, apresentar as insígnias da linguagem de que as coisas caminhavam bem no complexo jogo do estádio do espelho e naquilo que se espera encontrar como traços de formação de eu. Trago essa reflexão para assinalar, junto com Lacan, que:

O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si a causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para um outro significante: ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta. (LACAN, 1998, p. 849)

É pelo fato de um significante representar o sujeito para outro significante de forma arbitrária, sem nenhuma causa biológica, sem uma posição específica na lógica evolutiva da linguagem que são deixadas marcas constitutivas na edificação psíquica. Nesse ponto, retornamos às considerações que Alfredo Eidelsztein faz ao se referir à teoria freudiana como evolucionista, e a lacaniana como criacionista, pois, a depender da leitura e do amparo teórico, diferentes efeitos e consequências podem surgir como efeitos clínicos. Caso considerássemos que a posição de Emília fosse um recuo a uma fase oral talvez proposta por alguma leitura freudiana evolucionista, por exemplo, não seria de se espantar que alguns analistas respeitassem a dor traumática da dupla, mãe e filha, como um acalento momentâneo necessário para apaziguar a falta provocada pelo “bebê”. Seguindo o pensamento de Eidelsztein, para Lacan, mais do que a linguagem em geral, é a ordem significante em particular aquilo que deve ser colocado em posição de causa do sujeito (EIDELSZTEIN, 2020). “Pois sua causa é o significante, sem o qual não haveria nenhum sujeito no real”. (LACAN, 1964)

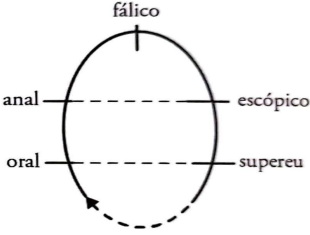
Essa distinção marca as diferentes perspectivas que irão compor o rompimento entre os dois teóricos para Eidelsztein e, nessa perspectiva de desambiguação entre Freud e Lacan, muitas outras consequências acarretarão mudanças conceituais que partem da distinção entre um modelo criacionista e um evolucionista.

Assim, dentro da perspectiva evolucionista de Freud, o começo se dá a partir de algo substancial presente, tangível, que evolui e se desenvolve até atingir a maturidade. O corpo biológico, nesse sentido, com uma horda primitiva que se desenvolverá, percorre um curso de certa forma naturalizado de desenvolvimento por meio de certos conceitos como fase oral, anal, fálica e genital, numa sequência de: primeiro>origem; por último>maturidade. Já a perspectiva criacionista coloca que a criação é *ex-nihilo*, rejeitando as ideias de evolução e maturidade nessa esfera da causa do sujeito.

Há outras diferenças que marcam o campo lacaniano e que, segundo Eidelsztein, analistas tendem a ignorar, que é a revisão crítica que Lacan propõe frente aos estádios freudianos citados acima. Lacan considera um tempo circular no processo de alienação e separação, como podemos ver nesse quadro proposto por Alfredo Eidelsztein:

QUADRO 1

As diferentes concepções sobre o tempo e sua relação com a evolução / constituição psíquica:

Sigmund Freud	Jacques Lacan
<p data-bbox="485 1429 786 1451">oral → anal → fálico → genital</p> <p data-bbox="459 1592 828 1664">primeiro (origem) → último (maturidade) com detenções em retrocessos, mas sempre numa série cronológica linear.</p>	 <p data-bbox="868 1592 1182 1664">impossibilidade de estabelecer uma série evolutiva entre os 5 objetos e a hegemonia da linha fechada.</p>

Fonte: EIDELSZTEIN, 2020, p. 20

O tempo proposto por Lacan, como vemos no quadro, não é um tempo linear. Como vimos anteriormente, ao tomar por analogia a teoria cosmológica como paradigma de uma outra

epistemologia para psicanálise. O tempo ganha uma outra concepção, será algo reversivo e isso marcará a diferença com o tempo para Freud. O tempo e o espaço implicarão uma relação de um tempo circular, a perda do presente, e a anterioridade lógica do futuro em relação ao passado. Essas concepções resultarão no que Lacan concebe por “futuro anterior” (LACAN, 1960). “Demonstra também o núcleo de um tempo reversivo, muito necessário de introduzir em toda eficácia do discurso [...]. [Alienação e Separação] se ordenam em uma relação circular” (LACAN, 1964).

Essas noções que sustentam a proposta para um *Outro Lacan*, como vistas acima colocado numa lógica de formulação teórica distinta à de Freud e não de continuidade, trazem outras implicações que marcam importantes divergências do ponto de vista teórico conceitual. As concepções que sustentam a desambiguação entre Freud e Lacan estão presentes num quadro bem pontual criado por Alfredo Eidelsztein, no qual podemos ter a dimensão da perspectiva criacionista de Lacan. Fatos que provocam uma diferença epistêmica lacaniana para as outras demais propostas teóricas psicanalíticas.

QUADRO 2

Algumas diferenças epistêmicas propostas pela leitura da teoria lacaniana que faz a desambiguação entre Freud e Lacan

O símbolo	Já está operando desde um começo.	<i>Seminário 2</i> , aula XVI 25/04/1955
O Outro	Já está no seu lugar no sistema do mundo.	<i>Seminário 3</i> , aula VI. 11/01/1956
A significação	Está sempre em jogo no que se refere ao sujeito.	<i>Seminário 3</i> , aula XV. 18/04/1956
O Outro	Que está sempre em nós.	<i>Seminário 3</i> , aula XV. 18/04/1956
O Outro	Já está instalado no seu lugar antes de todo surgimento do desejo.	<i>Seminário 8</i> , aula XV. 22/03/1961
O Outro	Está antes de toda revelação subjetiva.	<i>Seminário 11</i> , aula X. 15/04/1964
O Outro	Já está presente cada vez que o inconsciente se abre.	<i>Seminário 11</i> , aula X. 15/04/1964
A linguagem	Está já presente na sua eficácia em toda manifestação do traço unário.	<i>Seminário 17</i> , aula XI. 20/05/1970
Do gozo [1] [2]	Só se pode falar de algo vinculado com a origem mesma da entrada em jogo do <u>significante</u> .	<i>Seminário 17</i> , aula XII. 10/06/1970
A sociedade dos significantes	É condição necessária para o nascimento e rejeição do <u>significante mestre (S1)</u> .	<i>Seminário 18</i> , aula I. 13/01/1971

Fonte: EIDELSZTEIN, 2020, p. 14

2.1 O conceito de drama e de significante como viráveis desbiologizantes na teoria psicanalítica.

É sabido que tudo o que é designado na língua corrente como desrespeito ou ofensa pode abranger graus diversos de profundidade no que se refere a sofrimentos psíquicos e que possivelmente podem provocar um rebaixamento palpável ligado a vários tipos de humilhações, das sutis às mais explícitas. Todas acompanharão o sujeito e sua própria relação com seus insucessos. São inúmeros os relatos que nos possibilitam testemunhar esse mecanismo insidioso

vigente na nossa sociedade, principalmente em se tratando do racismo na população de baixa renda.

O filósofo Emmanuel Renault em sua obra *The Experience of Injustice: A Theory of Recognition*, trata do tema do sentimento de injustiça e aborda o conceito de sofrimento social considerando que a crise do neoliberalismo gerou um renascimento dos movimentos sociais. Estes têm sido palco para uma diversificação extrema de formas de lutas e demandas que exigem esforços particulares de participação de novas estruturas de linguagens que lhes permitam descrever suas próprias experiências pessoais como injustas.

A teoria crítica aponta para o modo como os sujeitos constroem estratégias de defesas reativas, formativas e estruturais para lidarem com suas experiências de injustiça e o que a denegação faz é, de certa forma, desautorizar a experiência – anulando aquilo que o sujeito registra em termos sensoriais – na forma de humilhações explícitas ou veladas. São integradas sem que passem por nenhum tipo de transformação de relação com o outro, como se disséssemos: “Sabemos muito bem das diferenças, mas continuamos a agir como se nada existisse, como se pudéssemos diluí-las no nosso mito da encantada democracia racial”. Essa atitude de divisão entre o saber e o não dizer e não tratar está presente nas nossas trocas sociais, políticas e ideológicas. Acaba-se por dar continuidade às formas de se desmentir aquilo que está posto.

O que a psicanálise promove sobre o homem da modernidade incide numa contraposição a uma subjetividade concebida como autofundada e consciente de si mesma. O “penso, logo existo” imprimiu uma matriz imaginária de domínio de si que se estendeu para muitas esferas da ciência, fornecendo, entre muitas outras contribuições, reflexões e análises muito precisas sobre as estratégias de dominação da sociedade industrial junto com a criação de uma figura estável da própria razão.

Nos primórdios da psicanálise, o cenário em que as ciências psicológicas da época se encontravam era composto praticamente pela prevalência de descrições fenomenológicas, como se os fenômenos fossem praticamente autônomos, inerentes ao próprio sujeito. Politzer dirá que a psicologia clássica é incapaz de explicar o esquecimento de um nome, e o que seria o sonho, para além de uma produção de causas impessoais, e, sendo assim, a psicologia clássica se perde na abstração de causas gerais, para sempre infinitas e distantes do fato preciso. Politzer propôs que a psicologia de sua época tomasse como sua a metáfora fundamental do teatro e, com isso, ele aponta para a instância do *drama* como quadro de inteligibilidade para o entendimento da causalidade dos fenômenos psíquicos.

Foi por meio de Politzer que o conceito de drama foi introduzido como divisor de águas dentro do contexto científico e teórico da psicanálise freudiana. Em 1928, anuncia o advento da psicologia concreta, apoiando sua crítica também nos trabalhos do Behaviorismo e da Psicologia da Gestalt. E foi essa a direção epistemológica para superar os paralogismos da psicologia clássica.

Sob o nome de *psicologia clássica*, Politzer relaciona uma série de pressupostos compartilhados por diversas escolas psicológicas, que certamente não se reconheciam sob esse título. O autor realiza uma crítica essencial sobre os fundamentos da psicologia, algo importante também para que se reconhecesse o que havia por trás da suposta diversidade e da eterna querela das escolas dentro do campo psi. Nesse sentido, podemos reconhecer que a crítica de Politzer inicia-se pela aparição de três tipos de psicologia, aparentemente, muito diferentes: a Gestalt, o Behaviorismo e a Psicanálise de Freud. Não se trata de propor um híbrido construído com pedaços retirados aqui ou acolá de cada um dos três tipos. Na verdade, cada um deles, por razões diversas, já apresenta, ao lado de pressupostos da psicologia clássica, indícios evidentes de que é viável a construção de uma outra psicologia. Em uma passagem relevante e ousada, como aliás é marca de seu estilo, Politzer afirma que

A primeira coisa que impressiona na psicanálise é que o psicólogo pode adquirir por meio dela uma sabedoria real. Refiro-me apenas ao saber profissional, mas utilizo o termo sabedoria para salientar que é a primeira vez que a psicologia ultrapassa o plano da linguagem para captar algo do mistério que seu objeto de estudo encerra. É a primeira vez que o psicólogo sabe, é a primeira vez que ele aparece, ousa arriscar o termo, porque ele significa algo essencialmente “positivo”, como um mágico.

O físico tem prestígio diante do público porque seu saber eficaz o faz aparecer como legítimo sucessor do mágico que, aliás, só aparece ao lado dele como precursor tímido. E o psicanalista adquire prestígio junto ao público por razões análogas. Pois ele aparece como legítimo sucessor dos oniromantes, dos que leem pensamentos e das pitonias que, em comparar o físico e o psicanalista marca, na história da psicologia, uma etapa mais “positiva” que o emprego de todos os aparelhos que migraram dos laboratórios de fisiologia para os dos psicólogos.

Assim como no caso do físico, a eficácia prática do saber do psicanalista é reveladora do fato de que estamos em presença de verdadeiras descobertas.

A descoberta do sentido do sonho é uma delas, quero dizer, a descoberta de sentido concreto e individual do sonho. (POLITZER, 1994, p. 54-55)

Politzer cita que Freud deveria substituir a introspecção pela narrativa. É importante ressaltar este marco histórico em que se começa, por assim dizer, a importante distinção teórica a ser tratada entre as categorias de indivíduo e o sujeito da psicanálise. Momento em que a

fenomenologia tinha prevalência no campo científico. Politzer aponta a importância de se amar-
rar os sentidos naquilo que cada ato fenomenológico tem por direção.

Ora, isso não pode ser feito através da introspecção mas apenas através de uma narra-
tiva. Freud deve, portanto, substituir a introspecção pela narrativa. Sendo o fato psi-
cológico o segmento da vida de um indivíduo singular, o interessante não será a ma-
téria ou a forma de um ato psicológico, mas o sentido desse ato, e este só pode ser
iluminado pelos materiais fornecidos pela narrativa do próprio sujeito. (POLITZER,
1994, p. 85)

Será a partir de Politzer que a dimensão do drama ganha uma nova definição ao fator
psicológico irreduzível, com o qual a teoria psicológica clássica tinha o costume de trabalhar.
Nesse importante momento para o contexto histórico da psicanálise, instaura-se como instância
a ser considerada a *narrativa*, apresentada como solução para um difícil impasse entre a psico-
logia e filosofia, que tentavam achar uma saída para o que se passava entre corpo-alma-reflexos-
introspecção.

Começa-se, neste momento, a se considerar a participação do sujeito que sonha o sonho;
assim, as metáforas passam a ser relacionadas aos fenômenos por meio de uma certa causali-
dade referenciada. A fenomenologia vigente como método científico da época, que estudava o
sonho como fenômeno isolado do sujeito que o sonha, é rompida nesse momento em que o
panorama psíquico passa a não ser mais concebido como uma espécie de teclado tocando ao
acaso. A causalidade psíquica ganha novos rumos e se desloca da busca do entendimento dos
sonhos apenas como processos neurológicos e fisiológicos, organicistas. A composição, que se
apresentava de forma aleatória, passa a ter algo regente de uma certa lógica. Sendo assim, ao
vincular o sonho a quem o sonha, e não mais estudá-lo de forma isolada como um fenômeno
isento de uma lógica contextual de quem o sonha, é que Politzer colocará em um novo nicho
interpretativo a psicanálise freudiana, considerando-a uma psicologia concreta. Para Politzer,

é ligando-o o sujeito de quem o sonha desvinculando-o de um ato em primeira pessoa
numa relação de estranheza e intimidade com o material sonhado, que ele, Freud, vai
ligar o sujeito de quem o sonho pertence, ou seja, ao inconsciente. (POLITZER, 1994,
p. 182)

Este foi um passo importante instaurado por Politzer. Ao colocar a psicanálise em dife-
rente posição epistêmica, leva em conta a instância do drama que estava calcada nas construções

teóricas sobre psiquismo em sua época. Não a consideravam como categoria instauradora de uma nova lógica que legitima, de certa forma, as primeiras construções psicanalíticas.

A instância do drama, sendo inserida como dado pertencente à origem da psicanálise, traz originalidade perante as teorias psicológicas desde seu nascimento. Os mitos, como categorias metafóricas de ilustração, para entendermos a complexidade da inovadora topologia freudiana, servem agora para dar substância a essa nova concepção topológica sobre o aparelho psíquico freudiano. Politzer, ao reconhecer esse salto da teoria freudiana, dá o suporte para que Freud distinga o aparelho psíquico das concepções fenomenológicas que preconizavam a substancialidade material imprescindível para as comprovações científicas da época. Esse é um dado importante, pois Freud consegue instaurar, de forma contundente, a imaterialidade no campo da realidade psíquica sem que isso afetasse o seu estatuto sobre o que é a verdade no âmbito do psiquismo e dos afetos. O que era então apenas da ordem da imaginação, do campo ficcional e anímico do sujeito, ou seja, tudo aquilo da vida psíquica que não fazia parte dos estudos acadêmicos em termos de realidade possível, passa a ter um valor de verdade singular a ser considerada.

Considerar o sonho como fato orgânico trai ainda outra intenção. Quer se retirar do sonho sua dignidade de fato psicológico. Poder-se-ia representar bastante bem o que os biólogos pensam do valor dos sonhos pela velha comparação com o homem que, desconhecendo a música, deixa os dedos correrem pelas teclas de um instrumento de acordo com esta concepção o sonho seria totalmente desprovido de sentido como poderiam os dedos desse ignorante reproduzir um trecho de música? (FREUD *apud* POLITZER, 1994, p.57)

Sendo assim, quando nos propomos a esclarecer na psicanálise e fora dela que sujeito é esse ao qual nos referimos, é imprescindível que se faça a distinção, inclusive no campo filosófico, em que o sujeito ao qual nos referimos é diferente do sujeito do conhecimento oposto ao objeto. O famoso arremate da dúvida cartesiana na expressão “penso, logo existo” é um exemplo clássico da afirmação de um sujeito de uma consciência, reflexivo e transparente a si mesmo, que funciona como um divisor de águas na fundação do conhecimento científico e que não é dele que se trata na psicanálise. O sujeito revelado pelas descobertas iniciais de Freud está longe de se resumir a esse sujeito da representação unificada da racionalidade. Pelo contrário, o que a psicanálise revela é um sujeito atravessado por divisões que o estruturam por meio da linguagem; divisões entre um saber consciente e inconsciente, entre racionalizações,

entre o eu e seus ideais, entre ato e pensamento, entre necessidade e desejo, entre desejo e gozo, etc.

Por meio dessa categoria de sujeito pensaremos o percurso das reivindicações por reconhecimento implicadas em problemáticas sociais. Sigo o próximo passo percorrendo alguns fatores que estão implicados nas tramas entre os afetos e a linguagem que os atravessam, na constituição psíquica e nos seus futuros laços de circulação intrínsecos na temática do racismo, que traz como agregados condições de vulnerabilidade e desvalorização social de si. Partindo da importância que Politzer atribui a uma nova psicologia que não se detinha exclusivamente a descrições fenomenológicas tal qual se concebia a psicologia clássica de sua época, ele traz para o cerne da discussão a estrutura a qual se edifica o drama na vida psíquica dos sujeitos como estratégia de entendimento de que a vida psíquica se estrutura por uma narrativa, ou seja, pelo elo que as palavras concebem para sustentar os fenômenos psíquicos, como por exemplo os sonhos.

Desde já, uma coisa está certa: com a psicologia concreta, a psicologia ingressa numa nova via: o estudo do homem concreto. Mas essa preocupação só é nova em relação aos psicólogos oficiais; na realidade só representa a volta da Psicologia para esse desejo que é a fonte primeira da confiança da qual a própria psicologia oficial viveu até agora. Esse desejo é o de conhecer o homem. Ao aceitar fazer desse desejo um programa científico, a psicologia concreta sistematiza a grande tradição concreta que alimentou sempre a literatura, a arte dramática e a ciência dos sábios no sentido prático da palavra ponto mas a psicologia concreta ainda que tenho tendo o mesmo objeto, oferece mais que o teatro e a literatura oferecem à ciência. E é assim que chegaremos a uma psicologia que não é, como a psicologia clássica, menos, mas mais que ensinamentos das observações vulgares do homem. (POLITZER, 1994, p. 194)

Trazer Politzer para a discussão significa pensarmos que a instância do drama foi o que de fato inaugurou o campo de uma outra categoria na psicologia, na história do entendimento sobre a psique humana; significou pensar o que Politzer chamou de uma psicologia concreta, que leva em conta que os fenômenos estão de alguma maneira inseridos em uma determinada lógica e que eles não acontecem por acaso. Sendo assim, ao analisarmos o racismo, ou quaisquer que sejam os fenômenos singulares ou coletivos no contexto científico, não podemos deixar de levar em conta a instância do drama na qual tais fenômenos estão inseridos. Essa importância de Politzer numa primeira virada desbiologizante pode ser reconhecida na contextualização apresentada por Bento Prado Júnior:

No célebre Colóquio Bonneval sobre o Inconsciente, em 1960, por exemplo, Laplanche e Leclaire abrem uma exposição neolacaniana ortodoxa sobre o lugar do significante na estruturação do inconsciente, com uma homenagem a Politzer. [...] Os tempos agora são os da lógica e da linguística, em que importa menos a imanência significativa num signo qualquer que os esquemas de substituição dos signos entre si. É preciso notar todavia, que é a razão da homenagem, a despeito da substituição do primeiro critério do sentido, que justifica a permanência da obra como um ponto de referência da filosofia francesa da psicanálise expressivista ou não. Politzer havia cortado a teoria psicanalítica de sua base biologista e, insistindo nas noções de drama (como sublinhava Merleau-Ponty, expressão que deve ser pensada em seu sentido primeiro, não romântico, como gênero literário ou da arte da palavra), ou da narrativa (dramática, na primeira pessoa, entre o épico e o lírio, um pouco a maneira de M. Buber), preparava assim a inscrição da psicanálise “dans le champ de la parole”, para retomar o jargão laciano. (PRADO JÚNIOR, 1991, p.16)

2.2 O corpo, lugar sociosexuado na lógica fálica freudiana

A definição de corpo costuma passar por explicações puramente funcionais, sendo visto, muitas vezes, como um aglomerado de órgãos que portam mecanismos automatizados de funcionamento. A concepção de corpo para a psicanálise está primeiramente sujeita a uma combinatoria de relações que, de certa maneira, agrega aquilo que é do corpo simbólico, que tem uma dimensão metafórica, aquilo que é do organismo, no sentido do imaginário e aquilo que é da carne, no que concerne a nossa própria experiência de corpo, que está sendo visto e que faz gestos e tem sensações e que está, de alguma maneira, para além do corpo que a gente representa e do corpo que somos capazes de dizer e inscrever na fantasia. A dor seria uma forma de nos referirmos ao corpo a partir da referência da carne, esta que, de qualquer maneira, estará perpassada pela instância simbólica.

O modelo de representação da diferença sexual para Freud é composto por fatores biológico-anatômicos, como algo que, por meio de fontes pulsionais de matrizes orgânicas, insere-se na perspectiva ocidental de representação corporal binária. Levando em consideração estudos sociológicos que revelavam a sexualidade como uma produção cultural, Freud forjará suas construções a respeito do corpo partindo de antíteses (fálico x castrado, ativo x passivo, etc). A ordem social na Grécia antiga, por exemplo, já nos demonstra como as estruturas sociais eram delimitadas a partir de uma ordenação fálica. As relações sociais, políticas e de dominação eram baseadas na divisão entre cidadãos livres que tinham um poder de “penetração” numa lógica ativa e passiva; a passividade, do ponto de vista dos papéis sociais, era já concebida por aqueles que estavam subordinados a essa “penetração”. (SARRAILET, 2020)

Os escravos, as crianças, as mulheres tinham seus papéis sociais colocados numa subordinação dentro dessa lógica definida por uma “polaridade sexual”, ao pensarmos que o ser homem era o detentor de um significado de ser ativo. Independentemente do sexo do parceiro ou parceira, havia a possibilidade de fornecer servilmente ou tirar o prazer do outro, seja este outro qualquer um que se encaixe em uma das outras categorias que não fosse Homem. Esse paradigma, que já funcionava na Grécia antiga, designou heranças para Freud quanto ao que entendemos pelo conceito de *falo*.

A análise feita por David Halperin sobre a clássica Atenas nos mostra como a sexualidade demonstrada pela cultura moderna, já portava um modelo freudiano onde se considera a sua maneira de se presentificar no social. e sua maneira de se presentificar no social. A penetração representou uma forma de dominação que se expressava não por desejos heterossexuais conforme os entendimentos que se pautam na ordem do biológico e do inato. Freud vai compor um de seus temas primordiais para se entender como se constrói a sexualidade e o corpo sexuado a partir do conceito de falo. Este traz em sua instância simbólica vários elementos advindos dos posicionamentos dos atores e de seus lugares na cena edípica do sujeito que estruturarão o cenário de cada um de forma particularizada e distinta, de acordo com o roteiro que se desenvolverá para cada um em sua estruturação subjetiva. Sendo assim, as posições políticas e sociais não deixam de fazer parte dos lugares de proeminência, de importância estruturante para a montagem da fantasia que está em questão na passagem edípica. Neste caso, ao pensarmos no lugar em que o corpo da mulher ocupa num sistema determinado por uma cultura específica de ordem social, nos obriga a este esforço de entendê-lo não só como ele se comporta no nosso espaço temporal e cultural, mas entender as origens determinantes de conceitos que regem um campo específico de saber e depois analisarmos as suas possibilidades de arranjos possíveis.

Como podemos ver, dentro dessa análise, o falo como conceito freudiano de organização da cena edípica não se resume ao pênis, ele se inscreve como um significado cultural que indica atividade, poder, prestígio e supremacia na esfera social, de maneira que esse discurso sociosexual será estruturado pela presença ou ausência do falo, e isso definirá o lugar que o corpo da mulher negra ocupa, assim como de tantos outros grupos.

Segundo Paul Veyne, como traz Sarrailet, era a falta de virilidade que representava algo desprezível, e nenhum cidadão tido como livre, ou seja, nenhum homem que se prezasse era bem visto se tivesse atitudes passivas e servis. De acordo com o autor, a homossexualidade ou

a heterossexualidade não construíam a identidade social dos sujeitos, mas seu posicionamento frente à passividade ou à atividade, independentemente de seu gosto pelo mesmo sexo.

A partir destas considerações, fica mais claro o que Freud herda de polarização para construir seu modelo teórico, e fica mais claro reconhecermos como as construções de corpos identificados como masculino e feminino, e todas as funções inerentes ao que atribuímos a esses gêneros, foram criações produzidas ao longo do processo civilizatório, assim como o conceito de raça, como veremos logo a seguir.

2.3 Lacan, os três registros e o corpo

Lacan destina uma importância maior ao corpo em sua formulação sobre os três registros, Real, Simbólico e Imaginário. Ao longo de seu ensino, novas formulações são associadas ao tema do corpo, pois, durante quase meio século, ele dedicou seus estudos a esses registros. Cada registro ganha um tempo merecedor de sua atenção, ou melhor, há uma prevalência de ênfase (pode-se dizer que o tempo do Imaginário vai de 1936 a 1953; o tempo do Simbólico, de 1953 a 1976; e o tempo do Real, de 1976 a 1980). Para Roudinesco e Plon (1998), essa “tópica” modifica-se ao longo do tempo, pois, de 1953 a 1970, o Simbólico exerce a primazia sobre o Real e o Imaginário (S.R.I.); em um outro momento, é o Real que ganha maior espaço, de 1970 a 1978, com o seminário sobre R.S.I. Ao chegar a essa última etapa de seu ensino, Lacan busca entrelaçar os três registros por meio do nó de borromeu. (STERNICK, 2010)

O corpo que goza se presentifica tanto na experiência de satisfação quanto no encontro traumático com o sexo. As modalidades de gozo, para alguns psicanalistas freudianos, são aquelas que fazem a presentificação do corpo segundo pelo encontro com o prazer, e com o traumático do sexo, levando em conta a impossibilidade de plenitude em se fazer Um, em se reconhecer não todo. Ambos os momentos são derivados de uma experiência no corpo. No primeiro, tem-se a dimensão de gozo; uma experiência única de prazer, que produz, a partir de então, uma busca compulsiva de objetos que forneçam novamente o mesmo prazer. No segundo momento, dentro de uma leitura freudiana, durante uma determinada cena sexualizada, o corpo da criança pode se excitar, mas seu aparelho psíquico não tem ainda ferramentas suficientes para lidar com a prematuridade desse prazer. Quando a cena é realizada no futuro, quando, então, é surpreendida por outra experiência da mesma natureza, ela será ressignificada. Assim, numa perspectiva freudiana, o corpo funcionaria como um organismo vivo no qual se imprimem registros, uma

espécie de tábula rasa que deixa marcas que possivelmente podem ser acessadas em uma análise.

Essa perspectiva Freudiana parte da premissa de que o corpo seja objeto materializado e que será a partir dele que algo da linguagem se imprimirá como borda constitutiva do eu.

Entretanto, como vimos anteriormente, não se considera que é a partir do corpo, dos traços mnêmicos, por exemplo, considerado por Freud, que teremos acesso ao material pré-discursivo. Como nos trazem as concepções de Alfredo Eidelsztein sobre Lacan, não haverá realidade pré-discursiva para o sujeito lacaniano, ou seja, toda realidade de sujeitos falantes é antecedida pelo discurso, isso implica que primeiro atuaram a articulação entre os significantes e outros falasseres. Se considerarmos assim, estarão primeiro a ordem significante e o Outro.

Essa é uma discussão cara à psicanálise, tal perspectiva nos ampara a pensar que a ordem preexistente de significantes advinda do Outro é a linguagem, e ela pode ser pensada como transmissora de marcadores que fundam os sujeitos. Interessante pensarmos também que o termo *gozo* é um conceito que engloba o corpo na teoria psicanalítica, pertence ao campo jurídico, definido como o direito de ter um bem, desde que o sujeito possa responsabilizar-se por ele.

Para Lacan, em *Função e campo da fala e da linguagem* (1953), o corpo pode ser estudado na dimensão do Simbólico quando ele ganha a roupagem do significante, quando remete à linguagem simbólica e dá a entender que algo de um sujeito, ainda que no discurso do outro, já se faz presente, mesmo antes de nascer. Nos dizeres lacanianos, “os símbolos envolvem a vida do homem [...] antes que ele venha ao mundo, aqueles que vão gerá-lo em ‘carne e osso’ trazem em seu nascimento [...] o traçado de seu destino” (LACAN, 1998, p. 280). Para Lacan (1953, p. 302), a linguagem tem um corpo quando a fala produz um efeito no outro, isso ele chama de “dom de linguagem”, dizendo que ela “é um corpo sutil, mas é corpo”.

3. A COR DO ESPELHO: FERIDAS DA ESPECULARIDADE SOCIAL

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência*

*aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
Conceição Evaristo*

A autodescrição daqueles que se veem humilhados por outros desempenha até hoje um papel importante em categorias morais tratadas em diversas áreas das ciências humanas. As questões sobre ofensas, rebaixamentos e diversas formas de desrespeito e de reconhecimento daqueles que são segregados por diferentes motivos em determinadas sociedades são pautas emergentes que se tornaram necessárias para o entendimento dos conflitos sociais, especialmente aos que se referem às questões do colonialismo e do extenso âmbito que estas atingem. Em nosso país, tais conflitos passam principalmente pela questão racial.

Temos ainda hoje o desafio de nos propor a árdua tarefa de pensar as diversas esferas pelas quais poderiam se efetivar minimamente o verdadeiro reconhecimento quando se aborda o racismo, que segrega, aparta e mantém a exclusão, mesmo que velada. Tal segregação não se dá apenas geograficamente, mas, principalmente, por vias refinadas de estratégias de linguagens, como estamos tentando trilhar no presente trabalho. Estratégias que portam em si modelos silenciadores que calam as dores e os sofrimentos acumulados e mantidos estruturalmente na nossa cultura.

Interessante pensarmos como a estrutura de dominação social permanece, mas se arma de artifícios, tais como uma certa discriminação sorridente, travestida de cordialidade. Vejamos como Fanon se pronuncia quanto ao deslocamento desse lugar :

[...] progressivamente, a evolução das técnicas de produção, a industrialização, aliás, limitada, dos países escravizados, a existência cada vez mais necessária de colaboradores, impõem ao ocupante uma nova atitude. A complexidade dos meios de produção, a evolução das relações econômicas, que, quer se queira quer não, arrasta consigo a das ideologias, desequilibram o sistema. O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo das formas do racismo (FANON, 1956, p.82).

As sutilezas que costuram os significantes carecem de uma depuração mais afiada para que possamos todos, mesmo os não negros, ir nos apropriando de nossas fatias sutis e deladoras de um *modus operandi*, que impera como significantes no funcionamento racista. Mesmo que haja hoje em dia mais patrulhas sobre algumas das insígnias que possam sustentar o racismo estrutural no nosso país, e que tenhamos evoluído do ponto de vista legal no sentido de proteger as pessoas que são vítimas dele, isso ainda não é suficiente para fazer frente, de maneira consistente, à realidade do segregacionismo. Criamos, de certa forma, a cegueira de cores ao longo da nossa história, que se alimentava do imaginário da miscigenação bem resolvida no Brasil e dessa forma deslegitimava denúncias de práticas racistas; considerava, e ainda considera, que o sujeito negro está preso a um ressentimento.

“Raça” não é um termo fixo, estático; seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas, que criam formas veladas de opressão, espelhos que sofridamente revelam quem de fato ocupa as sombras daqueles que ficam privilegiados em decorrência de valores hegemônicos que fazem pactos com vários tipos de barbáries. (ALMEIDA, 2019)

O projeto iluminista de transformação social deu impulso renovado à construção de um saber filosófico que tinha o homem como seu principal objeto. O homem do Iluminismo não é apenas o sujeito cognoscente do século XVII, celebrizado pela afirmação cartesiana do “penso, logo existo”. É também aquilo que se pode conhecer; é sujeito mas também objeto do seu próprio conhecimento. Do ponto de vista intelectual, o Iluminismo constituiu as ferramentas que

tornaram possíveis a comparação e posteriormente a classificação dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção entre o homem considerado civilizado e o selvagem ou civilizado e primitivo.

O Iluminismo tornou-se o fundamento filosófico principal das grandes revoluções liberais na intenção de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e do preconceito da religião. O espírito positivista, surgido no século XIX, transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas. O homem passou a ser objeto científico, a biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana. Nasce a ideia de que características biológicas seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Deste modo, a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de comportamentos imorais lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Por essa razão, Arthur de Gobineau recomendou evitar a mistura de raças, pois o mestiço tendia a ser mais degenerado. Esse tipo de pensamento foi identificado como racismo científico e obteve uma enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, como demonstrado nas obras de Arthur de Gobineau, as obras de Cesare Lombroso, Enrico Ferri e, no Brasil, Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues.

Embora a antropologia surgida no início do século XX e a Biologia, especialmente a partir do sequenciamento do genoma, tenham demonstrado à exaustão que não existe diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre os seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante utilizado para neutralizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. Essa contextualização é importante, pois só é possível se falar de racismo se tivermos a noção de raça dentro dessa perspectiva de uma criação política e sociocultural. (ALMEIDA,2019)

O racismo estrutural discutido por Silvio Almeida traz a perspectiva singular projetada no interior das instituições e de todas as esferas de organização da sociedade como uma reprodução sistêmica.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”.

Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. (ALMEIDA, 2019, p. 33)

Podemos reconhecer a importância de resgate do âmbito privado constitutivo do sujeito que compõe uma sociedade, pois o germe daquilo que se propaga fenomenologicamente numa sociedade passa necessariamente pelas diferentes gramáticas e linguagens que constituem as heranças e os deslocamentos significantes e seus possíveis significados dentro das trocas, tanto interrelacionais, quanto interinstitucionais. Assim sendo, raça é um conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional. Ou seja, raça não é uma fantasmagoria, um delírio ou uma criação da cabeça de pessoas mal-intencionadas. É uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos de fala, em atos concretos, ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos.

Ser branco também é o resultado de uma construção social criada pelos homens em que materialmente se expressou uma dominação exercida por indivíduos brancos, como nos lembra Achille Mbembe,

uma categoria racial que foi pacientemente construída no ponto de encontro entre o direito e os regimes de extorsão da força de trabalho”. A admiração e a valorização das características físicas e dos padrões de “beleza” dos povos europeus é também um indicador de quais indivíduos e grupos são considerados os ocupantes naturais de lugares de poder e destaque. Na análise de Maria Aparecida Bento, o racismo funciona como uma espécie de “pacto narcísico” entre brancos em que as condições de privilégio racial não são colocadas em questão. O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vêm acompanhados de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (MBEMBE *apud* ALMEIDA, 2019, p. 48)

A Europa, por ter sido o maior império ao longo dos últimos séculos, nos mostra como a sua colonizou a América e fez seu modelo imperial explorando africanos, asiáticos, dentre outros povos. Conseguiu assim estabelecer uma forma de relação de domínio do outro e de determinação, que podemos considerar fomentadoras de relações binárias de poder. Como exemplo podemos citar a relação do homem que domina a mulher, do branco que escraviza o negro, do civilizado que tenta trazer o bárbaro pra civilização e impor valores, leis, sistemas de

pensamentos jurídicos sobre ele, o cristão que tenta catequizar o assim chamado pagão. Essas relações, apesar de serem binárias, não são rígidas, duras, e nessa dualidade do elemento dominante e do dominado serão criados espaços híbridos em que os dois lados se influenciaram entre si.

Teremos assim múltiplas formas de transpormos essas relações de poder e testemunharmos o predomínio do modelo Europeu no que se refere as práticas de exploração, de invasão e dominação. Portanto, não se trata de estudar tais questões a partir de uma única perspectiva. É preciso entender como as formas de domínio compostas por dominadores e dominados criam elos entre si no hibridismo de suas relações com a linguagem. Aí se produzem significantes e significados que se sustentam nas estruturas das sociedades em diferentes tempos históricos. Ao assumirmos que um significante só surge a partir de outro significante referenciado um ao outro, temos que considerar a posição de ambas as partes no processo de instauração de formas de poder e domínio.

3.1 O conceito de raça e seu percurso entre o biologicismo e as ideologias

Importante salientar que os termos e conceitos para analisarmos o racismo são produtos da história. O substantivo “racismo”, tal qual descreve Bethencourt, adquiriu de imediato um conteúdo específico. O significado do termo “raça” é, por sua vez, extremamente instável em termos teóricos, como nos coloca o autor. O termo surge na Idade Média como sinônimo de casta, e é usado também na cultura de plantas e animais. Foi no período medieval que a palavra “raça” passou a ser usada como definição de linhagem de gente nobre, na Itália e na França. Ao longo dos deslocamentos da teoria das raças, o termo foi adquirindo um papel ambíguo na catalogação de subespécies, e foi se estendendo como categoria para os humanos por meio do racismo científico em meados do século XIX. A partir daí, o triunfo do nacionalismo por todo o mundo ocidental fez com que seu significado fosse equiparado à nação, fato que contribuiu para um processo histórico que culminou nos horrores da pretensão alemã de separar a raça ariana dos demais, em especial dos judeus.

A tragédia então, desencadeada na segunda guerra mundial, colocou em discussão a base científica de tais teorias, e junto com elas o conceito de raça. O problema é que o termo *raça* acabou por se tornar muito contaminado pelas práticas políticas de segregação e de extermínio, e atualmente o termo *etnia* é usado por antropólogos e historiadores, na tentativa de se

neutralizar a forma de designar grupos coletivos fora dos limites ideológicos e biologicistas, para se transportarem de alguma maneira para fora da classificação racial.

A consequência desse longo processo foi estabelecer a divisão da humanidade em grupos de descendência por seus traços físicos e mentais e assim reduzi-los a características estereotipadas para se enquadrarem em contextos políticos específicos, numa relação de superioridade ou de inferioridade, como coloca Bethencourt em seu livro *Racismo: das cruzadas ao século XX*.

O determinismo biológico que contribuiu para o conceito de raça não se sustenta cientificamente. As possíveis hipóteses de que se pudesse ter qualquer marcador biológico que diferencie qualquer tipo identitário em termos de raça foi descartado a partir da segunda metade do século XX, com o avanço do mapeamento do genoma. Os estudos da variação genética humana demonstraram que não há variação genética suficiente para sustentar a ideia de raça entre humanos; portanto, objetivamente não faz sentido a ideia de raça.

Do ponto de vista ideológico, o conceito de raça foi mobilizado para sustentar ideias e práticas responsáveis por muitas atrocidades, baseadas na crença daqueles que queriam defender uma hipótese de inferioridade inata de determinados grupos sociais. Essa construção da ideia de raça assumiu historicamente diferentes formatos e diferentes práticas ideológicas em países distintos. Podemos considerar que a ideia de raça e de racismo que se assumiu no Brasil é diferente do que se assumiu nos Estados Unidos, ou na África do Sul, com o *apartheid*, ou mesmo na Alemanha nazista, onde a ideia de raça ganhou recortes que tiveram peso decisivo para desencadear uma guerra.

Do ponto de vista sociológico, a raça não tem como ser pensada sem uma contextualização, pois seu conceito foi importado da biologia, sendo usado por ela para se subdividir uma espécie. É por meio dele que se categoriza e se classifica uma dada espécie, como, por exemplo, as diferentes espécies de cães que portam características genotípicas e fenotípicas diferentes de outras e que, por esta razão, são divididas por raças.

Num certo tempo histórico, tentou-se acreditar que a espécie humana poderia também ser dividida em raça. Pensou-se que os seres humanos também pudessem se encaixar nessas subespécies. No primeiro momento – séculos XV e XVI –, com a chegada dos europeus nas Américas, essa ideologia das raças passa a ser a justificativa para exploração dos povos que ali viviam. Daí passa-se a ter uma mobilização do uso e da prática da ideia de raça para subdividir espécies humanas e assim vai se consolidando esse processo até que entre os séculos XVIII e

XIX a ciência passa a fazer parte desse debate e começa a elaborar teses que tentavam comprovar a existência de raças na espécie humana.

Essas formas de hierarquização e de classificação de espécies humanas vigoraram desde então sustentadas, num primeiro momento, por ideologias não científicas com participação da igreja católica em certos momentos e lugares e depois da ciência. Elas, então, foram legitimadas para justificar a segregação, a exploração, e todos os processos de violência envolvidos.

Das cruzadas à expansão colonial europeia, passando pelo tráfico negreiro, o extermínio seletivo que marcou a história do século XX, o genocídio dos armênios e dos hereros na Namíbia, o holocausto, o massacre em Ruanda, enfim, em diferentes culturas se constroem e mantêm feridas sociais que são extremamente lesivas a determinados grupos de pessoas.

A partir dessas considerações histórico-sociais da ideia de raça e do racismo, podemos pensar como estes conceitos impactaram e ainda impactam a vida e a dinâmica social, pois os desdobramentos e efeitos ideológicos persistem. Sendo assim, continua fazendo sentido nos debruçarmos em estudos sobre a problemática das raças dentro das dimensões discursivas e subjetivas que ainda mantêm seus efeitos de linguagem, provocando impactos concretos nos vínculos sociais, mesmo que o conceito se refira a algo que se circunscreve no campo das ideias, ou seja, é sobre uma ideia de raça que se desenrolam ações e suas consequências ainda tão violentas e presentes. Os estudos das ciências sociais, principalmente aqueles que tangem assuntos de políticas públicas e justiça, em sua grande maioria, requerem um aparato de suporte teórico sobre especificidades intrínsecas às questões interrelacionais, que, por si só, não têm como se desmembrarem de uma análise do psiquismo e dos efeitos estruturantes produzidos por este por meio da linguagem.

O racismo fornece o sentido, a lógica para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social. Dessa forma, todas as outras classificações são apenas modos parciais e, portanto, incompletos de conceber o racismo. Em suma, procuramos demonstrar que as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade. (ALMEIDA, 2019)

3.2 As grandes contribuições de psicanalistas negras

Dentro do percurso de leituras abrangentes no que se refere a tema aqui tratado, alguns grandes teóricos como Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Neuza dos Santos Souza, dentre outros, nos impactam com uma série de produções pungentes interpretados numa perspectiva psicanalítica que fornece subsídios para os sujeitos se deparem com suas feridas narcísicas, sua castração e o que se encontra enquanto algo constitutivo advindo do Outro. A clínica psicanalítica deixa sua marca não só pelos efeitos produzidos por ela, como também pelas interpretações que ela consegue fornecer por meio de seu arcabouço teórico aliado à sua prática. A psicanálise, para tais teóricos decoloniais, consolida-se como uma ferramenta interpretativa do que se passa nos meandros e nas tramas da linguagem, e mostra como este circuito produz determinados sintomas sociais, advindos de uma ordem do particular, dado importante para o pensamento que gostaria de desenvolver entre a psicanálise e a teoria crítica. A psicanálise, nesses e em outros autores, por meio de sua clínica do singular, expande seus efeitos interpretativos no âmbito coletivo e serve de suporte para uma análise estratégica de crítica social.

Voltando a uma questão epistemológica colocada à psicanálise freudiana e às formulações lacanianas postas pela Apola, pensemos aqui: Pode haver significante e Outro antes da carne – estou me referindo aos genes e neurônios – em condições de produzi-los e recebê-los?”, “precisam de qual tipo de substância? Eidelsztein responde que ainda somos comandados por preconceito ocidental vigente no homem moderno, afirma que, para haver pensamento, dúvida etc, deve um longo debate que, mesmo desconhecido, tem no mínimo oito séculos e pode ser sintetizado nos seguintes termos: se é ou não é requerida a substância tridimensional para abrigar o pensamento. Para Lacan, assim como para autores da tradição filosófica ocidental, sustentam que, “isso pensa em mim”. Afirmar ou rejeitar essa ideia, sob qualquer modo de responsabilidade ou implicação subjetiva, é um divisor de águas na prática clínica da psicanálise.

Para Freud, o pertencimento ao campo da psicanálise, vai depender do reconhecimento da responsabilidade moral individual pelos pensamentos inconscientes (FREUD, 1925). Para ele, cada um é responsável pelo que pensa ou faz. Lacan, ao contrário, propõe que “Isso (ça) pensa só” e nisso reside a sua concepção de inconsciente. (EIDELSZTEIN.) Sendo assim, em contraponto com o cogito cartesiano, o postulado de Lacan – “isso pensa só” no sujeito.

Para as considerações aqui feitas, podemos pensar que o inconsciente como discurso do Outro e estruturado como linguagem já está aí posto, embora sem data, ele prescinde do corpo biológico, ele é postulado não no sentido de um corpo biológico animal. Perdido no surgimento da linguagem e do Outro, traz uma descontinuidade absoluta com aquilo que houve antes em

termos do que se remete a sua condição natural. Então podemos dizer que, a partir da existência da linguagem e do Outro, o corpo anatômico faz parte do jogo dos significantes.

Os corpos da mulher negra aqui referidos são compreendidos nessa lógica significativa. Isso não significa dizer que tratamos desses corpos como sendo uma categoria que carrega algo naturalizadamente, portadores de uma memória biológica ou que todos passem por efeitos de sujeito de forma homogênea, mas que são signos, retiramos este corpo da esfera organicista. Como vimos, Politzer nos apresentou a instância que ofereceu a psicanálise ser pensada fora do movimento cientificista de sua época, em que um certo fisiologismo imperava ele apontou para a inovação que a psicanálise trazia em seus achados, delimitando assim um outro terreno de ocupação fora da ordem de pesquisas científicas vigentes de sua época. Esse é um passo inovador e determinante para a psicanálise. Trazer a desambiguação proposta por Alfredo Eidelstein, onde o significante porta a lógica constitutiva do inconsciente, me parece contribuir para um novo cenário para a psicanálise lacaniana, onde mais uma vez, um escape ao biologicismo seja possível, contribuindo para preservar uma psicanálise viva aos impasses teóricos e clínicos dos nossos tempos.

.Mais uma vez, voltamos à seguinte afirmação: pode haver significantes e Outro antes da carne, dos genes, e neurônios e estes ocuparão lugar determinante na estruturação psíquica deste corpo. Portanto, ao pensarmos na relação entre racismo e subjetividade, racismo e Estado, racismo e modelos de controles políticos econômicos, temos que considerar as tramas de um preconceito ainda vigente. Mesmo que não se reconheça por onde se sustentam a linguagem e a estrutura segregadora como forma de afirmação de grupos e de si, temos que dar um passo para trás, como nos sugere Bonilla, e primeiramente nos perguntarmos de que forma participamos de um universo racista sem pessoas que se reconheçam racistas. Uma implicação quase analítica no sentido de resgatarmos em nós algo que recalamos socialmente, algo que reproduzimos independentemente das volições individuais.

3.3 Psicanálise e crítica social da realidade brasileira

A partir desses modelos interpretativos, a psicanálise se mostrou como a via privilegiada dos autores negros tratados no presente trabalho. Por meio deles, podemos ter a verdadeira dimensão do quanto a pigmentação da pele, ou seja, a melanina presente na pele de cada um desses que formam este grupo, pode marcar significativamente seus psiquismos.

Esse fato pode ser visto como ponto periférico e imaginário para algumas leituras psicanalíticas sobre questões identitárias. Não será esse o viés que tomaremos aqui por concebemos que há uma urgência no aprofundamento de realidades singulares e coletivas. Isso se faz premente devido ao histórico de racismo em nosso país, perpetuado em uma estrutura social que o incorporou e lhe dá eficácia.

É certo que cada cultura produz sua ética e sua estética, tanto de uma ordem corporal quanto de linguagem à qual ela será ancorada para lidar com seus conflitos relacionais. No caso do Brasil, há exemplos que permeiam essa possibilidade de estudo aproximativo. Podemos iniciar pensando na imensa contribuição trazida pela teoria desenvolvida por Lélia Gonzalez, para o nosso país. Ela foi a precursora desse contexto local; conseguiu dar testemunhos, demonstrar e teorizar a respeito desse lugar que vem costurar o que a linguagem vela e desvela nas entrelinhas complexas do problema trazido pelo racismo.

A partir da teorização de Lelia Gonzalez sobre a importância desse tema, não temos como deixar de lado o questionamento sobre a posição que a psicanálise ocupou e ainda ocupa nesses contextos articulados à problemáticas sociais. Podemos considerar que a psicanálise no Brasil tem uma certa dívida em relação aos seus estudos e sua transmissão nessa temática racial. Podemos considerar que a forma como a psicanálise se instaurou no Brasil porta em si e na sua transmissão uma política que também mantém certos vínculos com o legado colonial que nos forjou enquanto país. A começar por sua língua mãe, por exemplo. As traduções e apropriações equivocadas de seus termos provocaram e ainda provocam distorções teóricas para além da dificuldade de acesso dela para grande população. Sua clínica e a sua teoria revelam a colônia à qual ela ainda se mantém e a forma que se estrutura seu gueto colonizante de transmissão. Apesar dos grandes esforços de alguns psicanalistas da atualidade em abrir as fronteiras, traduzir conceitos, fazer atendimentos em lugares periféricos, ainda é uma importante questão, a ser melhor tratada.

No interior dos debates psicanalíticos lacanianos, as questões identitárias por vezes passaram, e ainda passam, por uma categoria mais universalista que encara cada uma das classes de gênero, de nacionalidades e de raça como uma questão meramente imaginária. Muitas destas leituras não consideram que tais questões merecem um apontamento diferenciado como marcador científico que requeira um diferencial dentro de suas escalas de impacto social. Para alguns autores da psicanálise e para muitos psicanalistas, é a uma categoria maior, “a dos sujeitos falantes”, aquela à qual a psicanálise deveria se deter, e é por isso que tanto faria, segundo eles,

em que língua, país ou raça o sujeito sofre em questão se posicione perante sua fala; suas queixas a respeito do lugar que ocupa no mundo, perante o olhar do Outro, é que serão a mira que interessam a esses analistas. Enfim, todas as assim chamadas categorias identitárias seriam compreendidas dentro de uma perspectiva meramente imaginária. Como vão enxergar nesse expediente uma estratégia defensiva que pretende a prática psicanalítica de críticas que lhes são exteriores?

Aponto para essa questão, pois acredito que, ao tratarmos de pessoas negras, principalmente na clínica psicanalítica instaurada no nosso país, não podemos desconsiderar que a cor da pele carregue, para a problemática subjetiva, traços inevitáveis do arcabouço histórico advindo do olhar do Outro. Não podemos deixar de considerar também que Lacan fala de uma universalidade em termos de linguagem e da posição do sujeito frente a esta. Isso não deixa de ser um universo particular, do próprio local e da própria língua, ou seja, do lugar e do contexto no qual o sujeito fala. Em outras palavras, fazer o universal anular as particularidades locais e resulta num apagamento da singularidade, o que resulta em um problema ético decisivo e incontornável para a psicanálise de matriz lacaniana, para a qual a ética é fundante da situação analítica.

Não podemos perder de vista que não temos como delimitar algo da ordem do significante que caiba em qualquer universo linguístico sem que este esteja inserido em seu espaço temporal. Sendo assim, a negritude tem seus contornos a serem considerados de forma diferenciada dentro da clínica psicanalítica pelas particularidades presentes em seus contextos histórico-culturais que estão marcados no corpo. A psicanálise se encontra dentro do mesmo espectro de considerações presentes no colonialismo, pois a sua origem aqui no nosso país, sua língua própria, que parte do alemão de Freud na sua concepção chega aqui revestida pela pele branca européia. Dado que a coloca implicada nas questões sobre a negritude no nosso país pois não deixa de ser um corpo teórico colonizador de certa forma, sem ter a té pouco tempo adaptado seus ouvidos a realidade da nossa cultura.

Quando pensamos que o alemão de Freud e o francês de Lacan são pontos de embates teóricos, às vezes intransponíveis, estamos assim imersos nessa problemática do colonialismo em muitas esferas que englobam a questão da psicanálise e da negritude simultaneamente por diferentes contextos, mas envolvidas em contingências locais diferenciadas.

A entrada da psicanálise no Brasil passou por vários caminhos. Um deles foi trilhado pelo psicanalista MD Magno, que, nos anos 1970, conseguiu pensar a psicanálise local a partir

de autores da literatura local, como Guimarães Rosa, por exemplo. Trata-se de um grande esforço para um psicanalista, naquela época, se dar ao trabalho de uma apropriação particularizada a uma realidade europeia e estrangeira a ser interpretada por um contexto com referências locais. Como nos coloca Lélia Gonzalez, em seu livro *Por um feminismo afro-latino-americano*, os esforços teóricos e clínicos de alguns psicanalistas em construir algo original adaptado à realidade brasileira nos trouxeram matrizes diferenciadas e significantes que tentam ressignificar o lugar que podemos nos (re)conhecer com uma certa surpresa, cindida do lugar colonizante ao qual estamos, de certa forma, ainda alienados.

A expressão “ladino-amefricanos”, retomada por Gonzalez a partir de sua participação no seminário de MD Magno e Betty Milan, expressa sua sagacidade em entender bem o que a psicanálise propõe conceitualmente sobre o campo da linguagem. Ela expõe “a neurose cultural brasileira”, detendo-se aos efeitos perturbadores do racismo, cujos impactos são colocados tanto pelos sujeitos que são dominados quanto pelos que dominam. Como a psicanálise lacaniana se preocupa com o não dito, o interdito e suas dimensões com a linguagem do cotidiano, Lélia Gonzalez construirá um campo teórico fundamental de crítica no qual deflagra e subverte o lugar corrente da negritude na esfera da reprodução social.

O uso de neologismos como “pretuguês” e “amefricanidade” demonstram a relação que Gonzalez faz à categoria freudiana da denegação [*Verneinung*, “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (LAPLANCHE E PONTALIS, 1992)].

Os termos usados pela autora denotam que a nossa sociedade racializada, vista e concebida por muitos de nós como “bem resolvida” na sua miscigenação não assume e mantém recalcado o mal estar existente em seu *modus operandi*. O assim chamado “mito da democracia racial” é desvelado por Gonzalez como o lugar de equívoco sobre nossas origens e nossas identificações narcísicas implícitas na nossa língua. Ela tenta nos posicionar reproduzindo um outro lugar simbólico, até então denegado, recalcado, como um conflito a ser assumido por todos nós brasileiros.

Lélia Gonzalez nos convida a entender o racismo propondo uma nova abordagem, pois, para além de todo entendimento dos estudos que se faziam sobre as ciências sociais e as lutas políticas, ela lança mão de se utilizar de maneira muito apropriada da psicanálise como forma de interpretação de sintomas sociais. Ela percebeu que os sintomas retornavam na sociedade brasileira por meio da linguagem. Numa certa analogia à clínica psicanalítica, passa a observar,

de forma mais depurada, aquilo que retorna como refluxo d/o que se imagina acomodado dentro da sociedade, no caso, as questões que concernem ao racismo.

Lélia Gonzalez tenta pensar quais seriam, então, as formações do inconsciente nacional, quais seriam os materiais significantes da posição do negro na sociedade brasileira a partir do que se constituiu a formação do nosso inconsciente nacional por assim dizer. Nessa tentativa, muito assertiva por sinal, de transpor uma leitura psicanalítica para o entendimento dessa questão, a autora vai chegar à ideia de que o sujeito é sujeito da cultura, e ele é dividido em um conflito entre sermos uma sociedade “amefricana”, que não se assume a partir daí, e nos imaginarmos uma sociedade descendente de europeus imaginariamente identificados por estes. Somos uma cultura que funciona a partir de um ideal de Eu que não tem no seu espectro outra imagem de ideal de si que não seja a referenciada nos ideais hegemônicos do branco. De certa forma, podemos ver precisamente aí como a estratégia de um “racismo disfarçado”, ou, como Gonzalez prefere chamar, “racismo por denegação”, foi bem sucedido em impor referenciais culturais como padrões normativos ou idealizados. Mas a operação mais propriamente subversiva da proposta teórica e prática da autora consiste em mostrar que, embora recalcado, o impacto cultural do que os africanos trouxeram foi decisivo para a cultura brasileira. E é justamente no plano das formações do inconsciente que é possível trazer à tona tais elementos.

Lélia Gonzalez resgata as nossas origens e revela o equívoco existente no imaginário brasileiro que se diz e se vê bem mais próximo do europeu que nos colonizou do que do negro, e vai dizer que isso é um sintoma; essa ilusão de branquitude, que permeia imaginariamente nossa sociedade, isso sim é o nosso equívoco. A nossa língua, nesse sentido, é o “pretuguês”, pois não é o português exatamente igual ao de Portugal e, para além disso, é uma língua construída pelos laços de afetos transmitidos pelas amas de leite negras em seu cumprimento das tarefas relativas à função materna.

3.4 O que a clínica “amefricana” nos revela

Aqui, novamente, um fragmento oriundo do trabalho clínico pode ser esclarecedor. Uma paciente negra, periférica, que foi abandonada pelo marido quando voltou para casa com sua bebê, após o parto. Mércia teve filha aos 17 anos com um companheiro não tão escuro quanto ela, segundo as palavras da paciente, sua filha Daniela, que, apesar de ser ‘mulata’ pelos traços

que a família dela relatava, era considerada pela mãe como branca, pois a pele era mais branca do que a de todos da família.

Detalhe importante é que a madrinha de Daniela, uma tia de segundo grau por parte de pai, é muito parecida de traços com a afilhada. Fato que contribuiu para que a madrinha, que não pode ter filhos por problemas de saúde, seja muito ligada a Daniela. Mércia, mãe de Daniela, relata a dificuldade que teve de cuidar dessa filha, pois nunca teve uma renda fixa, nunca teve condições de viver sem o auxílio assistencial do governo e, ao longo do seu tratamento, se refere a vários episódios em que teve que vender as roupas de que mais gostava, os sapatos e objetos da sua casa para comprar leite para Daniela.

Na fantasia de Mércia, Daniela sempre mereceu tudo melhor do que ela própria teve e tem. Daniela ocupa para Mércia uma posição diferenciada perante a outra filha, que é menor e filha de um outro pai, o que já fez com que ela nascesse bem mais “escura” que Daniela. Hoje Daniela tem dezoito anos, e mantém uma relação conflituosa com a mãe por vários motivos; o principal deles passa por um desprezo e uma revolta pela postura que a mãe tem diante da vida. Mércia é acomodada numa certa condição de ser uma espécie de “receptora de auxílios” das mais variadas fontes. Daniela sempre questiona a busca que a mãe não faz para ter trabalho, da acomodação da mãe em não lutar para ter uma vida de reconhecimento social que possa vislumbrar para si e para as filhas um lugar mais digno socialmente.

Daniela conseguiu um emprego aos 18 anos como jovem aprendiz e estuda para “ser alguém na vida”, frase que permeia o atrito entre mãe e filha e que revela valores que estão em pauta na nossa sociedade como forma de reconhecimento do outro. A mãe se sente aprisionada em sua condição porque não tem estudo, não tem uma qualificação e, para ajudar na renda doméstica, fazia lembrancinhas de festa para vender. Não consegue desbravar outros caminhos para si, e acomodou-se de fato no parasitismo dos benefícios sociais que não suprem as despesas dela e das duas filhas. O novo estatuto social de Daniela como “fichada”, termo que na localidade significa um certo tipo de reconhecimento pois é um termo que insere o sujeito a uma formalidade a um pertencimento institucional, ter carteira assinada, representa um ato de reconhecimento advindo do estado e da sociedade conquistado pela filha. Uma pausa para um questionamento desse termo, pois “ser fichado” em outros contextos territoriais ou coletivos, significa ter passagem pela polícia, o que não deixa de ser uma outra porta de entrada” para um pertencimento institucional no nosso país. Essa posição “de fixada” no sentido carteira assinada reconhecida ao olhar do estado, marcará, de forma brutal, as diferenças e a ruptura da família.

A dupla, mãe e filha, em vez de se unirem e se ampararem mutuamente, desencadearam novas brigas familiares, a ponto de Mércia dizer para Daniela ir morar com a madrinha.

Ao relatar, com muita rigidez de sentimentos de ódio e de indignação pelo que escutou da filha, Mércia só consegue repetir: “Mas eu sou alguém... sou alguém desempregada, mas eu sou alguém...” Digo a ela: “Sim, você é alguém, inclusive, que conseguiu, da sua maneira, com todo o desamparo do pai dela, ajudá-la para que ela esteja no caminho de ser esse ‘outro alguém’ que almeja ser e você tem parte nisso, a única pena é que você não consiga se orgulhar disso e celebrar junto as conquistas da sua filha.”

A partir daí, Mércia consegue relatar cenas de quando Daniela era pequena e a madrinha marcava passeios no *shopping* para dar presentes para Daniela. Mércia chora ao lembrar o misto de sentimentos por que era acometida, pois alegrava-se em ver a filha feliz ganhando brinquedos e roupas, mas não conseguia, e não consegue, se livrar das marcas de humilhação que esses momentos reproduziram. Como dito no início, a madrinha de Daniela se parece muito com a menina, tem a pele clara e ocupa um lugar de ideal para Mércia. Tem uma situação financeira boa, nunca se casou e não tem filhos, fatos que contribuíram para que, numa fase da infância de Daniela, ela tenha se oferecido para adotá-la. Voltando às experiências com a madrinha, os passeios eram marcados pelos olhares e falas colecionadas por Mércia, como: “Você é a babá? Ah, pensava que ela fosse a mãe”, apontando para a madrinha. Daniela tem traços da mãe, mas por ter a pele mais branca, assim como de sua madrinha, por estar bem-vestida e pelo fato de a madrinha pagar tudo à criança, Mércia se vê atropelada pelos ecos históricos sociais, que fazem arder ainda mais sua ferida narcísica constitutiva. Ferida instaurada na nossa cultura por todo o imaginário da hegemonia da branquitude colonizadora, que se vê condensado em cenas do nosso cotidiano, como vemos no caso de Mércia.

Fica claro como a matriz significante histórica ainda marca fortemente as bases interpretativas do lugar que atribuímos até hoje aos sujeitos de pele negra, e sela olhares de uma determinada posição histórico-social que sustentam imperativos estéticos com um peso significativo e entram circuitos de afetos renovados. No caso de Mércia, como citado acima, significantes que perpassam as nossas origens escravagistas e trazem consigo outros ligados à subserviência, à inferioridade e ao fracasso financeiro, os quais marcam o olhar que a sobrepuja.

É certo que a proposta psicanalítica já se apresentou ao mundo inaugurando um outro lugar para o humano, lugar que tem por preceito básico a singularidade da posição que cada um ocupa perante o olhar do Outro. Esse Outro que dá suporte às tramas de cadeia significante e

ao próprio desejo do sujeito. Esses são alguns dos pilares para se entender os preceitos constitutivos do Inconsciente. Essa cadeia psiquicamente constitutiva singulariza o sujeito tal qual uma impressão digital psíquica que o marca e o delimita no mundo.

Mesmo que não percamos de vista a especificidade da maneira como a prática analítica aborda o sujeito do inconsciente, em sua radical singularidade, mas que é desde sempre atravessada pelo Outro, não podemos desconsiderar que a presença de sujeitos negros em ambientes psicanalíticos ainda é também uma questão importante dentro das lutas por reconhecimento que tentam romper com os ideais hegemônicos das instituições e da cultura na qual a psicanálise também se inscreve. Em outras palavras, o alcance transformador da psicanálise ficará mitigado se sua prática se restringir a uma classe social, se sua atuação estiver limitada a certa elite, se ela, enfim, optar por desconhecer o campo conflitual dentro do qual os sujeitos que ela trata são forjados.

O Brasil foi concebido de forma multirracial desde suas origens, e não manteve um questionamento sobre as formas racializadas de instauração de vínculo social, que funcionam ainda numa lógica de fomento de processos de branqueamento que mascaram a verdadeira problemática do que se passa entre o que se entende por absorver a diferença ou excluir a diferença. O fenômeno da miscigenação é trazido por certo discurso ideológico que apregoa haver uma “certa harmonia”, que inclusive é bem vendida como uma das nossas boas características culturais aos olhos dos estrangeiros; como se assim tivéssemos apaziguado nosso conflito cultural e que a violência da época escravagista já estivesse superada. O olhar desse Outro da cultura, da história e da própria psicanálise talvez tivesse que ser pensado como um marcador que instaura algo de diferente na constituição subjetiva e nos vínculos nos quais os negros estão inseridos. Dependendo das circunstâncias particulares e coletivas nas quais estes vínculos se façam, tais marcadores serão determinantes e facilitarão, ou não, a fluidez de circuitos de afetos. Como laço social, entendemos que tais circuitos são decisivos para um sentimento de pertencimento e que muitas vezes sofrem entraves nessa relação com o outro.

Acolher essas falas a partir da posição transferencial que a psicanálise propõe significa suportar estar no lugar de objeto a ser descartado. Para que possa aparecer o sujeito do lado do analisante, ele não assume um lugar que traz consigo expectativas do que se espera de uma mãe, reproduzindo, de certa forma, o que a moral da ordem social elege hegemonicamente. Esse lugar é que permitirá fazer com que qualquer tipo, formato ou dinâmica de exercer a função

materna será sempre “insuficiente” do ponto de vista de suprimento das demandas do filho e considerar isso faz toda diferença no que está em jogo na relação para a psicanálise.

Mércia, com todas as dificuldades que enfrentou, inclusive de sobrevivência, pôde, assim como qualquer outra mãe, renunciar ao estado de perfeição. Para a psicanálise, a função materna, suas configurações e sua dinâmica não se apresentarão de forma única, e os arranjos da forma com que cada uma viveu suas dores e satisfações passam por uma relação direta com a linguagem. Sendo assim, ao pensarmos no conceito de autonomia proposto como instância a ser atingida para um sujeito socialmente adaptado, o caso de Mércia e Daniela nos revela que a transmissão desse atributo não se instaura de forma linear sem que possamos considerar a complexidade no que se refere à instauração do narcisismo e à importância da cor da pele nesse contexto.

3.5 Uma leitura sobre o lugar da mulher negra no Brasil

Como vimos, existe no Brasil um processo histórico que desumaniza a mulher negra, que a coloca, desde o período colonial, como aquela que ocupa lugar que não é digno de ser amado. Desde o início da nossa colonização, o corpo da vem sendo submetido à objetificação, à hipersexualização, assujeitado a todas as escalas de sobrepujamento por muitas das instâncias hierárquicas de relações de poder. Não podemos esquecer que a dita democracia racial, que é argumento que compõe uma maquiagem retórica que nós brasileiros encontramos como parte da nossa isenção de responsabilidade histórica sobre a grande miscigenação tão vangloriada aos olhos estrangeiros, foi fruto de estupros. Historicamente essas imposições refletiram e provocaram efeitos simbólicos sobre a maneira que o homem branco e o negro encontraram para amar uma mulher, já que estes também foram afetados por valores hegemônicos de beleza sobre qual tipo de mulher almejar como esposa. Estar com uma mulher branca significaria uma conquista para um homem negro e um ajuste de conquista de uma mulher que merece ser amada. Esse tipo de internalização acontece por vias complexas de transmissão dentro das sociedades. Numa espécie de pacto tácito transmitido inconscientemente por meio da linguagem, constrói-se a história e nessa trama vão ficando os restos significantes como herança.

O que vai se estabelecendo como correto dentro de uma sociedade vai se estruturando desta forma sutil, que não passa por um interdito explicitado por leis, por impedimentos impostos, mas diríamos que, com maior eficácia destrutiva de um possível lugar de reconhecimento,

passa por uma forma insidiosa de destituição de um lugar digno que possa ser investido falicamente como objeto de desejo do outro. A estrutura que se criou historicamente sobre o lugar da na sociedade brasileira pode ser revelada em dados até comprovados pelo IBGE, que mostra que as mulheres negras são as que menos se casam, o que revela, junto com a questão aqui presente, que o gosto, o amor e os objetos de desejos de uma sociedade também são construídos. Significa que construímos social e historicamente esse lugar que tem seus valores e responsabilidades estruturantes de uma sociedade; somos partícipes dessa construção de alguma forma.

É preciso que fique entendido para nossa sociedade, assim como para o campo da psicanálise, o quanto determinadas questões advindas de queixas ou contextos, no que concerne a mulheres negras no nosso país, não podem ser isoladas como situações singulares, restritas ao campo do sujeito, circunscritas a sua própria neurose ou a sua produção sintomática particular. Sendo assim, ao analisarmos o racismo, ou quaisquer que sejam os fenômenos singulares ou coletivos no contexto científico, não podemos deixar de levar em conta a instância do drama em que tais fenômenos estão inseridos

Como citado acima, o preconceito é um juízo antecipado que não passa pelo crivo da razão, e ele existe diante de todos os grupos, passando por empatias, simpatias e antipatias. Já o racismo é um sistema de repressão construído com bases históricas enrijecidas que agem negando direitos, principalmente numa sociedade escravocrata como a nossa que nega direitos e acessos principalmente a lugares simbólicos de pertencimento.

O branco já ocupa um lugar diferenciado, pois ele cresce numa sociedade na qual ele é privilegiado por achar que seus direitos já estão garantidos de forma natural, providencialmente fixados e que não foram construídos à base da opressão de um outro grupo.

3.6 Narcisismo e suas sombras

A psicanalista, escritora e grande teórica brasileira Neuza dos Santos Souza foi uma das pioneiras no debate sobre aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude no nosso país. Em seu livro *Tornar-se Negro*, no capítulo intitulado "Narcisismo e Ideal do Ego", a autora trabalha as questões que se colocam entre os processos de instauração ao Ideal do Eu e Eu ideal, traduzindo a luta psíquica dentro dessa operação inerente à constituição subjetiva. Dessa forma, mostra que os conceitos freudianos que fazem parte dos textos sobre a introdução ao narcisismo são

importantes para se nomear os mal-estares inerentes, e o núcleo conflitivo do qual o psiquismo depende para se inscrever como individual, mesmo que sempre atrelado ao Outro.

Freud fala pela primeira vez em Eu ideal como uma instância que remete àquilo que nós gostaríamos de ter sido, aquilo que teria sido o nosso lugar no desejo dos nossos pais e na expectativa da sociedade, ou seja, aquilo em que o Outro, como instância importante na articulação da demanda e do desejo, espera de nós. O Eu ideal corresponde a essa figura do narcisismo, uma figura que nos remete a uma divisão em relação a uma expectativa daquilo que almejamos ser e o que alcançamos ser de fato.

A autora nos traz a questão da negritude desencadeada no cerne da constituição narcísica como uma operação que requer um movimento a mais diferenciado para os negros. Souza coloca que

O negro que elege o branco como Ideal do ego engendra em si mesmo uma ferida narcísica, grave e dilacerante, que, como condição de cura, demanda ao negro a construção de um outro Ideal de Ego. Um novo Ideal de Ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a História. Um Ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da História. Independente dos modos de compreender o sentido da prática política, seu exercício é representado para o negro como meio de recuperar a autoestima, de afirmar sua existência, demarcar o seu lugar.(SOUZA, 1983, p.53)

Posto isso, voltemos ao que a psicanálise freudiana define como Eu Ideal, o que, mais especificamente, corresponde à figura do narcisismo. O narcisismo é aquilo que se coloca como impasse entre a divisão da imagem em que o sujeito prospecta de si e aquela que se coloca na realidade; este será o lugar em que a ferida se abre, segundo a autora. Essas passagens são constitutivas e determinantes para a construção do Eu e da identidade.

Para a psicanálise lacaniana, o estádio do espelho ordena-se a partir de uma experiência da identificação primária fundamental durante a qual a criança faz a conquista da imagem de seu próprio corpo. A identificação primordial da criança com essa imagem vai promover a estruturação do Eu. O Sujeito para a psicanálise lacaniana é diferente do Eu. É composto pelo discurso significativo que estrutura o sujeito do inconsciente e seu desejo. Já o Eu é considerado uma zona de intermediação do sujeito com a realidade. O Eu, então, é uma construção que ocorre a partir da relação dialética Eu/Outro. Para a psicanálise, não há Eu sem o Outro e essa construção se dará na sustentação do Eu na imagem do outro.

O estágio do espelho é, para Lacan, o momento inaugural de constituição do Eu. Nele a criança – aquela que ainda não fala – prefigura uma totalidade corporal por meio da percepção da própria imagem no espelho, percepção que é acompanhada do assentimento do outro que a reconhece como verdadeira. Para Lacan (1988, p.100),

Esse desenvolvimento é vivido como uma dialética temporal que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo: O estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação– e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica– e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida o desenvolvimento mental.

Na sequência lógica da formação da subjetividade, o bebê passa por algumas etapas que consolidam e estruturam o narcisismo. Esses momentos são: primeiro, a incorporação simbólica que se passa no eixo denominado por Lacan por Mãe Simbólica, que, nesse primeiro registro, é objeto de necessidade. Como sabemos, o bebê nasce extremamente prematuro. Tem suas urgências vitais, e o único modo de expressá-las é por meio do grito. Esse grito, que num primeiro momento é desarticulado e pura expressão de uma atenção fisiológica ligada às suas urgências, será interpretado pela função simbólica materna como um apelo ligado a uma necessidade e estabelecerá uma ação específica para satisfação ligada à necessidade de seu bebê.

Sendo assim, supor um sujeito, tomar o grito como apelo à presença ou ausência e interpretá-lo são funções eminentemente simbólicas. Por isso chamamos o Outro do bebê, nesse momento, de “Mãe Simbólica”, pouco importando aqui que se trate da mãe biológica ou não, que seja uma mulher ou não, mas sim de alguém que se ocupe em exercer essa função. A alternância de presença e ausência da figura que exerce essa função materna é um dado importante para a passagem da Mãe Simbólica para Mãe Real. Essa alternância provoca um enigma para o bebê sobre a torre do real. O que se constituiria como um ritmo, passa por uma falha de escansão e, aqui, a mãe se torna um outro extremamente poderoso, pois ela detém todos os objetos de satisfação.

No momento anterior, os objetos eram da ordem da necessidade no registro do real, e, após essa passagem, se tornam objetos de “dom” da Mãe Real. Os objetos da necessidade passam a ser não somente objetos que satisfazem as urgências vitais, mas também representantes do amor de Mãe Real que os dispõe. O objeto de dom, para a psicanálise lacaniana, não é um

objeto garantidor de um amor incondicional do outro. Assim, ele é frustrante, simbólico e provocador de insatisfações por sua intermitência, a qual interrompe o gozo ligado à inscrição pulsional. Lembrando aqui a importância desse momento, podemos vê-lo representado na criança mimada, que vê todas as suas demandas respondidas positivamente, e, por isso, tende a se tornar ainda mais insatisfeita. Aqui aponto para instância da falta, que constitui a base da teoria psicanalítica no que se refere ao desejo e à demanda. Esse período inicial da função materna dirigida ao bebê é de vital importância para que o circuito pulsional se instaure. Será a partir disso que determinados efeitos de estruturação concebidos pela falta, e conseqüentemente por seu significante que é o falo, possam fornecer a inscrição de uma ausência constitutiva de um psiquismo tido como funcional para psicanálise.

Um dos teóricos icônicos da teoria decolonial, Frantz Fanon coloca, em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, que os negros se veem sempre em comparação ao outro, e a questão passa sempre por "ser menos" ser "pior" ou "melhor" do que o outro. Problema que não deixa de estar em confronto o tempo todo com a questão da meritocracia. Portanto, todo o seu auto-posicionamento, a construção da sua autoimagem, sua autoconsolidação mantêm relações de dependência com uma certa diferença diminutiva da sua própria imagem, que provoca uma desagregação com o Outro. Para Fanon, o negro não tem consciência disso, enquanto sua existência decorrer em meio aos seus; mas, ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da sua melanina.

Na verdade, como coloca Fanon, não há luta aberta entre o negro e o branco, simplesmente um dia o senhor branco reconheceu "sem luta" o negro como seu escravo, mas esse escravo quer ser reconhecido. Na base da dialética hegeliana, há uma reciprocidade que é preciso evidenciar. E a partir dessa (im)postura torna-se possível experiências tais como a que Fanon cita quando uma criança o olha e diz para sua mãe: "Olhe o negro! Mamãe, um negro!... Quietos! - diz a mãe - Ele vai se zangar... não lhe dê atenção, meu senhor, ele não sabe que o senhor é tão civilizado quanto a gente..." Em outra passagem Fanon cita: "Olha como é bonito esse negro... e ele responde: - O negro bonito quer que a senhora se foda, madame!" (FANON, 2020, p.94-95) Daí em diante ele descreve a ambígua luta interna entre a vergonha e a libertação. Logo em seguida, descreve uma outra situação:

Eles iam ver só! Mas eu já os havia advertido... Escravidão? Não se falava mais disso, era uma lembrança ruim. Minha suposta inferioridade? Um gracejo, do qual era melhor rir. Esqueci isso tudo, mas com a condição de que o mundo não se esquivasse

mais de mim. Eu tinha que testar meus incisivos. Podia senti-los robustos. E então... Como? Embora fosse eu que tivesse todos os motivos para odiar, para detestar, eles me rejeitavam? Embora devessem me suplicar e rogar, negavam-me qualquer tipo de reconhecimento? Já que era impossível que eu me desprendesse de um complexo inato, decidi me afirmar como negro. Já que o outro hesitava em me reconhecer, só restava uma solução: fazer com que me conhecessem. (FANON, 2020, p. 95)

Na obra de Fanon e de tantos outros ficam claras as dificuldades intransponíveis e inevitáveis que a imagem do negro oferece aos olhares carregados de referenciais simbólicos hierarquizantes que se inscrevem social e subjetivamente. E junto com isso as particularidades intrínsecas ao atravessamento edípico e as particularidades da construção da imagem de si, por meio do estágio do espelho, que se encontram também em espectros diferenciados nas insígnias desses olhares e da linguagem. Lacan chamou de *éxtimo* o estranho mais íntimo que nos habita e nos divide subjetivamente.

Consideraremos que a estruturação de um sujeito constituído pela linguagem e pela apropriação de um corpo próprio advindo do estágio do espelho e de algumas operações tanto narcísicas quanto edípicas não fazem parte de um arcabouço teórico que passe por considerar o indivíduo composto por uma identidade substancializada racionalmente, numa forma institucionalizada de pessoa ou de indivíduo.

Por meio dos relatos dos autores aqui citados, temos possibilidade de testemunhar os conflitos que perpassam o racismo e alguns dos seus desdobramentos teóricos dentro de uma análise crítica, que não parte de uma reflexão normativa, mas que nos inclui em cada uma das nossas experiências históricas, no que se refere a uma reflexão sobre a nossa posição singular no mundo. Sendo assim, a crítica que a psicanálise faz passa por pontos que não compactuam com teorias positivistas. Estas tomam por base uma subjetividade fundada no etnocentrismo racional, na transparência da consciência de si, e na racionalidade absoluta consciente de todas as nossas atitudes. Já a psicanálise se atrela a uma leitura dentro de uma concepção do homem moderno, instável à própria razão, cindido em sua condição de sujeito, que é dissonante do que entendemos por indivíduo/indiviso.

A psicanálise coloca cada um de nós frente aos nossos próprios sintomas, que, por natureza, são apêndices patológicos que fazem parte das nossas constituições psíquicas originárias e que, portanto, não permitem que nos deparemos com eles sem que estejamos implicados em qualquer mal-estar referente aos vínculos e laços interpessoais como um todo. Vale lembrar,

então, que é mal estando no mundo que se configura a nossa posição de estar, tal qual nos coloca Freud em *O mal-estar na civilização*.

3.7 A clínica e seus desdobramentos no corpo jurídico social

Iniciamos esse tópico com mais um recorte clínico desse lugar de fala. Luzia relata:

eu queria apenas almoçar todos os dias, aprender a ler e escrever e ter uma bota da Carla Perez, mas não pude, era arrancada da aula, por minha mãe para trabalhar na roça... e, com nove anos minha mãe me colocou para trabalhar em casa de família na capital.

Luzia é uma mulher negra, periférica, maranhense, de uma cidadezinha no interior, distante da capital. É a quarta filha de uma família que tinha dois homens e duas mulheres; sendo ela a filha mais nova da casa. Seu pai abandonou a família sem avisar, quando os filhos ainda eram pequenos. Sua mãe, no desespero, se envolveu com um homem que era uma espécie de capataz do prefeito do pequeno município, gestor de uma pequena chácara próxima a sua casa; ele demonstra uma proximidade com políticos da prefeitura do vilarejo próximo. Logo após o abandono do pai, a mãe de Luzia, por não conseguir manter a roça sem a presença do pai, se muda com os filhos para a casa do homem com o qual passou a se relacionar.

O cenário que se desvenda, não só a partir daqui, mas desde a origem no nosso país, coloca Luzia num roteiro que ainda hoje presenciamos, como que anestesiados: o exercício de violências colonizadoras que insistem em se manter em nossas histórias. Desde a origem do nosso país, desde o impacto do domínio europeu, levando em conta as raízes escravagistas da nossa cultura, desde lá até hoje, há algo que nos obriga a pensar nas diversas formas de violências que estão presentes no cotidiano brasileiro, em várias das histórias que nos rodeiam e nas maneiras que as acolhemos ou na maneira como nos encolhemos diante delas.

Voltando ao caso de Luzia, ao ir com toda a família morar na casa do novo padrasto, deparam-se com uma realidade ainda mais violenta do que a precariedade em que já viviam. Encontram um homem violento que, para além de bater na mãe deles, ainda abusava sexualmente das meninas. Certa vez o filho do padrasto veio do município para a roça onde todos habitam, a casa do pai dele naquele momento. Lá estavam Luiza, sua irmã e seu irmão, que na ocasião tinha 17 anos, um ano a mais do que o rapaz que acabara de chegar. Dias depois da

chegada, estava claro a dinâmica de explorações, violências e maus-tratos que regiam a dinâmica da casa, a começar pelo padrasto, estendendo-se na forma com que o filho também passou a tratá-los.

Numa determinada ocasião, o irmão de Luiza, já não suportando mais presenciar tantos abusos, brigou com o filho do padrasto, e, naquele momento o rapaz pegou a arma e matou o irmão de Luiza. Eis os horrores de uma terra sem lei, ou melhor, uma terra na qual a lei é utilizada para sustentar injustiças. A dinâmica diária da barbárie fica silenciada e invisível no nosso país, não é imposto limite algum. Como se não bastasse a violência do fato, o padrasto exige que Luiza e sua irmã cavem uma cova bem distante e enterrem o irmão, enquanto ele se ocupava de esconder o filho em outra cidade e ameaçando a todos da casa que se referissem ao ocorrido. E assim o carrasco, capataz fazedor da lei local, conseguiu apagar da realidade factual uma vida, mas não apaga e assim faz perpetuar numa dinâmica coronelista, machista, sexista, enfim “BÁRBARA”, no sentido mais profundo da palavra. Nossa herança histórica não deixa que se apague em cada um de nós as marcas que se reafirmam e mantêm indelévels e tatuadas nos corpos com danos psíquicos que se atualizam em circuitos de afetos na história escravagista do nosso país.

Luiza hoje mora com sua mãe e seus dois filhos de pais diferentes; dividem um barraco nos fundos de um terreno onde há uma “casa principal” na frente. São os proprietários dessa casa que alugam para elas o espaço. Luiza está desempregada, conseguiu terminar o ensino fundamental vive dos benefícios do governo com muita dificuldade e participa de cursos e ações dentro do Instituto Proeza, onde aprendeu a fazer crochê e assim consegue receber um auxílio para pagar seu aluguel.

No desenrolar de sua análise, Luiza se questiona sobre o fato de que, segundo ela, todos os problemas de sua família, irmãos, sobrinhos caírem sobre ela e ela os aborda como propriedade. Principalmente quando se tratava de ter que acompanhar parentes em consultas hospitalares, e tudo o mais que se referisse a cuidados de acompanhamentos em enfermagem. O que fica evidenciado, ao longo do trabalho analítico, é o quanto esses espaços significam para Luiza. Eles são um amparo, um ambiente seguro onde se percebe que existem pessoas cuidando de outras com zelo, com cuidado, situações que não fizeram parte de sua história, nem dentro nem fora de casa. Nas poucas experiências que teve na infância de ir a um hospital, o que a marcou foi o fato de receber uma atenção diferenciada. Mesmo que os procedimentos fossem, aquela

era uma dor que não se aproximava dos múltiplos sofrimentos vividos ao longo de sua curta infância, se é que dá para dar esse nome para uma fase literalmente sequestrada de sua história.

Se transportarmos essa realidade para outras culturas, não podemos afirmar que não existam formas similares de abusos, mas a questão é que cada cultura produz suas estéticas próprias de violências. No nosso país, ao se desvendar determinados cenários familiares, territoriais e sociais, já nos é esperado, de certa forma, os horrores dos desfechos que tais vínculos possivelmente possuirão. E por pior que sejam e por mais horror que nos provoquem, a tendência é nos recatarmos em nossas impotências diante de práticas cruéis tão danosas às quais estão submetidas populações mais afastadas de centros urbanos, afastadas aqui no sentido do que se entende pelos preceitos básicos dos circuitos de reconhecimento, como o acesso a direitos fundamentais, e da possibilidade de se construir matrizes de alteridade.

Luiza, apesar de ter passado de forma tão sofrida por sua infância e adolescência, com uma mãe que, por dificuldades de toda natureza, “transformou seu coração em pedra”, como relata, exerce em sua casa sua função materna de forma muito acolhedora, carinhosa e tenta criar um ambiente restaurador das ruínas que lhe sobraram como marcas. Em análise, Luiza consegue reconhecer que sua relação com os ambientes hospitalares faz essa função de reparador dos males, cobertos por uma certa "maternagem", neologismo criado na trama analítica para nomear o que sente nestes locais. É diante dessas elaborações que aparece um desejo que para ela se coloca como impossível, o de ser enfermeira. Sendo assim, unindo esforços transformadores de todas as naturezas e instituições de amparo, por meio do Instituto, conseguimos que Luiza fosse estudar enfermagem. Nas primeiras vezes que vestia seu jaleco, numa espécie de júbilo restaurador das injúrias, dos maus tratos, dos abusos de seus direitos mínimos, ela se emociona, chora muito, e consegue provar um pouco do que seria a saída de um estado de "vexação", como nos coloca Honneth:

Ora, é típico dos três grupos de experiências de desrespeito, que se distinguem analiticamente dessa maneira, o fato de suas consequências individuais serem sempre descritas com metáforas que remetem a estados de abatimento do corpo humano: nos estudos psicológicos que investigam as sequelas pessoais da experiência de tortura e violação, é frequente falar de “morte psíquica”; nesse meio tempo, no campo de pesquisa que se ocupa, no caso da escravidão, com a elaboração coletiva da privação de direitos e da exclusão social, ganhou cidadania o conceito de “morte social”; e, em relação ao tipo de desrespeito que se encontra na degradação cultural de uma forma de vida, é a categoria de “vexação” que recebe um... (HONNETH, 2003, p. 218)

Mais recentemente, Luiza descobre, por meio da escola, que sua filha de 11 anos vem sendo abusada desde seus 7 anos por um sobrinho de 20 anos que, no início deste ano, foi morar na sua casa. Em uma apresentação que a vara da infância, junto com conselho tutelar, fez de orientação sobre cidadania e direitos humanos, Yasmin teve uma crise de choro e pediu para falar com uma das profissionais em particular. Resultado: a escola chama Luiza para uma conversa e assim a própria escola, junto com os órgãos públicos, tentou convencer Luisa a dar queixa, fato que a deixou com muita dúvida, pois, seu primo, pai do rapaz, e a maioria dos parentes trataram o ocorrido com pouca importância e justificando que no Maranhão, e dentro de todas as famílias “era assim mesmo”.

Mais uma vez o circuito das violências insidiosas, inserido nas malhas da linguagem que administram os afetos, faz silenciar os sujeitos, e manter as estruturas traumáticas e de injustiça, perpetuadas nas três esferas do reconhecimento. As marcas e os registros significantes necessariamente passam pela palavra, esta que inclusive é a responsável por instaurar a lei no seu grau mais elementar do processo civilizatório, ou seja, em sua função metafórica por meio da castração.

Tratamos teoricamente até aqui o lugar da mãe, esta que por excelência não precisa ser necessariamente biológica para a psicanálise, mas aquela que na complexidade da instauração e constituição psíquica exerça seu papel fundante de um sujeito. A teoria psicanalítica nos revela a importância de alguém ou algo que exerça para a criança, por meio do relato da mãe, a instauração do que chamamos por “função paterna”, tão importante quanto a materna no que se refere a um arranjo funcional da subjetividade.

A função paterna como instauradora da castração corresponde ao acesso do sujeito à lei que o obriga a uma implicação em sua própria falta sem atribuí-la à imagem de um outro. Ou seja, a castração é uma categoria que é decisiva para instauração de uma dada ordem de fatores que estão colocados no exemplo citado de Luiza. Nenhum homem pode estar fora da lei e se supor no lugar de lei para o outro, o que a função paterna vem fazer funcionar é a ordem legal que a instância da letra tem que assumir nas sociedades e nos vínculos mais primitivos do processo de subjetivação e conseqüentemente de civilização.

É importante não confundir a função paterna com o autoritarismo. No autoritarismo, o pai, ou seu equivalente, “encarna a lei” como dito e explicitado no caso acima, colocando-se como exceção e dono da verdade. O bom pai, ou seja, o pai do ponto de vista operante para a psicanálise será aquele que, por ter ele mesmo se submetido a ela, jamais a encarna. Para ele, a

lei é uma referência válida para todos. Obedecendo às leis de uma dialética de transformação a partir de uma produção de desejo, dentro de um contexto determinado, ele ocupa o lugar de poder mas “ele não é esse poder”. Essa seria uma boa referência para uma definição de democracia, lembrando que o bom governo é aquele que não precisa ser governado e tem em si uma referência à lei que deve seus tributos à própria castração.

Em nossa cultura, por razões históricas profundas, há uma grande confusão entre autoridade e autoritarismo. O pai autoritário e fanfarrão não produz sujeitos capazes de afirmar em seu próprio desejo mais objetos prontos para servidão voluntária. Podemos nos remeter à dramaturgia e não só a ela, no que se refere à classe política de nosso país.⁴ Para que a função paterna opere, não basta que o sujeito que a exerça esteja bem posicionado. A relação que a mãe tem com essa função é muito importante. A criança, como vimos, é potencialmente para mãe uma compensação para sua falta. Se a mãe tiver muita dificuldade de se separar desse aspecto de compensação, quando ela insiste em manter a criança como um apêndice de si mesma, ela fará tudo para sabotar a função paterna, dando pouco peso à palavra do pai, protegendo a criança contra a lei. Será neste cenário que Luiza conseguirá, por meio dos significantes colocados em transferência na relação analítica, transpor várias das esferas de desrespeito ou injustiça, de negação ou privação, e conseguirá, à revelia de sua família, sustentar a efetuação de uma queixa crime contra o próprio sobrinho.

Honneth colocará que a primeira forma de desrespeito está inscrita nas experiências de maus-tratos corporais que destroem a autoconfiança elementar de uma pessoa. Temos que procurar, segundo Honneth, a segunda forma naquelas experiências de rebaixamento que afetam o seu autorrespeito moral. Isso se refere aos modos de desrespeito pessoal, infringidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade.

O segundo tipo de desrespeito que lesa uma pessoa nas possibilidades de seu autorrespeito constitui-se ainda o último tipo de rebaixamento, referindo-se negativamente ao valor social de indivíduos ou grupos. Na verdade, é só com essas formas, de certo modo valorativas e desrespeito, de depreciação de modos de vida individuais ou coletivos, que se alcança a forma de comportamento que a língua corrente designa hoje sobretudo com termos como ofensa ou

⁴ Lembramos Nelson Rodrigues que genialmente criou personagens emblemáticos, explicitando a realidade brasileira, decifrando bem como por trás da fachada do pai autoritário e fanfarrão se esconde o canalha que é o primeiro a não se submeter à lei, a fazer das instituições o seu quintal particular.

degradação. A “honra”, a “dignidade” ou, falando em termos modernos, o “status” de uma pessoa refere-se, como vimos, à medida de estima social que é concedida a sua maneira de autorrealização no horizonte da tradição cultural. Agora essa hierarquia social de valores se constitui de modo que ela degrada algumas formas de vida ou modos de crença, considerando as de menor valor ou deficientes. Ela tira dos sujeitos atingidos toda possibilidade de atribuir um valor social a suas próprias capacidades. A degradação valorativa de determinados padrões de autorrealização tem para seus portadores a consequência de que eles não podem se referir à condução de sua vida como algo que caberia um significado positivo no interior da coletividade.

O que se fez valer no trabalho com Luiza foi muito além do que uma denúncia. Foi na verdade a reestruturação de uma ordem no interior de um núcleo familiar inteiro, com repercussões sociais de resgate e engajamento em outra esfera de reorganização simbólica. Diante dessas considerações trazidas tanto pela psicanálise quanto pela teoria crítica, é que se faz valer, no interior do trabalho analítico, aquilo que foi perdido e que consiste na regra fundamental das conquistas de direitos e autonomias para a construção de um sujeito que possa contar com a instância da alteridade no seu convívio social. Ao que vimos, as situações extremamente abusivas vividas por Luiza, ao serem tratadas clinicamente, tendo como suporte teórico a psicanálise lacaniana, foram pensadas como estratégia de crítica social. Foram usadas como uma possível ferramenta para conquista de certos conceitos forjados no interior da teoria crítica de Honneth. Ferramenta que pode ser concebida talvez como uma via de trabalho que tem efeitos na singularidade, mas que se propagam no laço social, podendo provocar ecos inclusive no âmbito institucional, como proposto pela teoria crítica. Como acompanhamos no caso citado acima, podemos testemunhar a maneira como se instauraram os elos simbólicos primordiais. Neles se operou algo transformador não só no do ponto de vista psíquico para Luiza e sua filha, como também na natureza dos afetos, ou seja, nos significantes que circulam no núcleo social de convivência dessa família e da comunidade em que vivem.

CONCLUSÃO

Como vimos, no desenrolar das múltiplas questões aqui trabalhadas, o que a psicanálise promove sobre o homem da modernidade incide numa contraposição a uma subjetividade autofundada e consciente de si mesma. O “penso, logo existo” imprimiu uma matriz imaginária de domínio de si que se estendeu para muitas esferas da ciência e serviu como estratégias de dominação da sociedade industrial. Isso se deu pela criação de uma figura estável da própria razão e teve impactos no domínio da construção do que é o feminino e o masculino, assim como da construção do conceito de raça, o que serviu como via de se legitimar diversas formas de exploração do homem perante o próprio homem. A psicanálise, ao formular o inconsciente como uma nova matriz para se pensar o homem, traz consigo uma fissura fundante de uma outra gramática de entendimentos do que vem a ser o que estritamente nos define como humanos, que é a linguagem.

Como acompanhamos, as dificuldades de se trabalhar com temas multidisciplinares fazem aparecer muitos conflitos teóricos. Ao tentarmos alinhar o sujeito do ponto de vista laciano com disciplinas que se diferem, abrimos a possibilidade dialética de se criar outros lugares para abarcá-las. Do ponto de vista da clínica psicanalítica, podemos testemunhar que, de certa forma, a depender das matrizes teóricas as quais o analista se posiciona, o lugar do (re)conhecimento pode ser apenas uma (re)afirmação de uma posição cristalizadora das posições dos corpos. Se não pudermos levar em conta que o significante trazido na abordagem laciana é capaz de desalojar qualquer tipo de suas concepções hegemônicas de saber, responderemos como testemunhas a um olhar que confirma a representação desse corpo encarnado em uma sociedade. Podemos conceber que a noção do reconhecimento é fenômeno intrínseco imaginariamente dentro da transferência. Aceitar ouvir, aceitar ser partícipes de uma construção, e não diria nem (re)construção como forma de ressignificação da bateria de significantes, passa, de alguma maneira, como uma legitimação de que o que o outro tem a falar é dirigido ao grande Outro; no caso, o analista que não o encarna, mas o representa. Portanto isso não deixa de ser um ato de (re)conhecimento, ou até poderíamos dizer de conhecimento, partindo do pressuposto de que a cada paciente, a cada narrativa o sujeito é abocanhado pela linguagem a partir de diferentes significantes.

Enfim, pudemos ver o quanto o conceito de reconhecimento não pode ser um conceito apenas periférico ou não questionado, especialmente dentro da clínica onde supostamente se

propõe a produzir atos de fala que possam se reproduzirem em atos que produzam posicionamentos sociais que façam o sujeito se “conhecer” em novos lugares de atuação pública.

É importante pensar em ajustes de leituras que possam ser contextualizados em novas matrizes. A explicitação do sujeito do qual partimos em termos epistêmicos se fez necessária. Como vimos, a virada linguística que Lacan e outros teóricos fazem em determinados campos do saber nos fez, ao longo do percurso aqui trabalhado, relativizar de que maneira talvez a psicanálise lacaniana pudesse ser uma boa estratégia para pensar a teoria do reconhecimento de Honneth, aplicada a uma prática dentro do corpo filosófico-político de determinado estrato social submetido a processos de opressão na nossa sociedade. De que maneira se pode pensar a teoria do reconhecimento de Honneth usando como estratégia de atuação a episteme lacaniana na extensão de uma reflexão psicanaliticamente orientada ao campo jurídico-social.

A prática lacaniana que se proponha a atuar fora do binarismo estereotipado do senso comum, fora de um saber hegemônico sobre o indivíduo, como vimos, passa por desalojar o que entendemos por sujeito apropriado pela linguagem, como bem nos mostraram Laiz e Emília, ao se difundirem em dois corpos a partir de um significante que aguardava por ser representado no núcleo de um tesouro significante que circulava nessa rede de linguagem.

Como vimos, necessitamos talvez de problematizar as diferenças que delimitam marcadores sociais identitários entre o que vem a ser um signo e um significante dentro de cada arcabouço teórico, para que o corpo possa ser deslocado do seu lugar de senso comum, naturalizado por uma determinada história que perpetua significantes hostis em sua língua materna. Esse ponto é importante para que o corpo não seja concebido a partir de uma posição hegemônica e para que a demanda de reconhecimento não seja tomada por uma perspectiva simplista, como se fosse uma demanda narcísica e especular. Podermos escutar qualificadamente em termos clínicos e produzir novos significantes para o lugar que o corpo da mulher negra ocupa dentro dos afetos que circulam historicamente em torno dele. Isso significa que possam produzir a partir da clínica, ecos no laço social com desdobramentos e inclusive no campo jurídico, como vimos no caso de Luiza, abordado aqui.

Honneth nos brindou com sua teoria crítica, especialmente com sua importante teorização sobre as lutas por reconhecimento, e assim contribuiu muito para reconstrução de uma determinada lógica de experiências de desrespeito. Ele trabalhou o conflito social como objeto central da teoria crítica e assim estabeleceu novos critérios normativos dentro dos teóricos da escola de Frankfurt. Uma teoria que tentou dar conta da diversidade humana em termos de

reivindicações das particularidades dos indivíduos num contexto social de reconhecimentos, incluindo as esferas iniciais do amor e do vínculo afetivo que, segundo o autor, permite ao indivíduo a confiança em si mesmo, indispensável para os seus projetos de autorrealização pessoal até a esfera da estima social. Tais projetos podem ser objeto de um respeito solidário, passando pela esfera jurídico moral em que a pessoa individual é reconhecida como autônoma e moralmente imputável, desenvolvendo assim uma relação de autorrespeito.

Aqui podemos pensar, multidisciplinarmente, como o trabalho clínico pôde, a partir da técnica psicanalítica lacaniana, tentar dar um outro suporte para interrogar o modelo psicanalítico tomado por Honneth em sua teoria. Vimos que Honneth e Lacan possuem diferentes concepções sobre a origem do sujeito da subjetividade, apesar dos dois terem partido da teoria hegeliana para conceber a importância do Outro na constituição do Eu ressaltado pelo do "ser-si-mesmo em um outro" proposto por Hegel. Em termos lacanianos, o sujeito se constitui na relação com o Outro, "não há sujeito sem Outro", para Lacan, sendo esse Outro o lugar da linguagem, do significante. Como vimos a submersão do sujeito na linguagem, delimita um campo de significantes os quais, um articulado a outro, significante é capaz de fundar um sujeito, como vimos no caso de Laiz e Emilia. A possibilidade de se considerar teoricamente que a linguagem seja capaz de abrir novos caminhos, para uma perspectiva desbiologizante, decolonizadora dos referentes hegemônicos que operam como referentes dentro de uma determinada sociedade. O fato de podermos pressupor uma existência sem um corpo, tal como vimos com Eric- o bebê, nos fez entender de que forma a linguagem cria lugares, cria sujeitos (Emília) dentro das redes de produção de interioridades e psiquismos. Portanto, analiso como produtiva a possibilidade de usar a psicanálise lacaniana como estratégica para uma crítica social proposta por Honneth, levando-se em conta que seus efeitos possam atingir positivamente a esfera jurídica-social como forma de reconhecimento, como vimos no caso de Luiza.

Filosofia, sociologia, antropologia, enfim, são muitas as disciplinas que bebem nas fontes das diferentes psicanálises, assim com as diferentes psicanálises são construídas a partir da fonte freudiana por diferentes autores e produzem diferentes efeitos e diferentes epistemologias. E essas lidam com diferentes sujeitos ou indivíduos. Parti da ideia de que o sujeito do inconsciente é algo que se cria entre dois inconscientes, numa fala em transferência, e me arrisquei aqui a pensar e interrogar a própria psicanálise lacaniana a qual escolhi como sustentação clínica a partir do conceito de significante e colocá-la como um dispositivo que possa ser ofertado como técnica de algumas teorias sociais.

É legítimo que a psicanálise que se detenha a seu espectro urbanístico, ofertada apenas para aqueles corpos circulantes dentro uma determinada bolha de queixas e demandas sintomáticas, importada de um modelo europeu seja ainda a única psicanálise a ser avaliada a reformular sua própria práxis?

Supondo que eu estivesse ainda impossibilitada de pensar a categoria mulher negra como um possível marcador clínico como um signo, ou que o interpretasse numa simples esfera narcisicamente imaginária como pode ser escutado por muitos analistas; supondo que estivesse surda a tudo o que foi visto aqui como o peso que o corpo de uma mulher negra carrega na realidade periférica do nosso país, não estaria eu, como analista, confirmando o apagamento de todas as particularidades aqui trabalhadas? Não estaria eu surdamente no monolinguismo teórico, sem abertura multidisciplinar para resgatar séries de cadeias significantes coletivas que denegam o lugar da mulher negra, promovendo no interior da clínica psicanalítica a preservação desse lugar abjetal? Sobrepujando, assujeitando, ignorando, e assim contribuindo para a escuta colonizatória, dentro de uma categoria que clama por reconhecimento de novos olhares e novos espaços de escuta e de fala? Uma psicanálise monolíngue que escute, fale e teorize apenas para ‘seus pares’ é uma psicanálise que nega a potência criativa que o significante pode provocar no sujeito e, por consequência, na sociedade, na política.

Não pensamos, e nem existimos isolados em nossas racionalidades autocentradas sem o Outro que nos constitui. Esse trabalho, assim como a própria psicanálise, se propôs aos desafios de se fazer existir em relação ao Outro, recorrendo a outros aportes teóricos fora da conceitualidade estrita do lacanismo – a honetthiana, a butleriana, dentre outras –, tendo tomado como bússola o mal-estar presente na clínica como mote de busca. E num movimento como o da banda de Moebius, foi dissolvendo as barreiras do que é da ordem de dentro ou de fora entre o sujeito e o social, político ou histórico. Acredito que os significantes tenham exercido a função de se fazerem indistintos de localidades, brotaram no entre, nas brechas da escuta e das falas e esse movimento foi o que os tornam móveis passíveis desses deslocamentos, inclusive teóricos; eis a sua riqueza edificadora de novos lugares, dentro e fora da clínica.

Enfim, são as vicissitudes do movimento do significante, na sua fixação do factual e no fechamento do real, é nesse vai e vem da linguagem que o processo simbólico de negociação política, que a flexibilidade abstrata do significante pode desestabilizar redes sociais configuradas. Construir um objeto político novo, seria uma possibilidade de saída ao binarismo reduzível de uma unidade antagônica, como testemunhamos a temática do racismo e das polaridades

serem tratadas. Seria podermos através de novos significantes descortinar novos espaços, em lutas que dissolvem polaridades e se abrem a esferas mais híbridas de matrizes relacionais.

Para finalizar, fechamos com Christian Dunker:

Na história de nossa ancestralidade, como se avizinha no capítulo brasileiro em formação, das clínicas livres, públicas, políticas ou polivalentes, o compromisso político não é álibi formativo nem carteirinha de independência, muito menos anel de superioridade moral, mas ajuste de contas e fidelidade a um passivo histórico de luta social. (DUNKER in GABARRON-GARCIA, 2023)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Edição do Kindle.
- BEHR, Nicolas. **Laranja Seleta**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BONILLA, Silva Eduardo. **Racism without Racists**. Lanham. Boulder. New York. London: Rowman & Littlefield, 2017.
- BENTO Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, 2014. E-book
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 11a ed. Trad. Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1990
- CAETANO, Ivone. **Qual a sua arma?** Disponível em <https://youtube/KZnppOqW7TA>
- DUNKER, C.in GARCIA.G.F. **Uma história da psicanálise popular**. São Paulo: Ubu, 2023.
- DUNKER, Christian I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- EIDELSZTEIN. Alfredo. **A origem do sujeito em psicanálise**. São Paulo: Toro, 2020.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FANON, F. **Racismo e cultura**. In: Primeiro Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em setembro de 1956. Publicado no número especial de *Présence Africaine*, de junho-novembro de 1956. *Convergência Crítica*, UFF, n. 13 (2018b).

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2013.

FREUD, Sigmund. O estranho. In: **Obras completas**, *ESB*, v. XVII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **Obras completas**, *ESB*, v. XXI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Novas Conferências introdutórias à psicanálise, Conferência XXXV; **Obras completas**, *ESB*, v. XVI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996.

GARCIA, Florent G. **Uma história da psicanálise popular**. São Paulo: Ubu, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HOBBS, T. **Leviatã**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LACAN, **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador do eu. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

- LACAN, J. O sujeito e o outro (I). A alienação. In: **Seminário. Livro 11**. Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LAPLANCHE, J. E PONTALIS, **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo : Martins Fortes, 1992.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.
- MARTINS, A. S. (2014). **Por que a guerra?** Política e subjetividade de jovens envolvidos com o tráfico de drogas. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- POLITZER, Georges. **Crítica dos fundamentos da psicologia: A psicologia e a psicanálise**. São Paulo: Unimep, 1994.
- PRADO Jr., Bento (org.) **Filosofia da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- RENAULT, Emmanuel. **The Experience of Injustice: A Theory of Recognition**. New York, Columbia University Press, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **Relações interraciais e a solidão da mulher**. video youtube TV Boitempo, 2016.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Ed. Autêntica. 2ª edição revista, 2012.
- SAFATLE, Vladimir. **Grande Hotel Abismo: Por uma reconstrução da Teoria do Reconhecimento**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- SARRAILLET, Maria Inés. **La mujer y lo femenino**. Un discurso disruptivo desde el psicoanálisis de Lacan. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2020.

- SEGATO, R. **Cenas de um pensamento incômodo**: Gênero, cárcere e cultura em uma vida decolonial. Rio de Janeiro: ed. Bazar do tempo, 2022.
- SOBOTTKA, Emil A. **Reconhecimento**: novas abordagens em teoria crítica. São Paulo: Anablume, 2015.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- STERNICK.M.V.C. A imagem do corpo em Lacan. **Revista Reverso**. Belo Horizonte, 2010
- VEYNE, P. (2010). La Homossexualidade en Roma. In: **Sexualidades Ocidentales de Ph.Aries y Béjin**. Buenos Aires: Nueva Visión.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ZARATIEGUI, Juliana. **La mujer y lo femenino**: Un discurso disruptivo desde el psicoanálisis de Lacan (Spanish Edition) (p. 29). Edição do Kindle.